

Revista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PARLAMENTO PAULISTA



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

**IPRS 2006:
sinalizando a
rota do Estado**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



Deputado Rodrigo Garcia

[PFL]

Presidente



Deputado Fausto Figueira

[PT]

Primeiro-secretário



Deputado Geraldo Vinholi

[PDT]

Segundo-secretário



Deputado Jorge Caruso

[PMDB]

Primeiro-vice-presidente



Deputado Valdomiro Lopes

[PSB]

Segundo-vice-presidente



Deputado Ricardo Castilho

[PV]

Terceiro-secretário



Deputado Adilson Barroso

[PSC]

Quarto-secretário

sumário



Apresentação

4 IPRS sinaliza a rota de São Paulo

Lançamento

5 Terceira edição

Situação do estado

9 Locomotiva do Brasil

Condições regionais

Araçatuba

14 A mais escolarizada

Baixada Santista

18 Riqueza desigual

Barretos

22 Queda no ranking

Bauru

26 Posição intermediária

Campinas

30 Economia diversificada

Central

36 Agropecuária expressiva

Franca

40 Posição delicada

Marília

44 Ganho em longevidade

Presidente Prudente

48 A 2ª em escolaridade

Registro

52 Baixos indicadores

Ribeirão Preto

56 Campeã em longevidade

São José dos Campos

60 Aviação e turismo

São José do Rio Preto

64 Qualidade de vida

São Paulo

70 O maior PIB

Sorocaba

76 Localização Privilegiada

Deputados

81 Estes são os deputados estaduais de São Paulo

IPRS sinaliza a rota de São Paulo

Trata-se de uma radiografia completa do Estado de São Paulo elaborada sob a ótica de indicadores que permitem identificar as condições de vida de sua população.



Presidente
Rodolfo Assis



1º Secretário
Fausto Figueira



2º Secretário
Geraldo Vinholi

Em sua sexta edição, a revista *Parlamento Paulista* tem como tema o IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social –, instrumento que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo vem oferecendo desde 2001 aos gestores públicos com o objetivo de contribuir para a definição do futuro dos cidadãos paulistas. A metodologia para a composição do IPRS foi desenvolvida pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e considera três dimensões na avaliação das condições de vida da população: riqueza, longevidade e escolaridade. As informações fornecidas pelo IPRS são hoje de grande relevância para identificar as demandas e potencialidades de cada um dos 645 municípios do Estado. E, acima de tudo, confiáveis, para que o administrador público tenha a segurança e a clareza dos caminhos a percorrer no planejamento das políticas de desenvolvimento das cidades. Em sua terceira versão, o IPRS consolida e compara dados relativos a 2000, 2002 e 2004, permitindo acompanhar as trajetórias percorridas pelos municípios na bus-

ca de soluções para a melhoria de vida da população, além de comparar o estágio de desenvolvimento das 15 regiões administrativas em que é dividido o Estado.

Ao promover a iniciativa de lançar periodicamente um sistema de indicadores que informa sobre as condições de desenvolvimento e qualidade de vida dos municípios paulistas, a Assembleia Legislativa está colocando o Estado em um patamar internacional, já que a base de construção do IPRS é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano –, referência dos Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas.

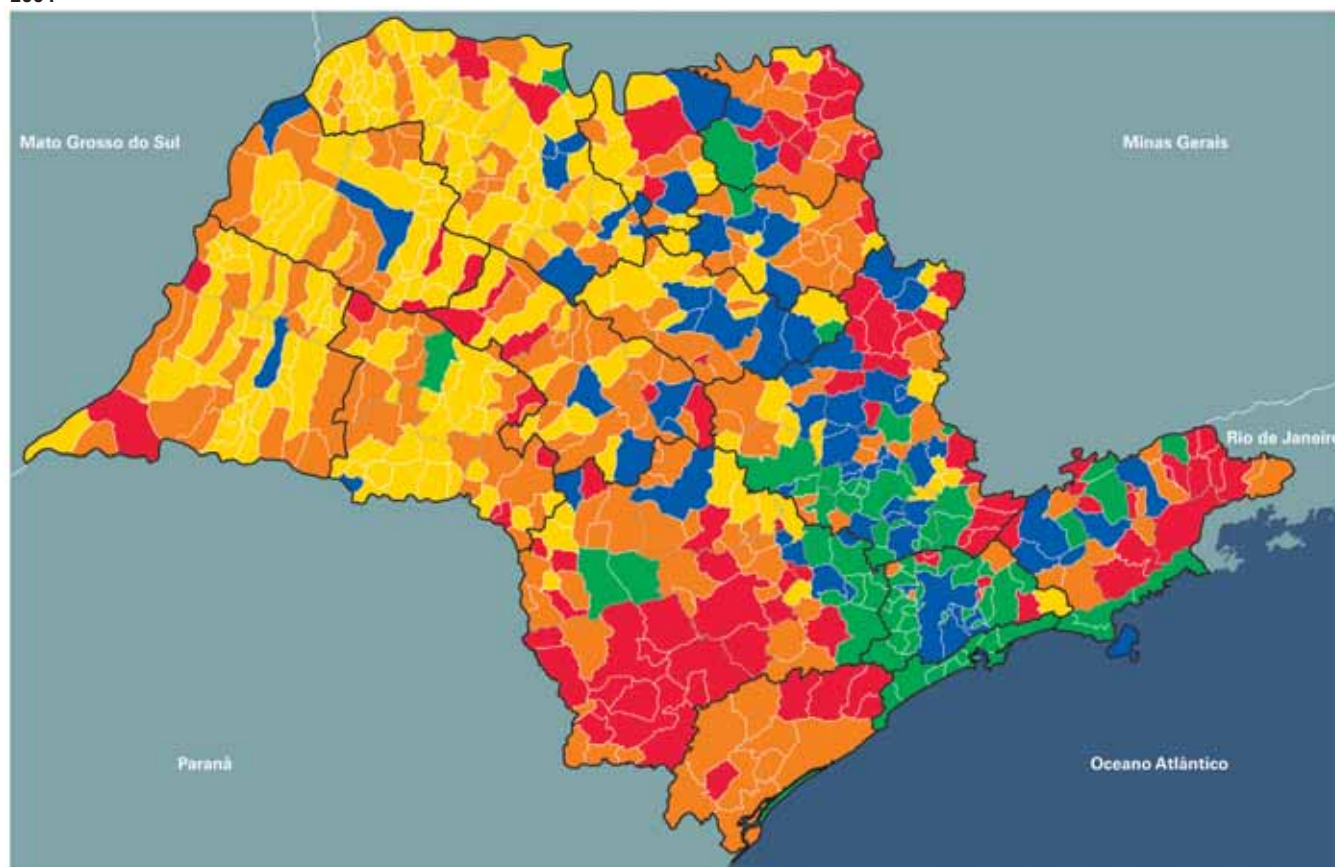
Alinhado à vanguarda da gestão pública mundial, o Estado de São Paulo, a locomotiva do país, se prepara para o desafio de melhor atender às demandas de sua população. A responsabilidade social é compromisso de todos, e nós, da Assembleia Legislativa, estamos empenhados para que São Paulo continue a ser exemplo de desenvolvimento para todo o Brasil.

**Mesa Diretora da
Assembleia Legislativa
do Estado de São Paulo**

Terceira edição

Divulgada em dezembro de 2006, a terceira edição do IPRS revelou recuperação econômica e melhora nos indicadores sociais do Estado.

2004



Fonte: Fundação Seade

No dia 20 de dezembro de 2006, foi lançada pela Assembléia Legislativa a terceira edição do Índice Paulista de Responsabilidade Social: o IPRS 2006. A solenidade de divulgação do índice foi aberta pelo presidente da Casa, deputado Rodrigo Garcia, que

iniciou seu pronunciamento agradecendo a presença do diretor adjunto de Produção e Análise de Dados da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), Sinésio Pires Ferreira, responsável pela equipe que organizou a

terceira edição do IPRS.

O presidente da Assembléia Legislativa qualificou o IPRS como uma ferramenta moderna de gestão, pois possibilita aos governantes melhores condições de decidir sobre políticas públicas.

Rodrigo Garcia ainda agradeceu à Fundação Seade pela oportunidade que estava dando à Assembléia de sediar o lançamento do índice. “A parceria entre o Legislativo paulista e a Seade para a elaboração do IPRS foi uma iniciativa inédita no mundo”, afirmou o presidente, destacando o fato de os deputados Vanderlei Macris (PSDB) e Arnaldo Jardim (PPS) terem sido convidados a participar de conferência nas Nações Unidas para apresentar o índice.

Felícia Reicher Madeira, diretora executiva da Fundação Seade, ressaltou que os indicadores apurados servem para acompanhar o que é feito pelas administrações municipais e, em decorrência, gerar uma saudável competitividade entre os municípios. Para ela, apesar de ter havido recuperação econômica do conjunto dos municípios em relação ao IPRS 2004, “as cidades ricas concentraram ainda mais a renda”. “Isso mostra que os gestores públicos deveriam buscar alternativas para melhor distribuição de renda.”

Sinésio Pires Ferreira fez a apresentação técnica do IPRS 2006, cujos dados foram apurados em 2004. “Essa diferença entre o tempo de apuração e o de divulgação se deve ao período que a Seade utiliza para produzir os estudos.”



Da esquerda para a direita, os deputados Vanderlei Macris, Fausto Figueira, Rodrigo Garcia, Geraldo Vinholi e Sidney Beraldo, durante a solenidade de lançamento do IPRS, realizada no Hall Monumental da Assembléia

Segundo o diretor da Seade, há um paradoxo no desenvolvimento humano, uma vez que dados referentes à riqueza nas diferentes regiões do Estado não estão associados a bons indicadores sociais. Em decorrência disso, a Seade criou para o IPRS, além do indicador de riqueza, indicadores de longevidade (saúde) e escolaridade (educação), enquadrando os municípios em cinco diferentes grupos.

Perfis dos grupos

Os resultados do IPRS 2006 mostram que, em 2004, manteve-se praticamente inalterado o padrão espacial da heterogeneidade econômica e social dos 645 municípios do Estado em relação a 2002 (IPRS 2004), ou seja (*veja quadro e mapa*):

- Os dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado (vias Anhangüera e Dutra) e se interceptam no município de São Paulo ainda concentram os muni-

cípios com os maiores níveis de riqueza (grupos 1 e 2).

- O Noroeste paulista abriga municípios pequenos e com baixos níveis de riqueza, mas cujas populações dispõem de bons indicadores sociais (Grupo 3).

- Os municípios do Grupo 5, por sua vez, concentram-se nos tradicionais bolsões de pobreza do Estado, como o Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema.

- Apenas os municípios do Grupo 4 não apresentam um claro padrão espacial, pois estão presentes em praticamente todas as regiões do Estado.

Cinco municípios passaram, em 2004, do Grupo 5 do IPRS (baixa riqueza e indicadores sociais insatisfatórios) para o Grupo 3 (baixa riqueza e bons indicadores sociais): Cafelândia (Região Administrativa de Bauru), Charqueada (Campinas), Guaimbê (Bauru), Presidente Alves (Bauru), Rosana (Presidente Pruden-

te) e Salesópolis (Região Metropolitana de São Paulo). Esse movimento é reflexo da melhora dos indicadores tanto de longevidade quanto de escolaridade.

Passaram do Grupo 4 (baixa riqueza e um dos indicadores sociais insatisfatório) para o Grupo 3 (baixa riqueza e bons indicadores sociais) 47 municípios, entre eles: Adamantina, Andradina, Igarapava, Laranjal Paulista, Nova Castilho, Pinhalzinho, Presidente Venceslau, Santo Antônio do Jardim e Tupã.

As melhores regiões

Em todas as regiões administrativas/metropolitanas do Estado, salvo a de Presidente Prudente, houve aumento na geração de riqueza e na capacidade de produção de 2002 para 2004. “As regiões com maior crescimento econômico são onde os mais ricos vivem”, diagnosticou Sinésio Pires Ferreira. “O ideal para mudar esse quadro é a desconcentração da economia.”

A diferença de resultados no indicador longevidade entre as regiões não se mostrou tão grande. Os resultados foram melhores que os da edição anterior (IPRS 2004), sobretudo nas regiões onde os indicadores eram os piores do Estado, como Baixada Santista, São José dos Campos e Registro. No quesito escolaridade, o avanço foi similar ao ocorrido na longevidade.

Algumas regiões se destacaram em determinados indicadores:

- Regiões Administrativas de Araçatuba e Presidente Prudente: foram as duas mais bem posicionadas no indicador de escolaridade, embora

QUADRO - Perfis dos grupos do IPRS 2006

Grupo 1 – Caracterizado por agrupar municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais, manteve em 2004 a configuração espacial observada nas edições anteriores, ou seja, a maioria de seus municípios estava localizada ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no município de São Paulo. Nesse ano, os 73 municípios que compunham o grupo abrigavam 20 milhões de pessoas, ou 51% da população estadual, tornando-o o mais populoso dos cinco. Sete dos dez maiores municípios paulistas faziam parte dele (São Paulo, São Bernardo do Campo, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Santos), além de importantes pólos regionais, como Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araçatuba, São Carlos, Araraquara e Bauru.

Grupo 2 – Engloba localidades que apresentam bons níveis de riqueza mas que não se refletem nos indicadores sociais, os quais ficam abaixo dos registrados pelos municípios do Grupo 1. Os 73 municípios que o compunham em 2004 situavam-se principalmente nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno. Abrigavam 26% da população do Estado, totalizando mais de 10 milhões de habitantes. Como nas edições anteriores do IPRS, identificavam-se no conjunto desses municípios três importantes segmentos: 1) municípios industriais, como Mauá, Cubatão, Osasco, Diadema e Guarulhos, localizados em regiões metropolitanas; 2) municípios que abrigavam condomínios de alto padrão, como Cotia, Santana de Parnaíba e Itapeverica da Serra; e 3) municípios turísticos, como Guarujá, São Vicente, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Em 2004, o município de Campinas, que até 2002 pertencia ao Grupo 1, foi classificado nesse grupo. Isso deveu-se à relativa estabilidade do componente de escolaridade, que não apresentou o mesmo desempenho dos demais municípios do Estado.

Grupo 3 – Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Esse grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios, englobava 201 municípios em 2004, com uma população de 2,8 milhões de pessoas, o equivalente a uma média de 14 mil habitantes por município. Nesse ano, apenas 11 possuíam mais de 50 mil habitantes e somente Marília, Ourinhos e Birigüi registravam população superior a 100 mil pessoas. Concentravam-se principalmente na região Noroeste do Estado, com 152 municípios (75,6% dos municípios do grupo) pertencentes às regiões administrativas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e Barretos. Era praticamente inexistente a presença desse tipo de município nas regiões metropolitanas do Estado.

Grupo 4 – Reúne os municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. Era composto por 197 municípios em 2004 (3,7 milhões de habitantes), dispersos por todas as regiões do Estado, com destaque para áreas tradicionalmente consideradas problemáticas.

Grupo 5 – Composto por localidades tradicionalmente pobres, caracterizadas por baixos níveis de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Esse grupo concentrava em 2004 os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Seus 101 municípios englobavam uma população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas e situavam-se em áreas bem específicas do Estado, como as regiões administrativas de Sorocaba, São José dos Campos, Franca e Registro. Mais de 30% dos municípios dessas quatro regiões pertenciam ao Grupo 5. Juntas, elas englobavam 59 municípios do Grupo 5, ou seja, aproximadamente 60%.

Fonte: Fundação Seade

estejam entre as quatro regiões mais pobres do Estado (segundo o indicador de riqueza).

- Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo: foram as duas melhores no indicador de riqueza, no entanto estão entre as seis regiões com os menores indicadores de escolaridade e longevidade.
- Região Administrativa de Ribeirão Preto: ficou com a primeira posição no indicador de longevidade.
- Região Administrativa de São José do Rio Preto: ficou entre as três melhores nas dimensões longevidade (2º lugar, atrás de Ribeirão Preto) e escolaridade (3º lugar, atrás de Presidente Prudente).

Os melhores municípios

O melhor município no indicador riqueza do IPRS 2006 foi São Sebastião, da Região Administrativa de São José dos Campos; o melhor em longevidade foi Oscar Bressane, da Região Administrativa de Marília; e o melhor em escolaridade foi São Caetano do Sul, da Região Metropolitana de São Paulo. Na solenidade de lançamento do IPRS 2006, Sinésio Pires Ferreira divulgou três listas contendo cada uma os melhores municípios segundo cada um dos três indicadores sintéticos do estudo da Seade (*veja tabela*).

Instrumento fundamental

Ao final do evento, o idealizador do IPRS, deputado Vanderlei Macris, se pronunciou, prometendo que, quando assumisse a cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro, iria empenhar-se para a

TABELA - Os dez melhores municípios em cada indicador do IPRS 2006

Município	Região	Índice
Riqueza		
São Sebastião	São José dos Campos	77
Bertioga	Baixada Santista	72
Águas de São Pedro	Campinas	68
Campos do Jordão	São José dos Campos	67
Barueri	São Paulo	66
Santos	Baixada Santista	65
Santana de Parnaíba	São Paulo	65
Ilhabela	Baixada Santista	64
São Caetano do Sul	São Paulo	63
Guarujá	Baixada Santista	63
Longevidade		
Oscar Bressane	Marília	94
Santa Salete	São José do Rio Preto	93
Pedranópolis	São José do Rio Preto	88
Ribeirão dos Índios	Presidente Prudente	88
Mendonça	São José do Rio Preto	87
Estrela do Norte	Presidente Prudente	86
Pirangi	Barretos	86
Marapoama	São José do Rio Preto	85
Terra Roxa	Barretos	85
Santana da Ponte Pensa	São José do Rio Preto	85
Escolaridade		
São Caetano do Sul	São Paulo	89
Adamantina	Presidente Prudente	77
Tupi Paulista	Presidente Prudente	76
Auriflâma	Araçatuba	76
Poloni	São José do Rio Preto	75
Santa Adélia	São José do Rio Preto	73
Valinhos	Campinas	72
Nova Odessa	Campinas	71
Santa Mercedes	Presidente Prudente	71
Presidente Prudente	Presidente Prudente	71

Fonte: Fundação Seade

criação do Índice Nacional de Responsabilidade Social. “O IPRS, criado por esta Casa, possibilitou uma gestão com base em dados reais e se tornou instrumento fundamental de acompanhamento e definição de políticas públicas.”

O deputado Sidney Beraldo, presidente da Assembléia na ocasião da divulgação do IPRS 2004, afirmou que o poder público deve se utilizar cada vez mais dos dados

do IPRS para o planejamento de suas ações. “Em 2007, estaremos elaborando o novo PPA (Plano Plurianual) e gostaria que o IPRS 2006 fosse levado em conta, de forma a garantir maior distribuição de riqueza.”

O presidente Rodrigo Garcia encerrou o evento ressaltando que é preciso que os gestores públicos se preocupem mais com os indicadores sociais.

Locomotiva do Brasil

Com dados econômicos e sociais superiores às médias brasileiras e comparáveis aos de países desenvolvidos, o Estado de São Paulo é a unidade federativa mais desenvolvida do país.

O Estado de São Paulo abriga 40,69 milhões de habitantes (21% da população brasileira), distribuídos em um território de 248,2 mil quilômetros quadrados e 645 municípios. A taxa de urbanização é de 93,6%. Apesar da perda de participação econômica nas duas últimas décadas em relação ao conjunto do país, São Paulo ainda possui a maior economia brasileira. Em 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) paulista foi de R\$ 592 bilhões – 33,4% do PIB nacional.

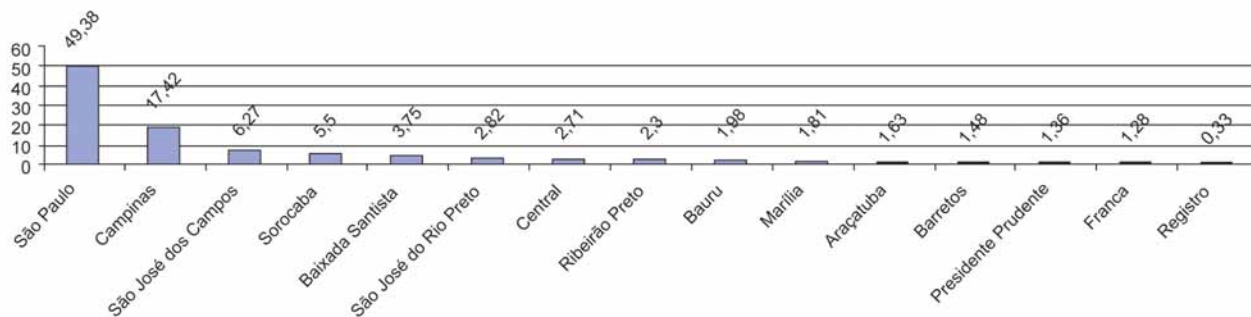
Atualmente, a economia paulista é diversificada e complexa, com presença marcante em praticamente todos os setores. Em 2003, o PIB paulista revelava um pequeno predomínio do setor de serviços (48%) em relação à indústria (44%), enquanto a agropecuária contribuía

com 8% do total de riquezas do Estado. Desde 2001, no entanto, a agropecuária tem se sobressaído nos índices, graças ao dinamismo de algumas atividades, como as culturas da cana-de-açúcar e da laranja, e a produção de carne bovina.

Em alguns setores da economia brasileira, a riqueza paulista corresponde à soma de todos os outros Estados juntos. É o caso das instituições financeiras. Em 2003, a participação do Estado de São Paulo no PIB nacional produzido pelos bancos foi de 50,3%. Na indústria de transformação os paulistas responderam por 40,4% e nas atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas o índice foi de 42,3%.

Em 2005, o Estado exportou US\$ 38 bilhões, mais de 30% das expor-

Participação no PIB do Estado por região (em %)



Fonte: Fundação Seade (2003)

tações brasileiras. Cerca de 35% desse valor é gerado por 15 produtos, entre eles aviões, automóveis, açúcar e suco de laranja.

Entre os fatores que tornam a economia paulista extremamente competitiva no exterior está a boa infraestrutura do Estado. Em São Paulo está concentrada a melhor malha rodoviária do país – parte dela privatizada –, o maior porto da América Latina, em Santos, e dois aeroportos internacionais, um deles de carga: Cumbica, em Guarulhos, e Viracopos, em Campinas.

Os efeitos da economia paulista se refletem na urbanização do Estado, que abriga a maior região metropolitana do país e um dos maiores conglomerados urbanos do mundo: a Região Metropolitana de São Paulo. Com uma população estimada em 20,5 milhões de habitantes em 2005, a região concentra quase a metade do PIB do Estado – ou cerca de 17% do PIB nacional – e 56,3% dos empregos. Outras cidades importantes do Estado tornaram-se regiões metropolitanas, por causa da expansão dos municípios no entorno, como Campinas, São José dos Campos e Santos. Estudos recentes elaborados por pesquisadores da área de urbanismo apontam para uma nova tendência: a formação do espaço intraurbano no Estado. Ou seja, a ligação entre as várias regiões metropolitanas, mesmo com grandes espaços vazios entre elas. Os estudos apontam para uma urbanização dispersa, mas fortemente interligada, entre as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Cam-

pinas e Vale do Paraíba.

Índices sociais de Primeiro Mundo

Graças ao bom desempenho econômico verificado ao longo das décadas, São Paulo apresenta índices sociais comparáveis aos de países desenvolvidos. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era superior ao nacional e o terceiro melhor do país – 0,82 –, empatado com Santa Catarina e perdendo apenas para o Distrito Federal. No mesmo ano, o IDH nacional era de 0,76. A taxa de mortalidade infantil está sendo reduzida gradativamente ao longo dos anos, sendo que em 2005 o índice foi de 13,5 óbitos por mil crianças nascidas, o menor já registrado no Estado. Trata-se da metade do último índice oficial nacional, divulgado em 2004 pelo IBGE, que registrou taxa de mortalidade de 26,6 óbitos por mil.

Em 244 municípios paulistas a taxa em 2005 foi inferior a 10 mortes por mil crianças, como Barretos (9,8), São Caetano do Sul (8,0), Araraquara (6,0) e Águas de Lindóia (3,4). Esses municípios apresentaram índices melhores do que países como os Estados Unidos, onde a taxa de mortalidade infantil no mesmo período foi de 7 mortes por mil crianças nascidas vivas.

Em relação à expectativa de vida da população, São Paulo também apresenta bons índices e que destacam a qualidade de vida no Estado: 73,1 anos, ante os 71,7 da média nacional brasileira.

Os serviços básicos também atingem a grande maioria da população, em todas as regiões, e apresentam

médias bem superiores às nacionais. A maior diferença do Estado em relação às outras unidades da federação se refere aos serviços de coleta de esgoto. No total, 87,3% das moradias contam com rede de coleta de esgoto, enquanto a média nacional é de apenas 48%.

O Estado de São Paulo apresenta índices educacionais relativamente superiores aos do restante do país. Em 2004, a média nacional de crianças entre 7 e 14 anos matriculadas nas escolas, por exemplo, foi de 97,0%. Em São Paulo, esse índice chegou a 98,5%.

Em relação ao ensino superior, o Estado é importante centro de produção e difusão do ensino acadêmico, com instituições de nível superior de alta qualidade e reconhecidas no país e no exterior.

Disparidades

Quando detalhadas segundo os indicadores sintéticos criados pela Fundação Seade para a composição do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), porém, as três dimensões que compõem o IDH (e que servem de base para a composição do IPRS) revelam níveis distintos de desempenho dos municípios quanto a riqueza, longevidade e educação.

Dos resultados apresentados pelo IPRS 2006, verifica-se que são frequentes os casos de regiões bem posicionadas na dimensão riqueza mas com sofríveis indicadores sociais, como, por exemplo, a Região Metropolitana de Baixada Santista, 1ª colocada na dimensão riqueza e última na dimensão longevidade

(além de estar entre as quatro últimas na dimensão escolaridade).

Esse paradoxo entre baixos níveis de longevidade e elevada riqueza municipal, por exemplo, traduz a distância entre a grande quantidade de recursos do poder público – devido ao alto volume de produção – e os investimentos na melhoria da qualidade de vida.

A situação inversa também ocorre, como no caso da Região Administrativa de São José do Rio Preto, que, apesar de ocupar a 10ª posição em riqueza, é a 2ª classificada na dimensão longevidade e a 3ª em escolaridade.

Melhora nas dimensões sociais

No período de 2000 a 2004, observou-se, para o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo, melhora nas dimensões sociais do IPRS (veja tabela 1).

O indicador de longevidade registrou acréscimo de 5 pontos, ao atingir o escore de 70 pontos em 2004. Esse resultado expressa a queda da mortalidade infantil, que vem ocorrendo de forma contínua no Estado há pelo menos duas décadas, e o decréscimo da mortalidade adulta.

Em escolaridade, o aumento foi mais acentuado – 10 pontos – e decorre principalmente da ampliação da cobertura da educação infantil e da conclusão do ensino fundamental entre os adolescentes de 15 a 17 anos.

O indicador de riqueza, apesar de ter se mantido abaixo do valor de 2000, apresentou melhora em relação a 2002. Atingiu 52 pontos.

Em 2002, os níveis de consumo de energia elétrica ainda se encontravam abaixo daqueles registrados em 2000, o que implicou queda no indicador sintético de riqueza municipal de 2000 para 2002, de 61 para 50 pontos. O país ainda sentia os efeitos do racionamento de energia elétrica, que provocou desaceleração na economia nacional. Mesmo assim, em quatro anos, o valor adicionado fiscal *per capita* dos paulistas saltou de R\$ 8.046,00 (2000) para R\$ 10.161,00 (2004). No período 2002 a 2004, os municípios pertencentes ao Vale do Ribeira apresentaram significativas melhoras nos indicadores sociais, o que confirma a importância de políticas públicas adequadas para áreas em situação econômica desfavorável. Merece citação especial também a região do Vale do Paraíba, com o aumento do número de municípios que passaram a ser classificados no Grupo 1 do IPRS: de apenas 2 em 2002 para 7 em 2004, sendo que entre eles encontram-se alguns dos mais populosos da região.

Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS, observa-se para o total do Estado o seguinte comportamento no período 2002-2004:

- o consumo anual médio de ener-

gia elétrica por ligação na agricultura, no setor serviços e no comércio aumentou de 13,8 MW para 15,4 MW;

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial registrou pequeno aumento, passando de 2,1 MW para 2,2 MW, porém ainda se encontrava abaixo dos níveis de 2000;

- o rendimento médio dos assalariados do setor formal se manteve estável em R\$ 1.277;

- o valor adicionado fiscal *per capita* decresceu de R\$ 10.925 para R\$ 10.161.

Em 2004, o consumo de energia elétrica apresentou aumento em relação a 2002, mas ainda ficou abaixo do patamar de 2000. O consumo residencial equivalia a aproximadamente 81% do valor observado em 2000, enquanto nos setores primário e terciário da economia essa razão era de 94%.

Já o componente associado à renda das famílias – rendimento médio dos assalariados do setor formal – manteve o poder de compra no período 2002-2004, apesar do decréscimo observado no valor adicionado fiscal *per capita*.

Praticamente todas as 15 regiões administrativas do Estado apresentaram progressos no indicador de riqueza municipal no período 2002-2004. Apenas a região de Pre-

TABELA 1 – Evolução dos indicadores do IPRS no conjunto do Estado de 2000 a 2004

Dimensão	Índice em pontos		
	2000	2002	2004
Riqueza	61	50	52
Longevidade	65	67	70
Escolaridade	44	52	54

Fonte: Fundação Seade

sidente Prudente mostrou-se estável nesse indicador. A Região Metropolitana da Baixada Santista permaneceu em 1º lugar no *ranking* de riqueza, consequência, em parte, da forma de cálculo do consumo de energia elétrica por ligação residencial para os municípios turísticos. A Região Metropolitana de São Paulo vem em 2º lugar, seguida de São José dos Campos.

Como registrado em 2002, as regiões mais bem posicionadas nessa dimensão constituem regiões metropolitanas ou estão situadas nos eixos das rodovias Anhangüera e Presidente Dutra. As regiões que obtiveram os menores escores de riqueza foram Marília, Presidente Prudente e Registro (*veja tabela 2*).

Longevidade

O Estado de São Paulo apresentou progressos importantes na dimensão longevidade, que podem ser observados pelo comporta-

mento dos componentes desse indicador entre 2002 e 2004:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 15,3 óbitos para 14,2;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) decresceu de 16,8 óbitos para 15,2;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 2,0 óbitos para 1,7;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 60 anos ou mais (por mil habitantes) variou de 38,9 para 38,7 óbitos.

Entre 2002 e 2004, a queda relativa da mortalidade infantil foi de 7%, o que levou a uma taxa de 14,2 mortes por cada mil nascidos vivos no Estado em 2004. Nesse ano, segundo o IBGE, no Brasil a taxa era de 26,6 óbitos, ou seja, quase o dobro da observada no Estado.

Quando se comparam os dados de São Paulo com os dos demais Estados brasileiros, em 2003 apenas San-

ta Catarina (14,1 óbitos por mil nascidos vivos) e o Distrito Federal (13,3) apresentavam taxas de mortalidade infantil inferiores à paulista (15,2). Entre os Estados da Região Sudeste, o que mais se aproximava de São Paulo era o Espírito Santo (16,4). Nas demais regiões brasileiras, com exceção do Sul (15,8), os coeficientes de mortalidade infantil ainda eram muito elevados: 26,2 óbitos no Norte, 35,5 no Nordeste e 18,7 no Centro-Oeste.

Os progressos em longevidade foram generalizados sob a ótica regional, embora com intensidades diferentes nas 15 regiões administrativas. Merecem destaque as regiões metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo, com um aumento relativo superior a 6% da pontuação observada em 2002. Esse resultado é consequência da queda da mortalidade infantil e principalmente entre as pessoas com idade entre 15 e 39 anos. O declínio de mortalidade nessa faixa etária reflete a redução dos índices de mortes por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito e outros) que vem sendo observada nesses centros nos últimos anos. Mas a Baixada Santista, mesmo com a evolução, ainda segue como a pior região nesse indicador. Outro desempenho significativo foi registrado na Região Administrativa de Registro, que apresentou uma importante diminuição na taxa de mortalidade infantil, passando de 17,1 mortos por mil nascidos vivos, em 2002, para 14,4, em 2004, praticamente igualando-se à média estadual. Ribeirão Preto e São José do Rio Preto mantiveram-se nas primei-

TABELA 2 – Riqueza por região administrativa/metropolitana

Região	Índice		
	2000	2002	2004
01. RM da Baixada Santista	71	58	61
02. RM de São Paulo	68	56	58
03. RA de São José dos Campos	60	51	52
04. RA de Campinas	58	48	50
05. RA de Ribeirão Preto	56	45	47
06. RA de Sorocaba	50	41	43
07. RA Central	50	41	42
08. RA de Bauru	49	40	42
09. RA de Barretos	48	40	41
10. RA de São José do Rio Preto	47	39	41
11. RA de Franca	47	39	41
12. RA de Araçatuba	46	37	39
13. RA de Marília	45	37	39
14. RA de Presidente Prudente	43	36	36
15. RA de Registro	39	31	32

Fonte: Fundação Seade

ras posições em 2004, respectivamente, 1º e 2º lugares no indicador de longevidade (veja tabela 3).

Deve-se ressaltar que a análise da grandeza e da flutuação dos índices de longevidade requer cautela, pois municípios de população reduzida têm suas taxas bastante afetadas pela ocorrência de apenas um óbito infantil, por exemplo.

Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade, o escore médio passou de 52 para 54 entre 2002 e 2004. Tal evolução deve-se ao comportamento das variáveis componentes dessa dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo manteve-se estável, passando de 68,1% para 68,3%;
- a parcela das pessoas com 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo aumentou de 94,5% para 98,0%;
- o percentual de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo variou de 37,8% para 37,6%;
- a proporção de crianças de 5 e 6 anos freqüentando a pré-escola aumentou de 75,1% para 77,0%.

Esses resultados mostram que o ensino fundamental e a educação infantil continuam com bom desempenho, com destaque para a cobertura da educação infantil, que avança rapidamente nos 645 municípios do Estado. O ensino médio, no entanto, apresenta desempenho bem mais modesto, muito longe do ideal, com baixos níveis de conclusão na faixa etária considerada, podendo ser consequência

do atraso escolar ainda presente no sistema educacional do Estado.

Com exceção de Araçatuba, todas as demais regiões administrativas apresentaram ganhos no indicador de escolaridade. As regiões com os maiores crescimentos foram Sorocaba, Franca, Registro, Marília e

Presidente Prudente. No *ranking* de escolaridade, as posições das regiões administrativas praticamente não se alteraram em relação a 2002, com Araçatuba mantendo a 1ª posição, apesar de registrar a mesma pontuação média observada em 2002 (veja tabela 4).

TABELA 3 – Longevidade por região administrativa/metropolitana

Região	Índice		
	2000	2002	2004
01. RA de Ribeirão Preto	70	73	75
02. RA de São José do Rio Preto	72	74	74
03. RA Central	70	72	73
04. RA de Barretos	65	70	72
05. RA de Bauru	67	69	72
06. RA de Presidente Prudente	68	69	71
07. RA de Campinas	68	69	71
08. RA de Marília	66	69	71
09. RA de Franca	68	69	71
10. RA de Araçatuba	69	71	71
11. RM de São Paulo	63	66	70
12. RA de Sorocaba	64	66	69
13. RA de Registro	61	65	68
14. RA de São José dos Campos	62	64	67
15. RM da Baixada Santista	56	59	64

Fonte: Fundação Seade

TABELA 4 – Escolaridade por região administrativa/metropolitana

Região	Índice		
	2000	2002	2004
01. RA de Araçatuba	53	63	63
02. RA de Presidente Prudente	50	60	63
03. RA de São José do Rio Preto	53	59	61
04. RA de Marília	47	57	60
05. RA de Bauru	48	56	58
06. RA Central	50	56	57
07. RA de Barretos	46	53	55
08. RA de São José dos Campos	45	53	55
09. RA de Ribeirão Preto	44	53	54
10. RM de São Paulo	43	52	54
11. RA de Campinas	44	52	54
12. RA da Baixada Santista	41	49	51
13. RM de Sorocaba	38	47	51
14. RA de Franca	41	46	50
15. RA de Registro	29	44	47

Fonte: Fundação Seade

A mais escolarizada

A Região Administrativa de Araçatuba se destaca por seu indicador de escolaridade, o melhor do Estado.



Araçatuba, a “Capital do Boi Gordo”

Localizada no oeste do Estado, a Região Administrativa de Araçatuba atingiu em 2004 uma população projetada de 698 mil habitantes. A sede da região, Araçatuba, concentrava naquele ano 25,0% da população regional. Somando-se os habitantes de Araçatuba, Birigüi, Andradina e Penápolis, o percentual atingia 56,0%.

A maioria da população (92%) residia em áreas urbanas, mas o índice era inferior à média estadual (93,6%). Treze dos municípios da região

(30,2%) apresentavam taxa de urbanização inferior a 80%. A menor era a de Nova Castilho (56,1%) e a maior, a de Araçatuba (97,6%).

Composta por 43 municípios, a região abrange 7,5% do território estadual (18,6 mil quilômetros quadrados) e apresentava em 2004 a terceira menor densidade demográfica do Estado (37,6 habitantes por quilômetro quadrado). Regionalmente, os menores índices eram os de Nova Castilho e Santo Antônio do Aracanguá (5,3 habitantes por quilômetro quadrado); e os maiores, de Birigüi e Araçatuba (superiores a 150 habitantes por quilômetro quadrado).

Economia

Em 2003, a Região Administrativa de Araçatuba ocupava a 11ª posição na geração do PIB paulista (1,63% do total), à frente das regiões de Barretos, Presidente Prudente, Franca e Registro. O principal setor econômico na geração do valor adicionado (VA) regional era o industrial, responsável por 43,9% do total da região, enquanto o de serviços respondia por

34,1% e o agropecuário por 22,0%. Do ponto de vista do Estado, no entanto, o setor agropecuário era o mais representativo da região, participando com 4,8% do VA da agropecuária paulista. No setor industrial, a participação era de 1,7% e, no de serviços, de 1,2%.

Apesar da existência de um parque industrial relativamente diversificado (que inclui os ramos frigorífico, metalúrgico, calçadista, moveleiro, de artigos de couro, laticínios, açúcar e álcool, confecções e instrumentos cirúrgicos), o grande peso do setor secundário na composição do VA da região deve-se, principalmente, à geração de energia elétrica, em decorrência da existência de grandes usinas hidrelétricas nos municípios limítrofes com o rio Paraná.

A presença da hidrovía Tietê-Paraná determinou a construção, pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), do maior terminal hidroviário do Estado, o porto fluvial Pio Prado, que, juntamente com a linha tronco Bauru-Corumbá-Bolívia, do antigo ramal da Rede Ferroviária Federal, agora privatizado, torna Araçatuba rota obrigatória de cargas para Mato Grosso do Sul e Bolívia. Além dessa infra-estrutura de transporte, o município constitui importante centro comercial e educacional para a região.

A região tem destaque estadual na produção de carne bovina, leite e cana-de-açúcar. Araçatuba é conhecida como a “Capital do Boi Gordo”, porque é no município que se estabelece a cotação nacional do boi gordo (fase do abate).



Foto: CESP

Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira: o grande peso do setor industrial é a geração de energia elétrica

A produção de leite, além de suprir a demanda do restante do Estado, também abastece as indústrias locais, como a Nestlé e a Parmalat, enquanto a produção sucroalcooleira atende as destilarias da região.

IPRS

A distribuição dos 43 municípios da Região Administrativa de Araçatuba em quatro diferentes grupos do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004) mostra que existe internamente grande heterogeneidade. Somente Araçatuba (município-sede) e Ilha Solteira pertencem ao Grupo 1. No Grupo 3, estão classificados 25 municípios. Os 16 restantes estão no Grupo 4 (13) e no Grupo 5 (3).

A região foi a que apresentou o melhor desempenho do Estado no que se refere ao indicador escola-

ridade do IPRS 2006: 63 pontos. A maioria dos municípios dessa região (88% deles) ficou acima da média paulista para o indicador (54 pontos). A 1ª colocação já havia sido obtida no IPRS 2004 (base de dados de 2002), com 63 pontos.

Quanto à longevidade, houve uma queda no *ranking*, do 4º lugar no IPRS 2004 para o 10º lugar no IPRS 2006, quando o índice correspondente a essa dimensão ficou em 71 pontos (acima dos 70 pontos da média do Estado), o mesmo valor verificado no IPRS 2004, mas superado pelos de outras regiões.

Em termos de riqueza, a região manteve-se na mesma colocação apresentada no IPRS 2004, o 12º lugar, com 39 pontos (ante 37 no IPRS 2004), abaixo da média estadual de 52 pontos. Houve um discreto aumento das atividades em relação ao conjunto do Estado.

Riqueza

No período 2002-2004, a riqueza da região cresceu um pouco mais (5%) do que no conjunto do Estado (4%). Quase todos os municípios registraram aumento no indicador. O consumo de energia elétrica nos setores de comércio, agricultura e serviços aumentou 10% na região, menos porém que o crescimento médio estadual (12%). Também se observou um discreto crescimento (4%) nos níveis da remuneração salarial do emprego formal, para R\$ 779, o equivalente a 61% da renda média do conjunto do Estado (R\$ 1.277). Já o valor adicionado fiscal *per capita* caiu 12%, para R\$ 8.493, o equivalente a 83,6% da média paulista (R\$ 10.161).



Longevidade

Entre 2002 e 2004, a região caiu do 4º para o 10º lugar em longevidade. A principal causa dessa queda foi o aumento na taxa de mortalidade infantil, de 14,4 óbitos (por mil nascidos vivos) para 16,6. A média do Estado em 2004 foi de 14,2. O índice de mortalidade perinatal, no entanto, melhorou e igualou-se à média paulista (15,2 óbitos em mil nascidos). Houve ainda uma discreta melhora na

taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos: em 2004, ela era de 1,5 por mil habitantes (ante 1,6 em 2002), melhor que a média paulista (1,7).



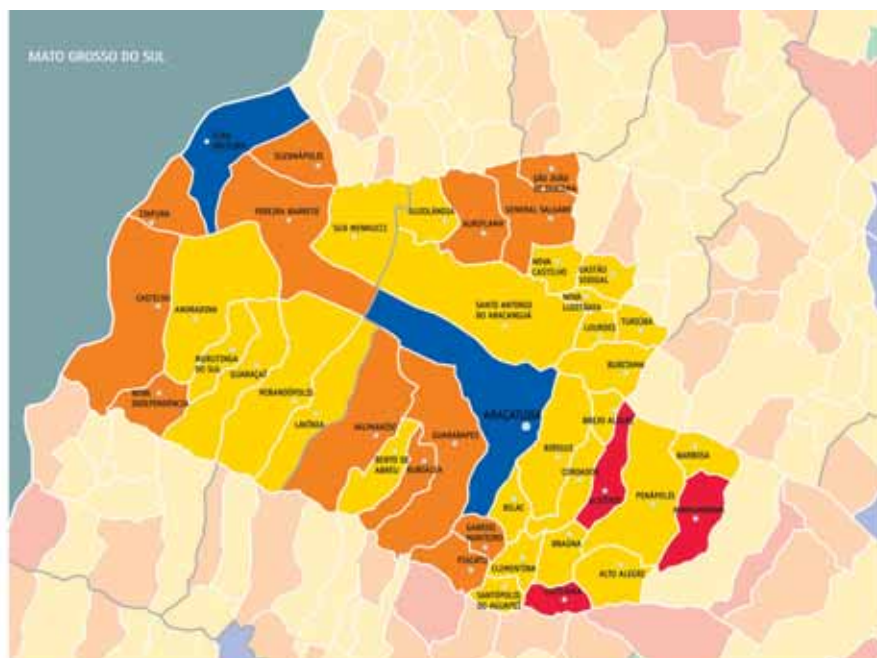
Escolaridade

No período 2002-2004, houve melhora na proporção dos jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental (que atingiu

78,1% em 2004, para uma média estadual 68,3%) e na taxa de frequência da pré-escola por crianças de 5 e 6 anos no período (84,8%, quase 8 pontos percentuais acima da média de São Paulo, de 77,0%). Mesmo em declínio, o percentual de pessoas com 18 a 19 anos (42,5%) que completaram o ensino médio superou o do conjunto do Estado (37,6%).



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Araçatuba – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Alto Alegre	3	32	74	57
Andradina	3	37	69	67
Araçatuba	1	45	72	63
Auriflama	4	30	65	76
Avanhandava	5	30	68	41
Barbosa	3	30	72	54
Bento de Abreu	3	38	73	61
Bilac	3	32	73	65
Birigüi	3	38	71	60
Braúna	3	31	76	62
Brejo Alegre	3	29	70	58
Buritama	3	33	75	64
Castilho	4	42	61	55
Clementina	3	32	70	63
Coroados	3	33	78	59
Gabriel Monteiro	4	28	57	57
Gastão Vidigal	3	29	69	65
General Salgado	4	33	65	69
Glicério	5	31	67	49
Guaraçai	3	30	75	60
Guararapes	4	40	68	68
Guzolândia	3	26	72	59
Ilha Solteira	1	51	82	70
Itapura	4	38	62	56
Lavinia	3	29	75	62
Lourdes	3	28	79	64
Luiziânia	5	28	68	50
Mirandópolis	3	34	75	68
Murutinga do Sul	3	27	81	54
Nova Castilho	3	31	70	68
Nova Independência	4	27	68	64
Nova Luzitânia	3	28	75	65
Penápolis	3	37	70	61
Pereira Barreto	4	42	67	62
Piacatu	4	27	65	68
Rubiácea	4	32	63	66
Santo Antônio do Aracanguá	3	40	77	64
Santópolis do Aguapeí	3	27	72	66
São João de Iracema	4	28	64	64
Sud Mennucci	3	36	78	64
Suzanápolis	4	28	54	60
Turiúba	3	28	73	64
Valparaíso	4	38	62	68
Região Administrativa de Araçatuba	-	39	71	63
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Riqueza desigual

A Região Metropolitana da Baixada Santista tem o melhor indicador de riqueza do Estado, mas o pior em longevidade.



99,6% da população da Baixada Santista vive em áreas urbanas

Em 2004, a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) atingiu uma população projetada de 1,6 milhão de habitantes. A maioria dessa população (99,6%) residia em áreas urbanas, o que colocava a região como a mais urbanizada do Estado. Todos os seus municípios apresentavam taxas de urbanização semelhantes à média regional; em apenas três (Itanhaém, Peruíbe e Bertioga), essas taxas eram inferiores a 99%. Santos, o município mais populoso,

possuía 26,6% da população da região em 2004. Juntos, os municípios de Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande reuniam 79,0% dos habitantes da região. A sede regional, porém, vem perdendo posições no que se refere à população absoluta. De 417 mil habitantes de 1991, a população subiu para 423 mil em 2004 – um acréscimo de apenas 6 mil pessoas. A RMBS ocupa apenas 1% do território estadual (2,4 mil quilômetros quadrados), mas era a segunda maior densidade demográfica do Estado em 2004, com 671,2 habitantes por quilômetro quadrado. Regionalmente, a menor densidade pertencia ao município de Bertioga (85,2 habitantes por quilômetro quadrado) e as maiores (superiores a 1.500 habitantes por quilômetro quadrado), a Santos, Guarujá, Praia Grande e São Vicente.

Economia

A RMBS tem sua economia baseada na indústria e nos serviços, sendo a atividade agropecuária quase inexistente. Na indústria, sobressaem as atividades de siderurgia e

petróleo do município de Cubatão. Nos serviços, destacam-se as atividades portuárias, do município de Santos, e o turismo em várias cidades da região.

A participação da RMBS na economia do Estado era de 3,75% do PIB estadual em 2003, a terceira maior entre as regiões. A agricultura, a indústria e os serviços participam da economia da região com 0,2%, 51,1% e 48,7%, respectivamente.

A indústria é o principal setor de atividade econômica da região. O processamento de petróleo, da Refinaria de Presidente Bernardes, em Cubatão, constitui a principal atividade da indústria da região. A metalurgia básica, referente à produção da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Cubatão, está também entre as mais importantes atividades industriais da região. A indústria da Baixada Santista é caracterizada pela grande concentração em uns poucos setores. Além dos dois já citados, possui relativa expressão o segmento químico, enquanto as demais atividades industriais são de menor proporção. A metalurgia básica e a indústria do petróleo ali presentes são importantes não só para a região, mas também para o Estado. No conjunto, a indústria da RMBS participava com 4,4% do total do Estado em 2003, segundo dados referentes ao valor adicionado (VA) industrial.

No setor de serviços, incluindo-se o comércio, os segmentos de maior importância são os de transporte e de turismo. No primeiro, destacam-se as atividades relacionadas à movimentação de cargas e serviços au-



Porto de Santos: o mais importante da América Latina

xiliares do complexo do porto de Santos, que é o maior e mais importante porto da América do Sul, a partir do qual se desenvolveu toda a economia local. Nos últimos anos, como indicativo de sua contínua importância, vários foram os aportes de recursos, com fito de investimento, para modernização do sistema portuário. As atividades de turismo estão estreitamente ligadas ao caráter da maioria dos municípios, de cidades balneárias, com grande vocação para a exploração do turismo. Além disso, há áreas de proteção ambiental, como parte do município de Peruíbe, que pertence à área de preservação do complexo Peruíbe–Cananéia–Iguape. No setor de serviços, a RMBS representava 3,8% do total do valor adicionado desse setor no Estado em 2003.

A atividade agropecuária é pouco expressiva, e até mesmo de valor nulo em metade dos municípios da

região, restringindo-se à produção de banana e representando apenas 0,1% do total do valor adicionado desse setor no Estado em 2003.

IPRS

Dos 9 municípios da RMBS, apenas Santos está classificado no Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004). Os demais municípios estão no Grupo 2. No IPRS 2004 (base de dados de 2002), os 9 municípios estavam no Grupo 2. A RMBS possui, segundo o IPRS 2006, os melhores indicadores de riqueza (1º lugar) e os piores em termos de longevidade no Estado (15º). Entre 2002 e 2004, todos os seus municípios apresentaram ganhos no aspecto riqueza. A região alcançou 61 pontos na dimensão riqueza em 2004 (ante a média estadual de 52 pontos), mantendo a 1ª colocação já alcançada em 2002.

Em termos de longevidade, mesmo tendo refletido melhoras, o índice de 64 pontos encontra-se bem abaixo da média paulista (70 pontos). Apenas Santos se aproxima da média, mas ainda em situação inferior. Igualmente em 2002 a região havia ficado com o 15º lugar.

No item escolaridade também houve progressos, que aproximaram a média regional (51 pontos) da média estadual (54), mas ainda há muito a fazer nesse aspecto. A região está entre as quatro piores colocadas nesse indicador (11º lugar).

Em síntese, a Região Metropolitana da Baixada Santista caracteriza-se por ser uma das mais desiguais do Estado, com os mais baixos indicadores de longevidade e escolaridade, ainda que seus indicadores de riqueza estejam em nível elevado.

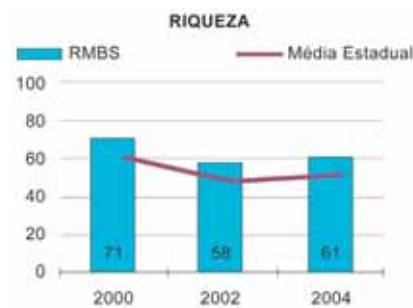
Riqueza

No período de 2002 a 2004, o indicador agregado de riqueza cresceu 3 pontos nessa região, passando de 58 para 61, o que significa um acréscimo relativo de 5%. Esse crescimento foi superior ao observado no conjunto do Estado, de 2 pontos (aumento relativo de 4%). O indicador ainda se encontra abaixo do patamar registrado em 2000, principalmente devido ao comportamento do consumo de energia elétrica residencial, que permanece em nível bastante inferior àqueles observados nos anos anteriores ao racionamento de energia ocorrido em 2001.

Com maior ou menor grau, quase todos os municípios da região registraram avanços no indicador de

riqueza, com destaque para Praia Grande, que aumentou seu escore em 5 pontos em relação a 2002. Mantiveram-se estáveis Bertioga, Cubatão e Itanhaém.

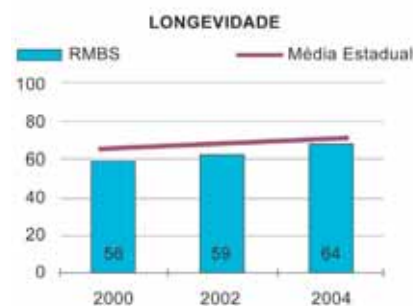
Uma apreciação geral do comportamento da RMBS na dimensão riqueza, indica que, distintamente do observado para o conjunto do Estado, cresceram os rendimentos do emprego formal, de R\$ 1.188 em 2002 para R\$ 1.231 em 2004.



Longevidade

Com exceção da taxa de mortalidade das pessoas com 60 anos e mais, que registrou estabilidade, todas as demais sofreram importantes reduções no período 2002-2004. Destaque-se a mortalidade entre as pessoas de 15 a 39 anos, que decresceu 24%.

Em todos os municípios da RMBS as taxas de mortalidade infantil e perinatal são superiores às médias do Estado, ficando Santos com a situação mais favorável.

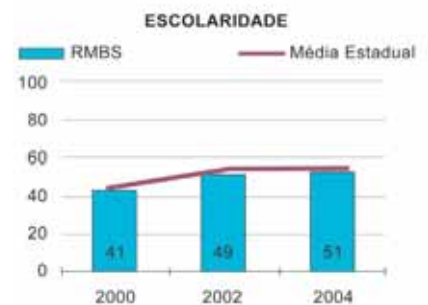


Escolaridade

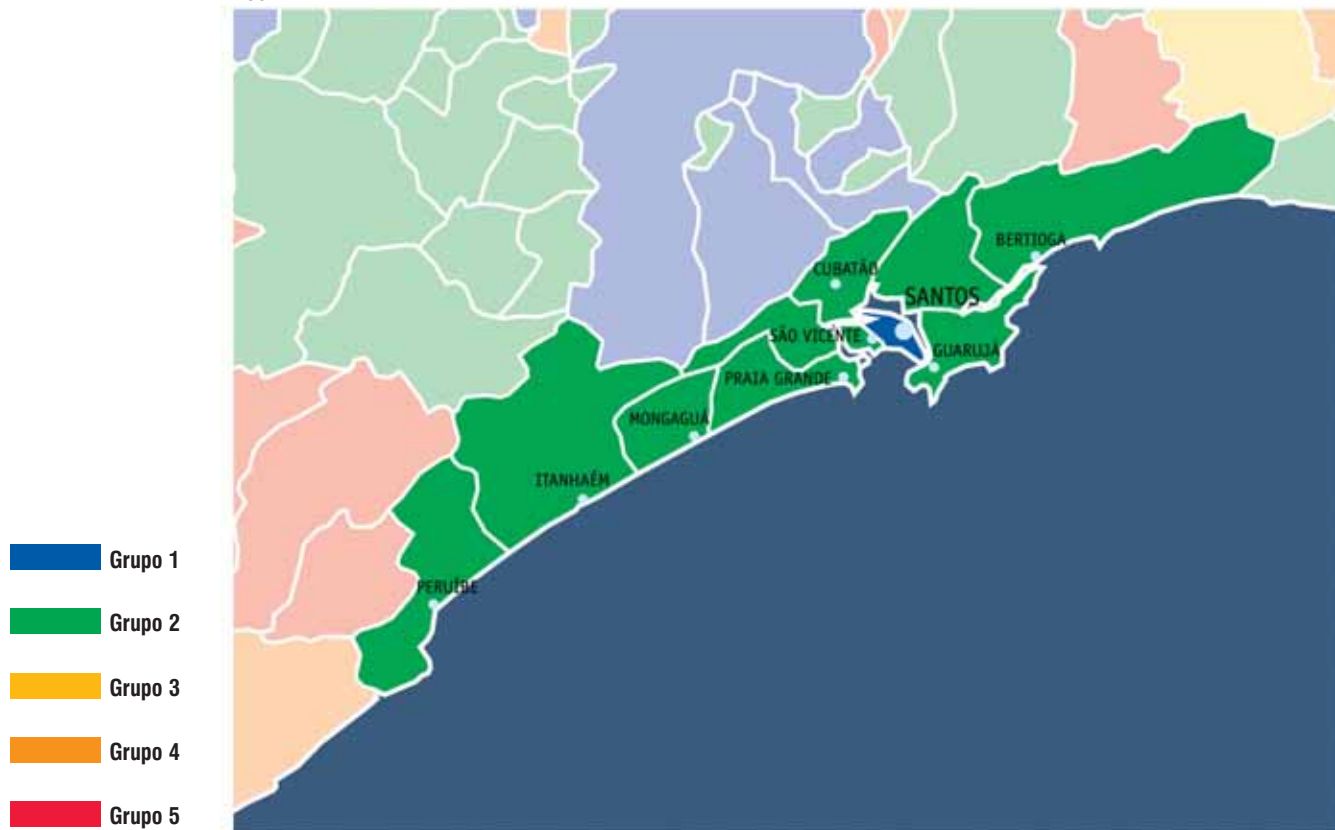
Houve evolução na dimensão escolaridade de 2002 a 2004, mas ainda será necessário muito empenho para que jovens concluam o ensino fundamental e, posteriormente, o ensino médio. O atendimento pré-escolar é o quesito que apresenta o melhor resultado.

De 2002 a 2004, a taxa de atendimento pré-escolar cresceu de 78,1% para 81,7%, superando a média do Estado, de 77,0%. Com exceção de Guarujá (54,6%), em todos os demais municípios a taxa de atendimento é boa (somente São Vicente fica abaixo da média do Estado).

Há grande heterogeneidade na região na dimensão escolaridade, como ocorre na proporção de jovens com ensino fundamental completo, que em Santos é superior a 75% mas em Cubatão não ultrapassa 46%. O mesmo acontece com aqueles que concluíram o ensino médio: 56% em Santos e menos de 20% em Bertioga. Em Santos, esses dois indicadores estão bem acima das médias do Estado.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Metropolitana da Baixada Santista – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Bertioga	2	72	63	42
Cubatão	2	56	60	43
Guarujá	2	63	63	37
Itanhaém	2	49	64	54
Mongaguá	2	48	56	52
Peruíbe	2	49	60	48
Praia Grande	2	56	65	47
Santos	1	65	69	70
São Vicente	2	43	62	49
Região Metropolitana da Baixada Santista	-	61	64	51
	-	52	70	54
Estado de São Paulo				

Fonte: Fundação Seade

Queda no *ranking*

A Região Administrativa de Barretos recuou um ponto no *ranking* de riqueza do Estado em 2004.



Foto: OS INDEPENDENTES

Situada no oeste do Estado, a Região Administrativa de Barretos tinha uma população projetada de 413 mil habitantes em 2004. Naquele ano, 93,0% da população residia em áreas urbanas. A sede regional, Barretos, exibia a maior taxa de urbanização (95,8%) e apenas dois municípios (Altair e Colômbia) apresentavam índice inferior a 80%.

Trata-se de uma região com número reduzido de municípios (apenas 19), que ocupa somente 3,3% do território estadual (8,3 mil quilômetros quadrados) e apresentava em 2004 a quarta menor densidade demográfica do Estado (49,8 mil habitantes por quilômetro quadrado). Regionalmente, as menores densidades correspondem a Guaraci, Altair e Colômbia (menos de 15 habitantes por quilômetro quadrado) e as maiores, a Bebedouro e Severínia (mais de 100 habitantes por quilômetro quadrado).

A região administrativa tem como sede o município de Barretos, com 26,0% da população regional. Juntos, Barretos, Bebedouro,

Festa do Peão de Boiadeiro é atração turística



Barretos: queda do Grupo 2 para o Grupo 5

Olímpia, Guáira e Monte Azul Paulista reúnem mais de 70,0% dos habitantes da região.

Economia

A economia da Região Administrativa de Barretos está centrada nas culturas de cana-de-açúcar e laranja, na criação de gado de corte e de leite e nas indústrias associadas a esses produtos. A maior parte dos abatedouros e frigoríficos localiza-se no município de Barretos, que, assim como Bebedouro, é importante produtor de frutas cítricas.

A participação da região na economia do Estado era de 1,48% do PIB paulista em 2003. A agricultura, a indústria e os serviços participavam da economia regional com 42,9%, 28,8% e 28,4%, respectivamente.

Na agropecuária, predominam a cana-de-açúcar, a laranja – para a indústria e de mesa –, a soja e a carne bovina. Além desses itens,

podem ser destacados o feijão, o sorgo e a borracha, que, embora não sejam tão expressivos na produção local, são importantes no total desses produtos no Estado. A agropecuária da região de Barretos tem significativa participação (8,9%) no total desse setor no Estado.

A extensão da indústria local é coerente com uma economia local essencialmente agropecuária, não havendo, assim, uma estrutura diversificada. O principal ramo industrial é o de alimentos e bebidas. Além das indústrias da carne e do suco de laranja, a agricultura da região também favoreceu o desenvolvimento da indústria de fertilizantes, a comercialização de produtos agrícolas e a prestação de serviços ligados à citricultura. Demais ramos industriais existentes na região são de menor proporção: o refino de álcool e a indústria de

confeções. O segmento industrial desta região participa com 1% do total da indústria do Estado.

No setor de serviços, os segmentos mais importantes são: o comércio, o transporte, a saúde e os serviços auxiliares às empresas. Nos serviços, merece destaque, entre os eventos da região, a Festa do Peão de Boiadeiro, que atrai milhares de pessoas e movimentação significativa de recursos financeiros para a região todos os anos. Na área educacional, o município de Barretos destaca-se por contar com duas faculdades particulares de ensino superior e algumas escolas técnicas. Nos serviços, a participação da região no total do Estado é de 0,9%.

IPRS

Os 19 municípios que compõem a Região Administrativa de Barretos estão distribuídos em quatro gru-

pos do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004), a saber: Grupo 1: integrado por Bebedouro, Guaíra e Vista Alegre do Alto (no IPRS 2004, base de dados de 2002, Colômbia também fazia parte do Grupo 1); Grupo 3: integrado por 9 municípios; Grupo 4: integrado por 5 municípios; e Grupo 5: integrado por Barretos e Monte Azul Paulista (no IPRS 2004, nenhum município fazia parte desse grupo; Barretos integrava o Grupo 2).

A região é a 9ª colocada na dimensão riqueza, com 41 pontos (no IPRS 2002 havia sido a 8ª), a 4ª em longevidade, com 72 pontos (a 5ª no IPRS 2004) e a 8ª em escolaridade, com 55 pontos (a 7ª no IPRS 2004). As médias do Estado para cada um desses quesitos são, respectivamente, 54, 70 e 52. Portanto, a região está acima da média nas dimensões longevidade e escolaridade.

Riqueza

A região registrou aumento na dimensão riqueza no período de 2002 a 2004, porém em menor intensidade que o total do Estado. Por isso, recuou uma posição no *ranking* das regiões. Nenhum município atingiu a média estadual nessa dimensão.

O pequeno aumento do nível regional de riqueza deveu-se à redução do valor adicionado fiscal *per capita* em ritmo mais acentuado que o do Estado. Cerca de 63% dos municípios registraram retrações superiores a 10% nesse indicador. Em contrapartida, o consumo de energia elétrica no comércio, na agricul-

tura, nos serviços e nas residências aumentou, na maioria dos casos em percentuais superiores a 15%.



Longevidade

Em relação à longevidade, a região tem demonstrado nos últimos anos uma notável evolução, tendo chegado à 4ª posição em 2004, superando a média do Estado. Esses sinais de envelhecimento observados na região confirmam a tendência estadual.

A mortalidade infantil na região diminuiu num ritmo maior que no Estado. De 2002 a 2004, a taxa de óbitos (por mil nascidos vivos) passou de 13,9 para 11,4, tendo ficado melhor que a média do Estado, de 14,2 em 2004. Somente quatro municípios apresentaram taxas de mortalidade infantil maiores que a média estadual.

As mortes perinatais também recuaram, entretanto 52% dos municípios ainda exibem índices mais altos que os do Estado (mas não superiores a 25 óbitos por mil nascidos). De 2002 a 2004, a taxa de mortalidade perinatal caiu de 17,0 para 15,3 óbitos por mil nascidos, ante a média estadual de 15,2.

A taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) caiu de 1,5 para 1,4. A média estadual em 2004 foi de 1,7 a cada mil habitantes. Quanto às pes-

soas com mais de 60 anos, o índice oscilou de 39,7 para 40,6, ante a média do Estado de 38,7.



Escolaridade

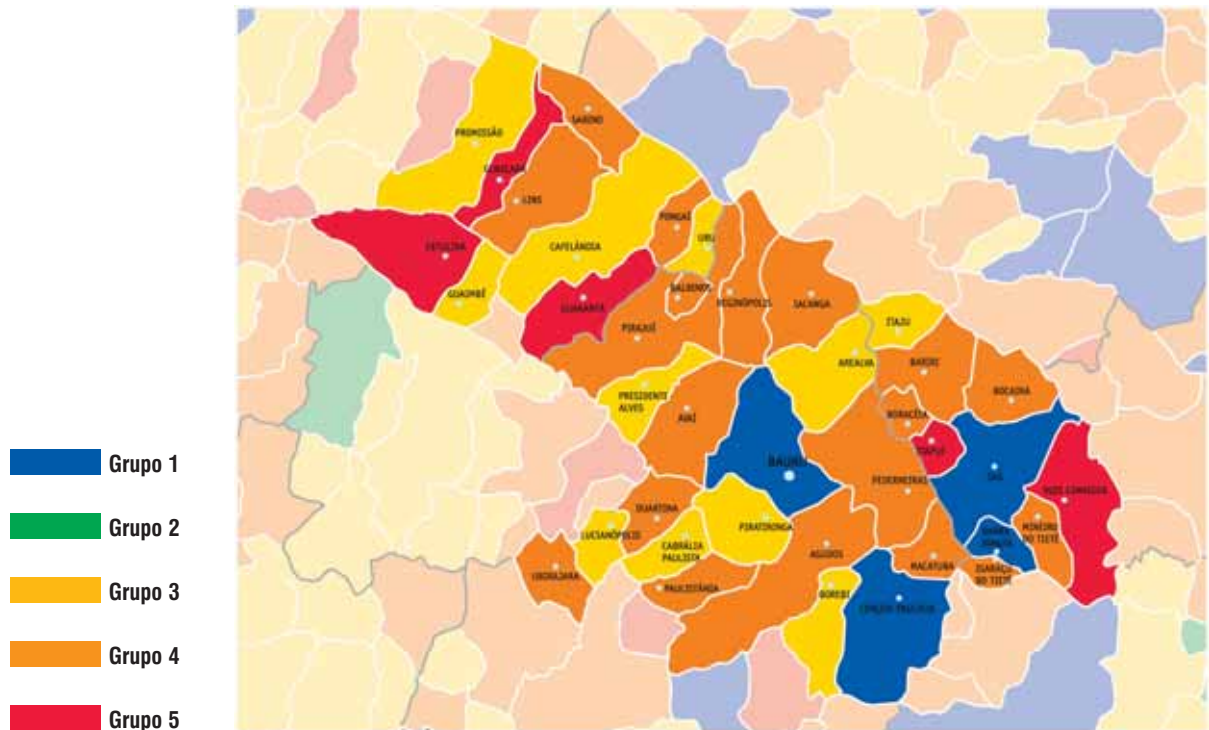
Os indicadores de escolaridade posicionam a região num patamar levemente acima do observado no Estado (55 ante 54), mas 6 municípios não alcançaram o escore médio estadual.

Entre 2002 e 2004, a proporção de pessoas de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental variou de 72,3% para 73,0%, ante a média estadual de 68,3% em 2004. Já a proporção de pessoas de 18 a 19 anos com ensino médio completo oscilou de 39,0% para 38,7%, ante a média estadual de 37,6%.

A pré-escola (crianças de 5 e 6 anos) registrou atendimento aquém do índice anterior, tendo passado de 65,9% para 65,4% entre 2002 e 2004 e ficado bem abaixo da média do Estado em 2004, que registrou 77,0% de atendimento.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Barretos – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Altair	4	41	72	50
Barretos	5	42	68	49
Bebedouro	1	43	74	58
Cajobi	3	27	73	56
Colina	4	41	73	51
Colômbia	3	42	76	57
Embaúba	3	30	76	62
Guaíra	1	48	73	55
Guaraci	3	36	71	60
Jaborandi	4	35	67	55
Monte Azul Paulista	5	40	68	46
Olímpia	3	40	69	64
Pirangi	4	37	86	52
Severínia	4	34	71	53
Taiacu	3	29	74	60
Taiúva	3	31	77	58
Terra Roxa	3	33	85	56
Viradouro	3	32	73	54
Vista Alegre do Alto	1	45	77	57
Região Administrativa de Barretos	-	41	72	55
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Posição intermediária

A Região Administrativa de Bauru está numa posição intermediária nos indicadores do IPRS 2006.



Bauru, município-sede, abriga 33% da população da região

Localizada no centro-oeste do Estado, a Região Administrativa de Bauru é composta por 39 municípios e ocupa uma área de 16,1 mil quilômetros quadrados (6,5% da área do Estado). Em 2004, contava com

uma população projetada de 1 milhão habitantes. Bauru, sede da região, abrigava 33,0% da população regional. Juntos, os municípios de Bauru, Lins e Lençóis Paulista reuniam 57,8% dos habitantes da região. A densidade demográfica da região é de 63 habitantes por quilômetro quadrado. O menor índice foi observado no município de Borebi (6,3 habitantes por quilômetro quadrado) seguido por Paulistânia (7,3), enquanto o maior foi encontrado em Bauru, com seus 338 mil habitantes distribuídos em 674 quilômetros quadrados (501 habitantes por quilômetro quadrado).

Em 2004, 94,3% da população regional residia em áreas urbanas. A taxa de urbanização variava de 61,3%, em Paulistânia, a 99,1%, em Igarapu do Tietê. Apenas dois municípios (Itaju e Paulistânia) apresentavam taxas inferiores a 70%.

Economia

A Região Administrativa de Bauru ocupava a 9ª posição na geração do

PIB paulista em 2003 (1,98% do total), à frente das regiões de Marília, Araçatuba, Barretos, Presidente Prudente, Franca e Registro. A economia regional possuía perfil agroindustrial, baseado na produção de alimentos, no complexo sucroalcooleiro e de óleos vegetais. Proporcionalmente, sua maior contribuição ia para o setor agropecuário paulista, com 5,6% do valor agregado (VA) do setor no Estado, em comparação com a indústria (1,6% do VA) e o terciário (1,8% do VA).

Isso não significa que o setor primário fosse a atividade econômica mais importante da região, uma vez que a agropecuária respondia por 21,6% do VA total da região, sendo superada pela indústria (35,0%) e pelo setor de serviços (43,4%).

A dinâmica da agropecuária regional é em grande parte determinada pela agroindústria local. Como em toda a região oeste do Estado de São Paulo, a fabricação de alimentos e bebidas é a atividade que mais se sobressai, seguida pela produção de álcool. A cadeia agroindustrial da bovinocultura também tem relevo regional, tanto na preparação e confecção de artefatos de couro como no abate, produção e preparação de produtos de carne. Esta última foi responsável pelo destaque da região na exportação do Estado em 2003.

Predominam na região o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de carne bovina. No primeiro caso dois municípios figuram entre os dez maiores produtores nacionais: Jaú e Dois Córregos. Destacam-se,

ainda, a laranja e outros frutos cítricos, a avicultura, o milho, o ovo, o leite C e o café.

Nos serviços (comércio incluído), as atividades que mais se destacam são: educação formal, transporte e serviços auxiliares às empresas.

Ponto de partida da famosa Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a região somou a sua vocação ferroviária o complemento de importantes rodovias estaduais (a Castelo Branco e a Marechal Rondon são as principais) e da hidrovía Tietê-Paraná, usufruindo de todas as vantagens que essa condição acarreta: facilidade de escoamento de safras, movimento industrial e comercial e um conseqüente fortalecimento do setor de serviços. Pela região passa ainda o gasoduto Brasil-Bolívia.

IPRS

Dos 39 municípios que compõem a Região Administrativa de Bauru, apenas o município-sede (Bauru), Barra Bonita, Jaú e Lençóis Paulista pertencem ao Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004). O Grupo 3 reúne 11 municípios. Os 24 restantes encontram-se classificadas nos grupos 4 e 5. No IRPS 2004 (base de dados de 2002), Lençóis Paulista não fazia parte do Grupo 1.

Em relação às demais regiões do Estado, a Região Administrativa de Bauru está numa posição intermediária quanto aos indicadores que compõem o IPRS 2006. Ocupa a 8ª posição em riqueza (no IPRS 2004, estava na 9ª), a 5ª em longevidade

(estava na 6ª) e a 5ª em escolaridade (manteve a posição que já ocupava), com 42, 72 e 58 pontos, respectivamente. Está acima da média do Estado nos quesitos longevidade (70) e escolaridade (54), mas abaixo no quesito riqueza (52).

Riqueza

O indicador agregado de riqueza da região aumentou 5% no período 2002-2004, próximo do conjunto do Estado, o que foi motivado pelo aumento do consumo de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços (12%, semelhante ao do Estado). O consumo de energia elétrica residencial e a remuneração média do emprego formal mantiveram-se estáveis (o consumo de energia elétrica residencial cresceu 5% no Estado). Já o valor adicionado *per capita* apresentou decréscimo semelhante ao do Estado.

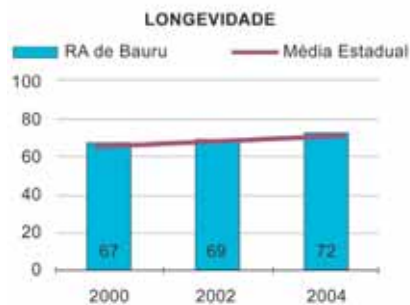
O indicador de riqueza recuou ou se manteve estável somente em seis municípios da região. Entre os demais, que exibiram melhoras, destacam-se Paulistânia e Itapuú, que ganharam 5 e 6 pontos, respectivamente, no escore desse índice entre 2002 e 2004. Contudo, todos os municípios da região apresentam índice inferior à média do Estado.



Longevidade

O indicador agregado de longevidade melhorou no período 2002-2004 e está um pouco acima da média estadual. A maioria dos municípios da região ampliou seus escores, sendo que Bocaina, Cafelândia e Presidente Alves apresentaram as maiores expansões. Contudo há grande heterogeneidade intra-regional. Enquanto Piratininga, o município mais bem situado, tem um escore igual a 79, Balbinos atinge 49 pontos, o que configura uma diferença de aproximadamente 60% entre eles.

Entre 2002 e 2004, todas as taxas de mortalidade analisadas apresentaram redução, sendo expressiva a ocorrida na taxa de mortalidade infantil (cerca de 10%), que se encontra em patamar inferior ao do Estado (13,2 ante 14,2 óbitos em mil nascidos vivos). As mortes perinatais, mesmo com o decréscimo de aproximadamente 4%, ainda têm índice superior à média estadual (15,6 ante 15,2 óbitos em mil nascidos).



Escolaridade

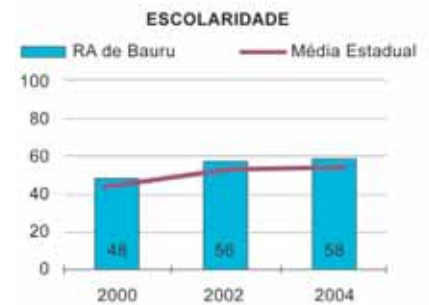
O indicador referente à escolaridade da região melhorou em cerca de 70% dos municípios, com destaque para Uru e Cafelândia, que tiveram os maiores aumentos. A região e 28 de seus municípios estão num

patamar igual ou superior à média estadual. Ainda assim, existe, nessa dimensão, certa heterogeneidade entre os municípios. Enquanto Lins, detentor do melhor resultado, alcança um escore de 65, Guarantã, na pior situação, tem um escore de apenas 37, abaixo do valor estadual (54).

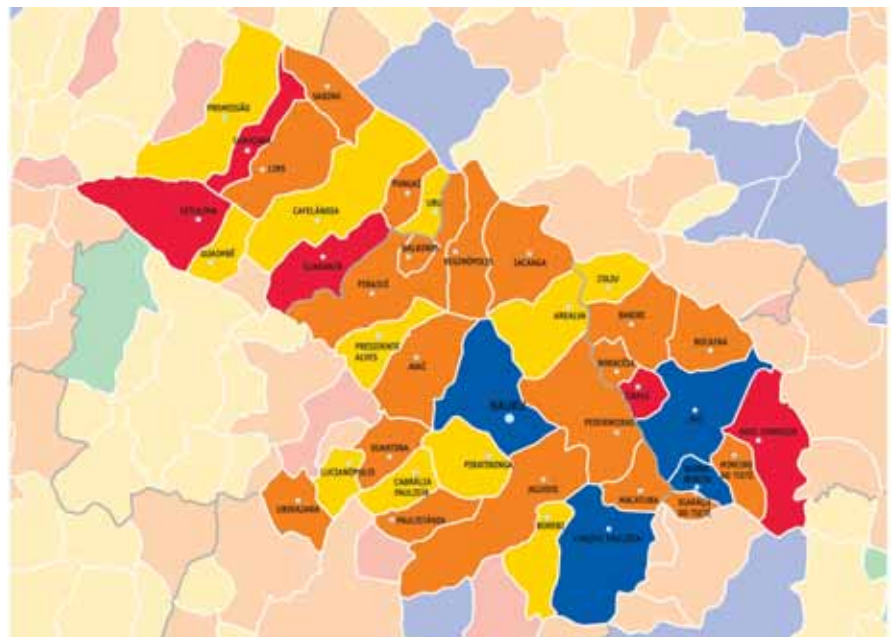
A proporção de jovens que concluíram o ensino fundamental aumentou em 30 municípios, destacando-se, entre outros, Presidente Alves (63%, em 2002, e 75%, em 2004), que alcançou índices muito próximos dos de Lucianópolis (80%), que tem o melhor desempenho. O analfabetismo funcional é residual (inferior a 5%) na quase totalidade dos municípios.

Com relação ao ensino médio, apesar da pequena redução no atendimento, a região ainda se encontra

num patamar ligeiramente superior ao do Estado (38,7% ante 37,6%). Uru e Balbinos apresentaram elevações nas suas taxas superiores a 10 pontos percentuais. Já o percentual de crianças entre 5 e 6 anos que freqüentaram a pré-escola em 2004, de 89,4%, é bem maior que a média estadual, que ficou em 77,0%. Somente 7 municípios possuem taxas de atendimento pré-escolar para as crianças de 5 a 6 anos inferiores à média do Estado.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Bauru – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Agudos	4	40	66	58
Arealva	3	28	75	58
Avaí	4	28	61	56
Balbinos	4	24	49	60
Bariri	4	39	67	59
Barra Bonita	1	44	75	61
Bauru	1	46	74	60
Bocaina	4	42	77	53
Boracéia	4	35	73	52
Borebi	3	36	77	56
Cabrália Paulista	3	29	70	57
Cafelândia	3	32	69	54
Dois Córregos	5	34	64	46
Duartina	4	26	67	57
Getulina	5	29	56	49
Guaiçara	5	32	55	47
Guaimbê	3	25	69	57
Guarantã	5	29	64	37
Iacanga	4	33	69	53
Igaraçu do Tietê	4	29	72	52
Itaju	3	27	76	57
Itapuí	5	38	65	51
Jaú	1	43	74	60
Lençóis Paulista	1	43	74	58
Lins	4	40	65	65
Lucianópolis	3	27	71	62
Macatuba	4	40	68	58
Mineiros do Tietê	4	29	70	52
Paulistânia	4	24	58	55
Pederneiras	4	39	71	53
Pirajuí	4	34	67	63
Piratininga	3	36	79	59
Pongá	4	27	67	62
Presidente Alves	3	29	78	58
Promissão	3	40	69	57
Reginópolis	4	34	65	61
Sabino	4	28	60	58
Ubirajara	4	25	62	58
Uru	3	24	69	60
Região Administrativa de Bauru	-	42	72	58
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Economia diversificada

A Região Administrativa de Campinas tem a maior concentração industrial do interior e é a mais importante na agropecuária paulista.



Campinas ocupa o 5º lugar entre os municípios com maior participação no PIB do Estado

A Região Administrativa de Campinas, nos anos 60 e 70, tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado, o que lhe conferiu grande dinamismo populacional, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo.

Composta por 90 municípios, a região ocupa 27 mil quilômetros quadrados (11% da área do Estado) e contava com uma população projetada de 5,8 milhões de habitantes para 2004, a segunda maior do Estado entre as regiões. Pouco mais

de 1 milhão de habitantes residiam no município-sede: Campinas (17,5% da população da região). Somadas as populações de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Sumaré e Limeira, totalizavam-se 37,8% dos habitantes da região.

A taxa de urbanização era elevada: aproximadamente 94%. Cinco dos municípios da região já tinham chegado aos 100%: Águas de São Pedro, Hortolândia, Joanópolis, Piracaia e Várzea Paulista. Em Campinas, a sede regional, o índice atingiu 98,5% em 2004.

A densidade demográfica regional era de 214,4 habitantes por quilômetro quadrado, a terceira do Estado. Comparando-se os municípios, as disparidades eram pronunciadas: o menor índice era o de Analândia (12,4 habitantes por quilômetro quadrado), seguido de Corumbataí (15,5 habitantes por quilômetro quadrado); os maiores eram de Hortolândia e Várzea Paulista, superiores a 2.800 habitantes por quilômetro quadrado.

Economia

A Região Administrativa de Campinas foi a segunda mais importante

na geração do PIB paulista em 2003 (17,42% do total do Estado), ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo (49,38%). Sua economia era bastante diversificada, compreendendo a maior concentração industrial do interior, um setor terciário dinâmico e um primário com alto valor comercial. Este último respondia sozinho por 20,0% do valor adicionado (VA) da agropecuária do Estado, fazendo da região a mais importante na geração do VA paulista desse setor.

Isso ocorria devido à presença de uma agropecuária altamente mecanizada, com uso de sementes de alta qualidade, e das culturas de alto valor agregado, como fruticultura e floricultura, além das tradicionais culturas de cana-de-açúcar e laranja e da criação de gado e de frango. O parque industrial da região respondia por 18,8% do VA industrial paulista em 2003 e era formado por uma indústria diversificada, destacando-se na participação estadual as seguintes atividades: fabricação e refino de petróleo e álcool; de material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicações; de papel e celulose; de minerais não-metálicos; e a indústria extrativa. No nível regional, chama atenção ainda a fabricação de alimentos e bebidas, a fabricação de produtos químicos, a montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias e a fabricação de máquinas e equipamentos. Essa indústria determina, em grande parte, a dinâmica econômica regional, respondendo por 50,1% do VA total da região.

Já a agropecuária, apesar de sua re-



Foto: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

Parque Industrial diversificado e de alta tecnologia

conhecida importância, era responsável por apenas 9,4% do VA da região em 2003. Dessa forma, o setor terciário da região, que participava com 13,8% do VA de serviços do Estado, respondia pelos 40,6% restantes do VA total regional. A composição desse terciário é influenciada pela economia local, no sentido de sustentar a dinâmica produtiva da região. Assim, os transportes e os serviços auxiliares às empresas são as principais atividades desse setor, seguidas pela educação formal.

Os municípios de Campinas e Paulínia destacam-se na análise estadual, pois ocuparam o quinto e o sexto lugares, respectivamente, entre os municípios com maior participação no PIB paulista em 2003. Regionalmente, eles participaram com 15,2% e 11,6% do PIB da região, respectivamente.

Paulínia destaca-se pela presença da Refinaria de Paulínia – Replan –, a maior refinaria de petróleo do

País. Já Campinas, o segundo município em importância no Estado na geração do VA industrial, possui um parque industrial diversificado e de alta tecnologia. Esses municípios destacam-se também na geração do VA de serviços: Campinas, por concentrar os serviços de alto valor agregado, essenciais à dinâmica econômica regional, além dos serviços de transporte e sociais; e Paulínia, por ser um dos principais centros de abastecimento de combustível do Brasil. A excelente logística aeroportuária, rodoviária e ferroviária, a pesquisa em ciência e tecnologia, e a disponibilidade de mão-de-obra com alta qualificação têm sido apontadas como importantes fatores de atração de investimentos de porte e de qualidade, principalmente para o espaço metropolitano campineiro. A região administrativa é cortada por duas importantes rodovias do Estado – Bandeirantes e

Anhangüera – e abriga um aeroporto internacional, o de Viracopos. Em Campinas está sediada a Unicamp – Universidade Estadual de Campinas.

IPRS

A heterogeneidade intermunicipal da região pode ser observada pela distribuição dos 90 municípios da região nos cinco grupos do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004). No Grupo 1, foram classificados 24 municípios; no Grupo 2, 20; no Grupo 3, 14; e, nos grupos 4 e 5, 16 municípios cada.

Mesmo com evidentes sinais de desenvolvimento e indicadores em geral compatíveis com a média do Estado, a Região Administrativa de Campinas tem alguns desequilíbrios: embora seja a 4ª colocada no indicador de riqueza do IPRS 2006, com 50 pontos, é a 7ª em longevidade, com 71 pontos, e a 11ª em escolaridade, com 54 pontos.

Esses números praticamente coincidem com os índices médios do Estado: 52, 70 e 54 pontos, respectivamente. Foi a pequena melhora nos indicadores de longevidade e de escolaridade de 2002 para 2004 que deixou as taxas próximas da média paulista.

Riqueza

No indicador agregado de riqueza, a região cresceu entre 2002 e 2004 no mesmo ritmo do conjunto do Estado (cerca de 4%). Somente seis municípios dos 90 da região exibiram decréscimo nesse indicador; os demais ou registraram estabilidade

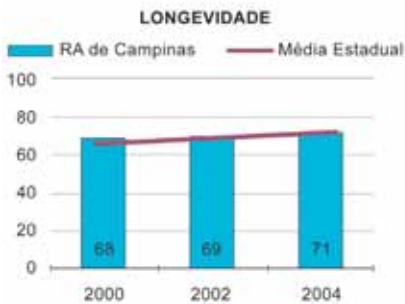
ou crescimento.

Houve crescimento de aproximadamente 8% no consumo de energia elétrica não-residencial e estabilizada no consumo nas residências. Das variáveis associadas à renda e ao consumo das famílias, somente o salário médio do setor formal teve ligeiro aumento. O valor adicionado fiscal *per capita* apresentou redução em torno de 7%, como a observada no conjunto do Estado.



Longevidade

Mais de 30% dos municípios da região tiveram seu indicador de longevidade elevado em pelo menos 5% e, em apenas 6, esse indicador diminuiu em 5% ou mais. Os demais praticamente ficaram estáveis. O maior valor desse índice foi de Cordeirópolis: 80 pontos.



Em alguns municípios, no entanto, os componentes da dimensão longevidade ainda são excessiva-

mente elevados, como ocorre com a taxa de mortalidade infantil em Itobi, Pedra Branca, Vargem e São Sebastião da Gramma, que passa de 23 óbitos por mil nascidos vivos.

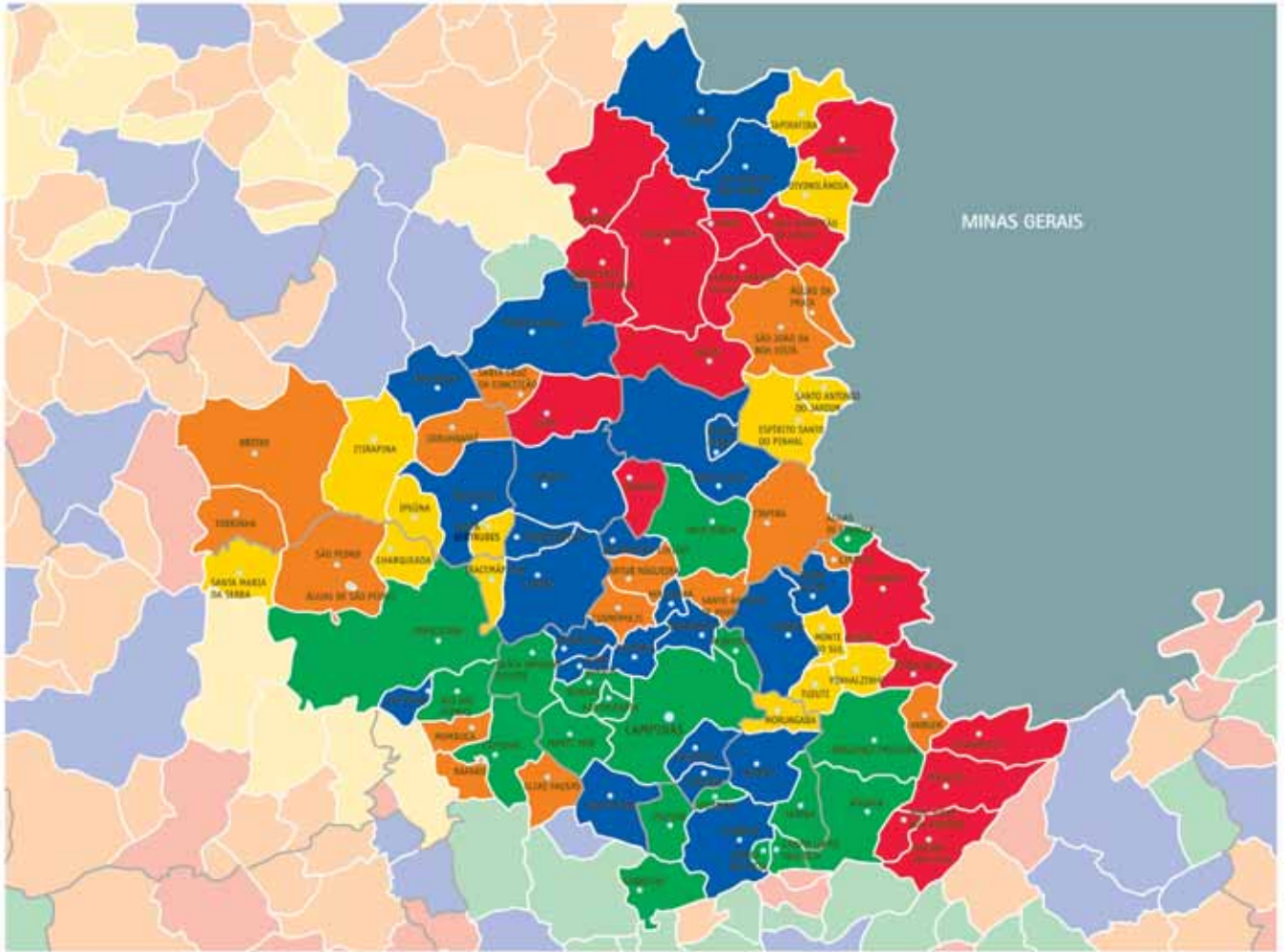
Escolaridade

Na dimensão escolaridade, a Região Administrativa de Campinas está no patamar da média do Estado. Somente 11 municípios apresentaram redução no indicador de escolaridade em 2004 (de, no máximo 4 pontos). Os demais mantiveram-se estáveis ou registraram acréscimos. Valinhos, Nova Odessa e Americana são os mais bem posicionados na região. Estão acima da média estadual ou igualam-se a ela 49 municípios. Dentre os 41 municípios que não atingiram a média, Nazaré Paulista (33) e Várzea Paulista (37) ficaram nas últimas posições.

Os avanços mais significativos foram observados na porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, com valores municipais de, no mínimo, 93%. O índice de frequência da pré-escola por crianças de 5 a 6 anos foi o destaque no aspecto escolaridade, tendo subido de 62,4% para 80,4% entre 2000 e 2004, superando a média estadual de 77% em 2004.



2004



 Grupo 1

 Grupo 2

 Grupo 3

 Grupo 4

 Grupo 5

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Campinas – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Aguai	5	38	63	45
Águas da Prata	4	39	63	54
Águas de Lindóia	2	44	67	53
Águas de São Pedro	2	68	66	69
Americana	1	49	77	70
Amparo	1	46	70	57
Analândia	1	46	73	57
Araras	1	48	74	57
Artur Nogueira	4	36	73	49
Atibaia	2	54	65	51
Bom Jesus dos Perdões	5	37	64	48
Bragança Paulista	2	49	65	57
Brotas	4	38	67	55
Cabreúva	2	51	72	40
Caconde	5	28	64	42
Campinas	2	55	73	51
Campo Limpo Paulista	2	48	70	46
Capivari	2	43	68	49
Casa Branca	5	42	63	51
Charqueada	3	33	69	55
Conchal	5	33	61	44
Cordeirópolis	1	51	80	57
Corumbataí	4	38	63	55
Cosmópolis	4	41	72	48
Divinolândia	3	30	72	54
Elias Fausto	4	41	75	49
Engenheiro Coelho	1	44	75	54
Espírito Santo do Pinhal	3	41	69	56
Estiva Gerbi	1	44	76	58
Holambra	1	49	70	64
Hortolândia	2	43	71	44
Indaiatuba	1	49	72	55
Ipeúna	3	38	78	56
Iracemápolis	3	42	75	58
Itapira	4	41	65	56
Itatiba	1	50	72	57
Itirapina	3	38	70	54
Itobi	5	35	53	41
Itupeva	2	52	72	49
Jaguariúna	1	63	71	66
Jarinu	2	46	72	43
Joanópolis	5	31	65	40
Jundiá	1	55	72	66
Leme	5	39	62	45
Limeira	1	47	75	55
Lindóia	4	42	65	54
Louveira	2	55	73	53

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Campinas – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Mococa	1	43	69	54
Mogi Guaçu	1	46	69	59
Moji Mirim	2	50	70	53
Mombuca	4	33	72	51
Monte Alegre do Sul	3	40	79	64
Monte Mor	3	44	66	54
Morungaba	3	42	73	54
Nazaré Paulista	5	32	63	33
Nova Odessa	1	47	75	71
Paulínia	1	61	75	54
Pedra Bela	5	26	62	53
Pedreira	2	43	76	53
Pinhalzinho	3	30	71	56
Piracaia	5	36	64	49
Piracicaba	2	51	69	52
Pirassununga	1	43	73	56
Rafard	4	42	68	66
Rio Claro	1	47	71	59
Rio das Pedras	2	44	70	51
Saltinho	1	43	73	68
Santa Bárbara d'Oeste	2	43	74	48
Santa Cruz da Conceição	4	35	75	53
Santa Cruz das Palmeiras	5	37	68	50
Santa Gertrudes	3	41	70	54
Santa Maria da Serra	3	32	69	56
Santo Antônio de Posse	4	41	70	48
Santo Antônio do Jardim	3	29	79	57
São João da Boa Vista	4	41	68	61
São José do Rio Pardo	1	43	70	56
São Pedro	4	42	69	45
São Sebastião da Gramma	5	35	65	48
Serra Negra	1	46	71	59
Socorro	5	37	60	52
Sumaré	2	46	73	45
Tambaú	5	39	62	45
Tapiratiba	3	41	77	58
Torrinha	4	33	68	57
Tuiuti	3	28	74	54
Valinhos	1	56	79	72
Vargem	4	33	69	50
Vargem Grande do Sul	5	37	65	52
Várzea Paulista	2	43	74	37
Vinhedo	1	63	76	57
Região Administrativa de Campinas	-	50	71	54
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Agropecuária expressiva

A Região Administrativa Central tem expressiva participação na agropecuária do Estado.



Araraquara (foto) e São Carlos são os dois pólos de desenvolvimento da região

Situada na parte central do Estado de São Paulo, a Região Administrativa Central contava, em 2004, com uma população projetada de 909 mil habitantes. Suas duas sedes, Araraquara e São Carlos, reuniam 44,0% dos habitantes da região.

A maioria (93,3%) da população residia em áreas urbanas, mas esse índice era inferior à média estadual (93,6%). Grande parte dos municípios apresentava taxa de urbanização semelhante à média regional; apenas em Motuca, esse índice era inferior a

70%. O município mais urbanizado era Américo Brasiliense (98,1%).

Com 26 municípios, a região abrange 4,4% do território estadual (11 mil quilômetros quadrados) e apresentava densidade demográfica de 82,5 habitantes por quilômetro quadrado em 2004. Regionalmente, a menor densidade era a de Motuca (18 habitantes por quilômetro quadrado) e a maior, de Américo Brasiliense (mais de 250 habitantes por quilômetro quadrado).

Economia

A Região Administrativa Central compreende as regiões de governo de Araraquara e São Carlos. Os municípios de Araraquara e São Carlos são os centros dinâmicos das respectivas regiões de governo. Em que pese o fato de as duas regiões – ou até mesmo os dois municípios-pólos – terem estrutura industrial diversificada, no pólo de Araraquara há maior participação da agroindústria – alimentos e bebidas –, enquanto São Carlos sobressai pelas empresas de foco tecnológico.

A Região Administrativa Central participava com 2,71% do total do

PIB do Estado em 2003. A agropecuária, a indústria e os serviços contribuíam com 35,3%, 33,5% e 31,2% do total, respectivamente.

Na agropecuária, a Região Administrativa Central destaca-se pela produção de cana-de-açúcar. Destaca-se também a produção de laranja – para a indústria e de mesa. Outros produtos importantes na região são: carne de frango, carne bovina, manga e limão. A região tem expressiva participação na agropecuária do Estado, contribuindo com 13,2% do valor adicionado (VA) total.

Associada a esta expressiva produção agropecuária, há uma agroindústria da região de grande dimensão. A preponderância é a produção de açúcar e álcool e suco de laranja. O município de Araraquara possui a maior empresa de sucos cítricos do País. No município de Descalvado, destaca-se a produção de frango, de álcool e açúcar e de produtos alimentícios.

Na indústria, o município de São Carlos constitui centro de desenvolvimento de pesquisa, com transferência de tecnologia para a iniciativa privada. Há muitas empresas de base tecnológica atuando nas mais diversas áreas – automação, informática e tecnologia da informação, instrumentação eletrônica, mecânica de precisão, química fina e ótica. Quanto aos ramos industriais, o município de São Carlos possui um complexo industrial diversificado, nos segmentos de madeira, metalurgia, alimentos e bebidas, têxtil, papel e celulose, borracha e plástico e equipamentos de instrumentação – parte significativa da pro-



Foto: RICARDO MANSHO

A agropecuária contribui com 13% do total do valor adicionado do Estado no setor

dução voltada para a exportação. O município de Araraquara também é um pólo de desenvolvimento, mas com características diferentes. As principais indústrias da região estão no setor de alimentos e bebidas, metalomecânico, metalúrgico, aeronáutico, têxtil, agrícola e sucroalcooleiro. O município de Ibitinga destaca-se pelos bordados e, de “Capital dos Bordados”, como era conhecido, passou a ser importante também na atividade industrial. O município de Gavião Peixoto destaca-se por investimentos na indústria aeronáutica. A indústria da região participava com 2,2% do total do setor no Estado, segundo dados de valor adicionado em 2003.

Nos serviços, sobressaem os serviços sociais e coletivos, com destaque para o setor educacional. De fato, no município de São Carlos é forte a presença de universidades e centros de pesquisa em associação

com a indústria local. No âmbito educacional, São Carlos é considerado um dos mais importantes centros do Estado, abrigando duas reconhecidas instituições públicas – a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de São Paulo (USP) –, além de duas instituições privadas de ensino superior. Há ainda dois centros de pesquisa da Embrapa e centros de pesquisa em informática. Em Araraquara, destacam-se os cursos de nível superior das Universidade Estadual Paulista (Unesp), além de outros centros universitários. A participação dos serviços da Região Administrativa Central no total do valor adicionado desse setor no Estado era de 1,8% em 2003.

IPRS

Na distribuição dos 26 municípios da região nos grupos do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004), há grande heterogeneidade: 5 mu-

nicípios pertencem ao Grupo 1 (Araraquara, Descalvado, Gavião Peixoto, Matão e São Carlos); um município, Porto Ferreira, ao Grupo 2; 9 ao Grupo 3; 10, ao Grupo 4; e apenas um (Trabiju), ao Grupo 5. A maior parte dos municípios (18) manteve-se nos mesmos grupos entre 2002 e 2004.

A Região Administrativa Central caiu para a 7ª posição no indicador riqueza (foi 6ª colocada no IPRS 2004), com 42 pontos, mas manteve a 3ª em longevidade e a 6ª em escolaridade, com 73 e 57 pontos, respectivamente.

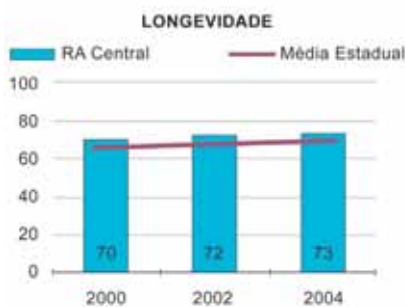
Riqueza

A região teve relativa estabilidade na dimensão riqueza no período 2002-2004, tendo crescido menos que o conjunto do Estado. Aumentou o consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário. O nível dos salários médios do setor formal da economia praticamente estabilizou-se. Já o valor adicionado fiscal *per capita* da região, indicador associado à dinâmica econômica, decresceu 15%. Todos os componentes desta dimensão na região apresentaram resultados inferiores às médias do Estado.



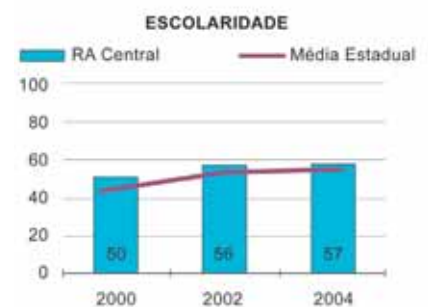
Longevidade

O indicador agregado de longevidade da região manteve-se acima da média estadual no período 2002-2004, mas também variou pouco. Das variáveis que compõem essa dimensão, apenas a mortalidade adulta jovem decresceu fortemente (13%, de 1,6 para 1,4 óbito por mil habitantes). As demais variáveis apresentaram pequena variação no período (quase uma estabilidade), mas mantendo-se em níveis melhores (inferiores) que os das médias do Estado.

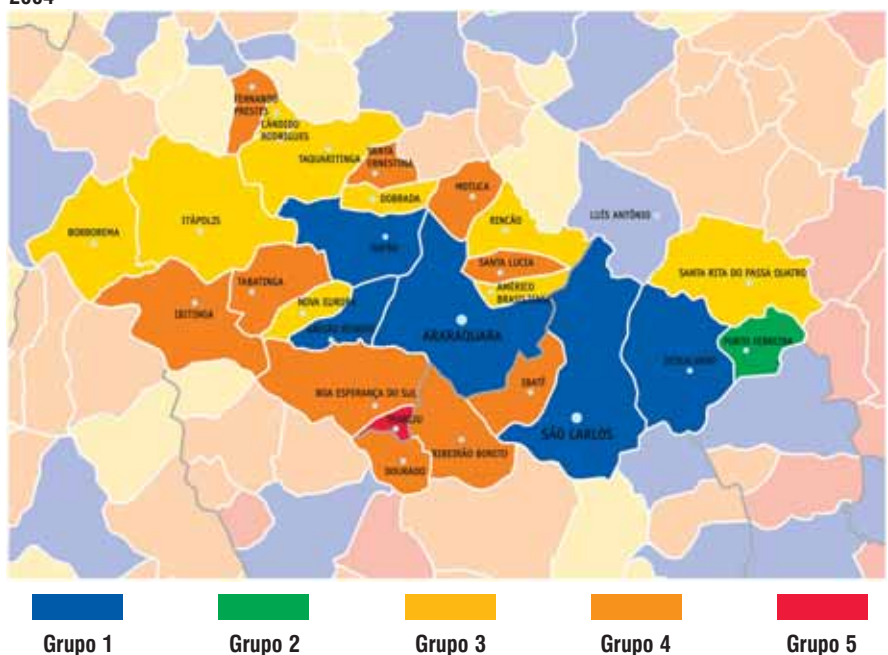


Escolaridade

A região somou um ponto ao indicador agregado de escolaridade no período, mantendo em 2004 escore superior à média estadual. Os níveis dos componentes do indicador agregado foram praticamente mantidos, três deles acima dos valores médios para o conjunto do Estado. Somente o nível do analfabetismo funcional, mensurado pela proporção de jovens de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, ficou abaixo da média, com 96,5% (ante 98,0%).



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa Central – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Américo Brasiliense	3	33	71	56
Araraquara	1	45	75	62
Boa Esperança do Sul	4	38	72	52
Borborema	3	36	77	56
Cândido Rodrigues	3	31	80	55
Descalvado	1	46	73	60
Dobrada	3	31	70	55
Dourado	4	34	78	48
Fernando Prestes	4	31	66	62
Gavião Peixoto	1	49	76	58
Ibaté	4	34	72	44
Ibitinga	4	36	70	51
Itápolis	3	34	74	63
Matão	1	43	72	64
Motuca	4	36	66	55
Nova Europa	3	33	71	69
Porto Ferreira	2	45	70	51
Ribeirão Bonito	4	32	71	52
Rincão	3	38	74	63
Santa Ernestina	4	29	60	55
Santa Lúcia	4	32	67	60
Santa Rita do Passa Quatro	3	42	72	54
São Carlos	1	45	77	55
Tabatinga	4	31	74	47
Taquaritinga	3	35	69	57
Trabiju	5	40	68	53
Região Administrativa Central	-	42	73	57
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Posição delicada

Pólo calçadista do Estado, a Região Administrativa de Franca precisa vencer o desafio da escolaridade.



Franca, município-sede, abriga 45% da população da região

Localizada no norte do Estado, a Região Administrativa de Franca representa 4,2% da área do Estado (10,4 mil quilômetros quadrados). Em 2004, contava com uma população projetada de 684 mil habitantes. Sua sede, Franca, abrigava 45,7% da população regional (313 mil habitantes).

Cerca de 94,7% da população da região residia em áreas urbanas. Esse índice variava de 64,5% em Cristais Paulista (a menor taxa de urbanização da região) a 98,4% em

Franca e São Joaquim da Barra. A densidade demográfica era de 66,0 habitantes por quilômetro quadrado e oscilava entre os 14,0 habitantes por quilômetro quadrado de Buritizal e os 548,0 habitantes por quilômetro quadrado de Franca.

Economia

A economia da região está apoiada na agroindústria e na indústria de calçados. Esta se concentra em Franca e é considerada uma especialidade da região. O município responde por parte significativa da produção nacional de calçados, com boa parcela destinada à exportação. A região participava com 1,28% do total do PIB do Estado em 2003. A economia estruturava-se da seguinte maneira em relação ao valor adicionado (VA) da região: agropecuária, 23,7%; indústria, 32,1%; serviços, 44,2%.

Na agropecuária, a cana-de-açúcar é o produto de maior participação no valor total da produção da região. Seu cultivo associa-se ao refino de álcool e açúcar. Também são produtos significativos na região a carne bovina, o café beneficiado e o

leite C. Destaque-se que a produção de café é importante tanto para a economia local quanto na sua participação no Estado. A região participava com 4% da agropecuária paulista em valor adicionado em 2003.

A indústria calçadista de Franca é importante também por movimentar outros segmentos industriais e atividades relacionadas, tais como fabricação de insumos, máquinas e equipamentos e serviços. A economia da região agrega, ainda, diversos ramos da indústria de transformação: metalomecânica, moveleira, de produtos elétricos, de confecções, usinas de açúcar e álcool e de fertilizantes.

Contudo, além do setor calçadista, sobressai na região a fabricação de alimentos e bebidas. Neste segmento, destacam-se as várias etapas da industrialização da carne e o refino de açúcar. A indústria regional participava com 0,9% do total do setor no Estado em valor adicionado em 2003.

Nos serviços, destacam-se os de caráter coletivo e sociais, entre eles os segmentos da saúde e da educação. São significativos, ainda, aqueles associados à empresas – tanto os auxiliares como os técnicos e especializados –, atendendo à demanda dos vários ramos industriais existentes e, em particular, da indústria calçadista. A participação do setor de serviços da região era de 1,2% do total desse setor em valor adicionado no Estado.

IPRS

Dos 23 municípios que formam a Região Administrativa de Franca,



Foto: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

A indústria calçadista de Franca é o destaque econômico da região

19 estão classificados nos grupos 4 e 5 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004). A maior concentração é observada no Grupo 4, com 7 municípios, ficando o Grupo 5 com 12. Dos quatro municípios restantes, Ipuã e Orlandia estão classificados no Grupo 1, Morro Agudo está no Grupo 2 e Igarapava no Grupo 3. A comparação com os números do IPRS 2004 (base de dados de 2002) revela que 15 municípios mantiveram-se na mesma classificação e 7 caíram para posições piores. Apenas Igarapava, que estava no Grupo 4, melhorou de posição.

Numa visão global, a região de Franca ocupa o 11º lugar no indicador riqueza, com 41 pontos, o 9º em longevidade (ocupava o 8º em 2002), com 71 pontos, e o 14º em escolaridade, com 50 pontos. O único quesito acima da média do Estado é a longevidade.

Riqueza

No indicador de riqueza, houve um desempenho positivo da região de Franca entre 2002 e 2004: crescimento de 5%, próximo da tendência estadual. Todos os municípios da região registraram crescimento nesse aspecto.

Verificou-se, por exemplo, aumento no consumo de energia elétrica nos setores primário, terciário e residencial, de 8,9 megawatts para 9,8 megawatts, ante a média do Estado de 15,4 megawatts em 2004. O rendimento médio do emprego formal também apresentou acréscimo em relação a 2002, passando de R\$ 799 para R\$ 823. Mas esses valores ainda são inferiores à média estadual de R\$ 1.277. Cabe destacar o acréscimo acima de 10% em Guará, Ituverava, Jeriquara, Morro Agudo e São Joaquim da Barra. Por outro lado, houve decréscimo de 20% no nível salarial do emprego formal em Igarapava.

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Franca – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Aramina	5	36	62	50
Batatais	4	42	75	52
Buritizal	4	38	81	44
Cristais Paulista	5	34	61	49
Franca	4	40	71	47
Guará	5	32	66	43
Igarapava	3	38	69	60
Ipuã	1	44	76	63
Itirapuã	5	26	60	39
Ituverava	4	40	66	59
Jeriquara	5	35	60	41
Miguelópolis	4	41	66	55
Morro Agudo	2	44	69	47
Nuporanga	5	42	68	51
Orlândia	1	47	79	62
Patrocínio Paulista	5	37	65	53
Pedregulho	5	34	66	45
Restinga	4	36	68	55
Ribeirão Corrente	5	32	65	48
Rifaina	5	39	58	51
Sales Oliveira	4	39	80	47
São Joaquim da Barra	5	41	68	52
São José da Bela Vista	5	36	65	42
Região Administrativa de Franca	-	41	71	50
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Ganho em longevidade

Um dos municípios da Região Administrativa de Marília, Oscar Bressane, ocupa o 1º lugar do Estado em longevidade.



Foto: RICARDO MANSHO

A agropecuária e a indústria produtora de alimentos são os segmentos que mais se destacam na região

Situada no centro-oeste do Estado, a Região Administrativa de Marília ocupa 18,5 mil quilômetros quadrados (7,5% da área do Estado) e apresentava densidade populacional de 50,6 habitantes por quilômetro quadrado em 2004. Esse índice era superior apenas ao das regiões de Barretos, Araçatuba, Presidente Prudente e Registro. Os contrastes intra-regionais eram pronunciados: a densidade demográfica oscilava de 6,3 habitantes por quilômetro quadrado, em Lutécia,

a 360,1 habitantes por quilômetro quadrado em Ourinhos.

A região contava com uma população projetada de 934 mil habitantes para 2004, 91,1% dos quais residindo em áreas urbanas, índice que se situa abaixo da média estadual (93,6%). Três municípios exibiam taxas de urbanização inferiores a 60%: Arco-Íris, Fernão e Lupércio. Os maiores índices, superiores a 95%, eram encontrados em Marília, Assis, Ourinhos e Tupã. Marília, o município-sede, abrigava 22,9% da população em 2004. Juntos, os municípios de Marília, Ourinhos, Assis e Tupã somavam 50,6% do total de habitantes da região.

Economia

Em 2003, a Região Administrativa de Marília ocupava a 10ª posição na geração do PIB paulista, com 1,81% do total do PIB do Estado, à frente das regiões de Araçatuba, Barretos, Presidente Prudente, Franca e Registro.

A agropecuária e as indústrias voltadas ao processamento de produtos primários, principal-

mente as de alimentos e bebidas, eram as atividades que mais se destacavam regionalmente. O principal setor econômico na geração do VA regional, no entanto, era o de serviços (comércio incluído), responsável por 42,9% do VA total da região, enquanto a agropecuária respondia por 29,3% e a indústria, por 27,8%. Do ponto de vista do Estado a região contribuía proporcionalmente mais para a composição do setor primário do que para as dos outros dois setores, participando com 6,9% do valor agregado (VA) da agropecuária do Estado, com 1,2% do VA da indústria e com 1,6% do VA do terciário.

A fabricação de alimentos e bebidas é a atividade que mais se destaca na região de Marília, gerando demanda para os principais produtos da agropecuária regional: a cana-de-açúcar, a carne bovina e os ovos. Tanto que o município de Marília recebeu o título de “Capital Nacional do Alimento”. A dinâmica agropecuária determinou, ainda, a presença de um pólo de produção de implementos agrícolas no município de Pompéia, responsável pela importância que a indústria de máquinas e equipamentos assume na região.

As três rodovias que servem a região – a BR-153, trecho Lins–Marília – Ourinhos; a SP-294, trecho Lins–Marília–Tupã; e a SP-333, trecho Assis–Marília–Ribeirão Preto –, além da hidrovia Tietê–Paraná, possibilitam o escoamento da produção local. Há aeroportos em Marília, Ourinhos, Assis e Tupã.



Marília: “Capital Nacional do Alimento”

IPRS

A maioria dos 51 municípios da Região Administrativa de Marília encontra-se no Grupo 3 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004): 24 municípios. Nos grupos 4 e 5 foram classificados 20 e 5 municípios, respectivamente. O Grupo 2 inclui apenas um município: Pompéia. O mesmo ocorre com o Grupo 1, onde está classificado o município de Pedrinhas Paulista. No *ranking* das 15 regiões administrativas do Estado do IPRS 2006, a de Marília ocupa o 4º lugar em escolaridade, com 60 pontos, o 8º em longevidade, com 71 pontos, e o 13º em riqueza, com 39 pontos (à frente apenas das regiões de Presidente Prudente e Registro). Em escolaridade e longevidade está acima das respectivas médias esta-

duais: 54 e 70 pontos. Em riqueza, está abaixo da média (52).

Riqueza

O consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços apresentou aumento de 8,1 megawatts, em 2002, para 8,6, em 2004, mas esse índice ainda é menor que o registrado no conjunto do Estado: 15,4 megawatts. E mais: nove municípios reduziram seu consumo de energia em relação a 2002. Já a remuneração média do mercado de emprego formal cresceu ligeiramente, passando de R\$ 781 em 2002 para R\$ 800 em 2004, valor este menor que a média estadual de R\$ 1.277, que se manteve estável entre 2002 e 2004. O valor adicionado fiscal *per capita* regional, no entanto, decresceu, de R\$ 7.312 para R\$ 7.024, queda

menor (4%) que a ocorrida no conjunto do Estado (7%), de R\$ 10.925 para R\$ 10.161 em 2004.



Longevidade

As taxas de mortalidade infantil e perinatal na região decresceram entre 2002 e 2004, passando, respectivamente, de 15,1 para 14,2 óbitos por mil nascidos vivos e de 18,3 para 16,0 óbitos por mil nascidos. No caso da mortalidade infantil, o indicador regional igualou-se ao estadual (14,2). No entanto, em 61% dos municípios, a mortalidade infantil está acima da média do Estado. E mais: em 71% dos municípios, é a mortalidade perinatal que está acima da média do Estado (15,2).

Um dos municípios da região, Oscar Bressane, ocupa o 1º lugar no estado no índice de longevidade (no IPRS 2004, estava em 4º lugar). Na região como um todo, esse índice evoluiu de 69 para 71 entre 2002 e 2004, tendo ficado acima da média do Estado em 2004 (70). Houve ganho de duas posições no ranking: do 10º lugar em 2002 para o 8º lugar em 2004.

Por outro lado, a taxa de mortalidade entre pessoas com mais de 60 anos (por mil habitantes) aumentou, de 38,5 para 39 óbitos por mil habitantes no período, ante a média estadual de 38,7 em 2004.



Escolaridade

O grande trunfo da região é a dimensão escolaridade, na qual ocupa o 4º lugar. Progrediram quase todas as variáveis componentes desse indicador agregado, que se situou em 60 em 2004, acima da média estadual (54). O maior valor nesse segmento ficou o de Pompéia: 69.

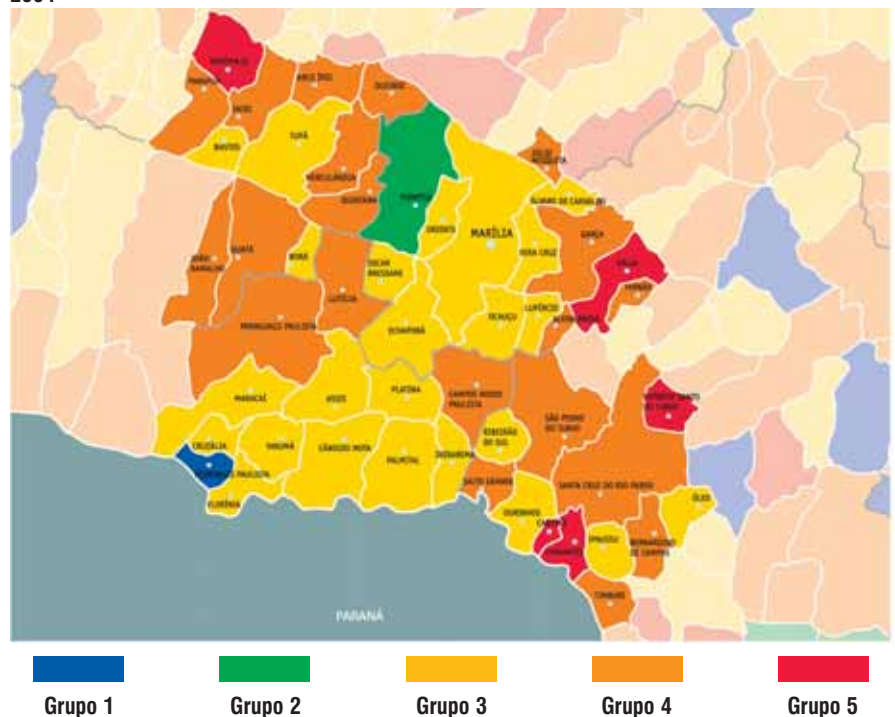
A taxa de atendimento pré-escolar para crianças de 5 a 6 anos permaneceu bastante acima da média estadual (77,0%): passou de 87,1% para 87,5% de 2002 a 2004.

Também estão acima da média estadual a porcentagem de jovens entre 15 e 17 anos que concluíram o ensino fundamental (73,1% contra 68,3%) e a daqueles que, entre 18 e 19 anos, terminaram o ensino médio (41,0% contra 37,6%).

A média do Estado só é maior que a regional na variável “porcentagem jovens entre 15 e 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo”. Enquanto a região ficou com 96,0% em 2004 (ante 92,8% em 2002), a média estadual foi de 98,0%.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Marília – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Álvaro de Carvalho	3	26	72	59
Alvinlândia	4	25	69	51
Arco-Íris	4	24	50	60
Assis	3	39	71	65
Bastos	3	42	74	58
Bernardino de Campos	4	35	75	53
Borá	3	33	72	57
Campos Novos Paulista	4	29	53	58
Cândido Mota	3	36	71	62
Canitar	5	29	63	51
Chavantes	5	39	63	44
Cruzália	3	35	83	64
Echaporã	3	30	74	61
Espírito Santo do Turvo	5	31	52	50
Fernão	4	23	58	58
Florínia	3	33	72	61
Gália	5	26	63	49
Garça	4	32	68	63
Herculândia	4	27	55	56
Iacri	4	31	52	57
Ibirarema	3	36	74	55
Ipaussu	3	36	69	63
João Ramalho	4	33	51	58
Júlio Mesquita	4	22	65	62
Lupércio	3	28	71	56
Lutécia	4	28	67	62
Maracá	3	39	71	62
Marília	3	41	73	63
Ocaçu	3	29	72	61
Óleo	3	24	76	58
Oriente	3	29	69	64
Oscar Bressane	3	29	94	67
Ourinhos	3	40	74	57
Palmital	3	42	74	58
Paraguaçu Paulista	4	36	64	63
Parapuã	4	34	74	51
Pedrinhas Paulista	1	49	80	64
Platina	3	28	71	61
Pompéia	2	44	66	69
Quatá	4	37	62	61
Queiroz	4	34	66	58
Quintana	4	28	62	62
Ribeirão do Sul	3	31	72	63
Rinópolis	5	32	68	52
Salto Grande	4	37	72	53
Santa Cruz do Rio Pardo	4	37	68	55
São Pedro do Turvo	4	26	76	53
Tarumã	3	42	76	62
Timburi	4	23	57	56
Tupã	3	39	69	54
Vera Cruz	3	33	80	61
Região Administrativa de Marília	-	39	71	60
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

A 2ª em escolaridade

A Região Administrativa de Presidente Prudente é a 2ª em escolaridade, mas a penúltima em riqueza.



Presidente Prudente abriga 1/4 da população da região, 13ª na geração do PIB estadual, à frente apenas de Franca e Registro

Situada no extremo oeste do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Presidente Prudente tem apresentado, nas últimas décadas, as menores taxas de crescimento do Estado, em torno de 0,8% ao ano.

Em 2004, abrigava uma população projetada de 814 mil habitantes, com apenas 86,4% residindo em áreas urbanas. Trata-se da região com a terceira menor taxa de urbanização estadual. Entre os municípios, esse

índice oscilava de 26,7%, em Rosana, a 98,1%, em Presidente Prudente.

Presidente Prudente, município-sede da região, abrigava 24,5% de seus habitantes. Somadas as populações de Presidente Prudente, Dracena, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Adamantina, chegava-se a 43,4%.

A Região Administrativa de Presidente Prudente reúne 53 municípios. Ocupando 9,6% do território estadual (23,9 mil quilômetros quadrados) e reunindo apenas 2% de sua população, apresenta a segunda menor densidade demográfica do Estado (34,0 habitantes por quilômetro quadrado). Regionalmente, a menor densidade pertence a Marabá Paulista (4,0 habitantes por quilômetro quadrado) e as maiores a Presidente Prudente e Osvaldo Cruz (superiores a 100 habitantes por quilômetro quadrado).

Economia

Em 2003, a Região Administrativa de Presidente Prudente ocupava a 13ª posição na geração do PIB paulista (1,36% do PIB total do Estado), à frente apenas das regiões de Franca e Registro. O principal setor econômico na geração do valor adicionado (VA) regional era o de serviços (incluído comércio), responsável por 44,2% do VA total da região, enquanto a indústria respondia por 37,5% e a agropecuária por 18,2%.

Do ponto de vista do Estado, porém, a região contribuía proporcionalmente mais para a composição do setor agropecuário do que para as dos outros dois setores, participan-

do com 3,3% do VA da agropecuária paulista, 1,2% do VA da indústria e 1,3% do VA do terciário (serviços). O grande peso da atividade industrial e de serviços na composição do VA total da região não é resultado da existência de um parque industrial significativo ou de um setor terciário sofisticado, mas sim da geração de energia elétrica na usina hidrelétrica de Porto Primavera, no município de Rosana. Em menor importância, contribuem ainda a Usina Hidrelétrica Escola Politécnica, no município de Sandovalina, e a Usina Hidrelétrica Escola de Engenharia Mackenzie, em Taciba. Já o VA de serviços decorre principalmente da atividade da administração pública.

Ainda analisando o setor secundário (indústria), a região destaca-se na produção de álcool, devido à presença de grandes usinas de cana-de-açúcar. Internamente, a indústria de alimentos e bebidas, mais especificamente abate, produção de carne e preparação de produtos de carne, apresenta relevância.

O desenvolvimento da indústria local está estreitamente ligado ao predomínio da atividade pecuária na região, o que a torna não apenas uma grande produtora de carne bovina como também de leite. A região é considerada uma das maiores bacias leiteiras do país. A exemplo das outras regiões do oeste paulista, também a produção de cana-de-açúcar tem destaque regional.

A região está às margens da hidrovía Tietê-Paraná, o que facilita o escoamento de seus produtos para os países do Mercosul.

Constitui um entroncamento viário de grande importância, com acesso por estrada de ferro a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Liga-se e à capital paulista pela rodovia Raposo Tavares (SP-270).

IPRS

Dos 53 municípios que constituem a Região Administrativa de Presidente Prudente, 50 estão classificados nos grupos 3 e 4 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004): 32 no Grupo 3 e 18 no Grupo 4. Nos extremos, encontram-se Presidente Prudente, no Grupo 1, e Teodoro Sampaio e Panorama, no Grupo 5. A Região Administrativa de Presidente Prudente apresenta o 2º mais elevado indicador de escolaridade do Estado, com 63 pontos, só perdendo para Araçatuba. Ocupa o 6º lugar na dimensão longevidade, com 71 pontos, e a 14ª posição em riqueza, com 36 pontos, dimensão em que fica à frente apenas da região de Registro. As posições são as mesmas que a região ocupava no IPRS 2004 (base de dados de 2002). Os índices de escolaridade e longevidade são superiores à média do Estado, de 54 e 70 pontos, respectivamente. O de riqueza é inferior (52).

Riqueza

O indicador agregado de riqueza estabilizou-se no período 2002-2004, situado em 36, enquanto o conjunto do Estado cresceu 4% nesta dimensão. Entre os municípios da região, 31 aumentaram seus escores de riqueza, 15 ficaram estabilizados

e sete retrocederam. Destaque-se o recuo em 12 pontos neste indicador registrado em Sagres.

O consumo de energia elétrica nos setores produtivos e de serviços cresceu 5% no período, percentual menor que o do aumento médio observado no Estado, de 12%. O valor adicionado fiscal *per capita* recuou 12%, enquanto a queda registrada no Estado foi de 7%. Entre os 35 municípios que registraram valores decrescentes nesse componente, 6 acusaram queda superior a 20%.

A região apresentou níveis de salários médios estáveis, mas houve redução nesse item em Sagres, Presidente Epitácio, Emilianópolis e Alfredo Marcondes.



Longevidade

Em longevidade, os indicadores mostraram uma pequena melhora em 2004, situando a região acima da média estadual. Os índices de mortalidade infantil e perinatal, no en-



tanto, seguiram piores que a média. A taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) reduziu-se de 15,6 óbitos para 14,4, ante a média estadual de 14,2 em 2004. A taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) diminuiu de 18,7 óbitos para 16,0, ante média estadual de 15,2.

Escolaridade

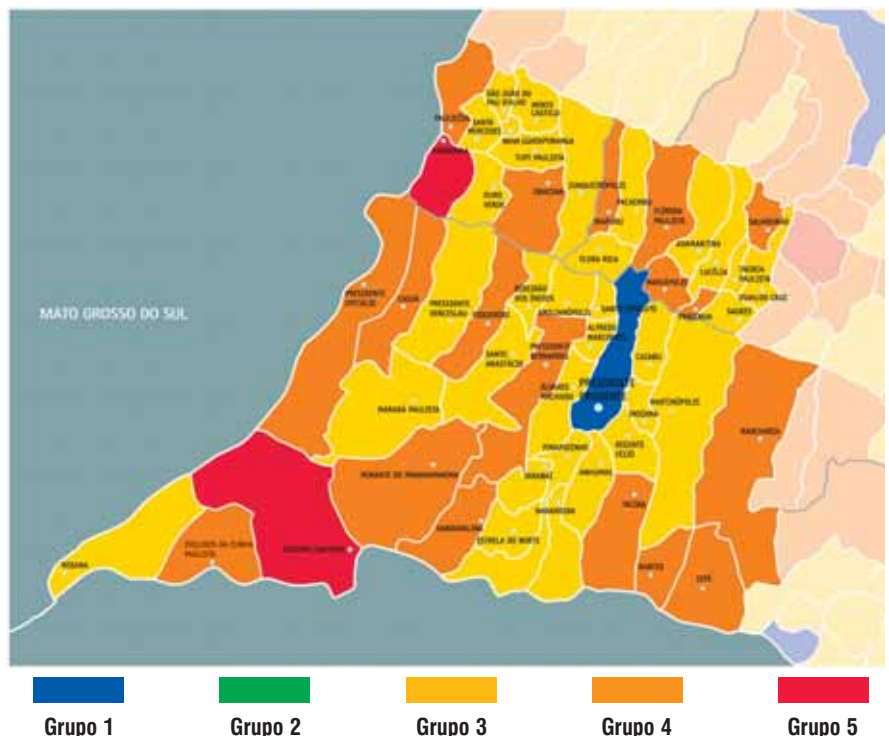
Dos 53 municípios da região, 36 avançaram no indicador escolaridade de 2002 a 2004 (30 dos quais, 83%, ultrapassaram o escore médio estadual de 54). O destaque foi a grande ascensão da taxa de atendimento da pré-escola às crianças de 5 e 6 anos: subiu de 58,7%, em 2000, para 83,4%, em 2004, superando a média de 77,0% obtida

pelo Estado naquele ano.

A região apresentou as maiores proporções de jovens com conclusão dos ensinos fundamental e médio em 2004: 78,9% e 43,4%, respectivamente. As médias estaduais foram de 68,3% e 37,6%, respectivamente. A proporção de jovens com ensino médio concluído, porém, caiu em relação a 2002, quando foi de 46,6%.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa Presidente Prudente – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Adamantina	3	38	69	77
Alfredo Marcondes	3	25	77	70
Álvares Machado	3	32	76	58
Anhumas	3	26	77	61
Caiabu	3	24	80	65
Caiuá	4	28	72	53
Dracena	4	37	67	68
Emilianópolis	3	25	76	65
Estrela do Norte	3	23	86	65
Euclides da Cunha Paulista	4	21	70	49
Flora Rica	3	25	74	59
Flórida Paulista	4	32	67	65
Iepê	4	32	58	68
Indiana	3	26	78	61
Inúbia Paulista	3	38	80	60
Irapuru	4	22	67	61
Junqueirópolis	3	31	73	62
Lucélia	3	34	69	57
Marabá Paulista	3	26	74	58
Mariópolis	4	22	48	65
Martinópolis	3	29	70	59
Mirante do Paranapanema	4	22	77	51
Monte Castelo	3	25	75	60
Nantes	4	33	66	71
Narandiba	3	27	81	55
Nova Guataporanga	3	19	69	60
Osvaldo Cruz	3	36	75	67
Ouro Verde	3	25	69	59
Pacaembu	3	27	78	64
Panorama	5	29	67	50
Paulicéia	4	27	59	54
Piquerobi	4	27	84	52
Pirapozinho	3	31	74	58
Pracinha	4	25	52	57
Presidente Bernardes	4	32	66	57
Presidente Epitácio	4	35	69	53
Presidente Prudente	1	46	71	71
Presidente Venceslau	3	34	71	62
Rancharia	4	38	65	67
Regente Feijó	3	34	73	58
Ribeirão dos Índios	3	22	88	62
Rosana	3	39	71	55
Sagres	3	24	74	69
Salmourão	4	27	67	64
Sandovalina	4	32	66	62
Santa Mercedes	3	26	79	71
Santo Anastácio	3	33	79	57
Santo Expedito	3	21	80	69
São João do Pau d'Alho	3	27	84	64
Taciba	4	32	75	53
Tarabá	3	25	74	58
Teodoro Sampaio	5	29	68	49
Tupi Paulista	3	32	73	76
Região Administrativa de Presidente Prudente	-	36	71	63
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Baixos indicadores

Com os mais baixos indicadores do Estado, a Região Administrativa de Registro enfrenta o desafio de desenvolver-se preservando o meio ambiente.



Juntos, os municípios de Registro (foto), Cajati, Iguape, Juquiá e Miracatu respondem por 57% da população da região

Situada no Vale do Ribeira, no Litoral Sul do Estado, a Região Administrativa de Registro tem a menor taxa de urbanização do Estado, concentrando em 2004 apenas 68,3% da população nas áreas urbanas, índice

bem abaixo da média estadual (93,6%). Os municípios de Sete Barras e Barra do Turvo apresentaram nesse ano as menores taxas da região. As mais elevadas ficaram com Registro, Cananéia e Ilha Comprida,

este último com 100% da população na área urbana.

A população projetada da Região Administrativa de Registro para 2004 era de 282 mil pessoas. Registro, o município-sede da região, concentrava 19,9% da população regional. Juntos, os municípios de Registro, Cajati, Iguape, Juquiá e Miracatu respondiam por 57,2% dessa população.

Os 14 municípios da região ocupam 12,1 mil quilômetros quadrados (4,9% da área estadual) e, em 2004, apresentavam a menor densidade demográfica do Estado (menos de 20 habitantes por quilômetro quadrado). Apenas em Registro e Cajati, esse índice era superior a 60 habitantes por quilômetro quadrado.

Economia

A região tem uma economia basicamente agrícola e de extrativismo vegetal. A característica marcante da região encontra-se nas diversas áreas de preservação ambiental, com impacto para o desenvolvimento econômico, o qual, em alguns municípios, fica circunscrito às áreas não restritas pela legislação ambiental.

Em 2003, a agricultura, a indústria e os serviços (incluído comércio) participavam da economia da região com 32,4%, 21,4% e 46,2%, respectivamente. Em termos de expressão econômica no Estado, a região apresentava a menor participação no PIB estadual, com apenas 0,33% do total.

A cultura mais importante da região é a da banana. A maior parte da produção de banana no Estado vem da Região Administrativa de Regis-



Foto: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

A cultura mais importante da região é a da banana

tro. Também são produzidos na região carne bovina, tangerina e maracujá. Mais recentemente, tem-se destacado, de forma crescente, a produção de chá. Em 2003, a agropecuária participava com 1,5% do valor adicionado do Estado.

Na indústria, os ramos presentes na poucos. Destacam-se algumas empresas de alimentos e bebidas, que guardam relação específica com a produção agrícola. Outros ramos são a metalurgia básica e a fabricação de produtos minerais não-metálicos. O valor adicionado da indústria da região participava com 0,2% do total do Estado em 2003. O município de maior peso na indústria era Cajati (52%), onde estava instalado um complexo químico-industrial que agregava várias empresas em um sistema verticalizado de produção, englobando, entre outros produtos, cimento e ácido fosfórico, além

de alimentos.

Os serviços da região têm também pequena participação no Estado. Em boa medida, eles decorrem da ação governamental. Existe, ainda, a exploração incipiente do turismo em alguns municípios, como em Cananéia, onde está restrita aos limites das áreas de conservação, como a reserva extrativista de Mandira e parte da Ilha do Cardoso e a área de proteção ambiental (APA) de Cananéia-Iguape-Peruíbe, que abrange parte do município de Cananéia. Em 2003, o valor adicionado em serviços (comércio incluído) correspondia a 0,3% do total do Estado.

Embora seja cortada longitudinalmente pela rodovia Régis Bittencourt – uma rota natural para o sul do país e para os demais países do Mercosul –, a região não aproveita devidamente esse fator.

IPRS

Dona dos piores indicadores paulistas, a Região Administrativa de Registro tem diversos desafios a superar, o principal deles obter o sonhado desenvolvimento zelando ao mesmo tempo por seu meio ambiente, o mais preservado do Estado.

A distribuição de seus 14 municípios nos cinco grupos do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004) espelha essa adversidade: apenas Ilha Comprida foi classificado no Grupo 2. Todos os demais integram os grupos 4 (8 municípios) ou 5 (5 municípios). Houve ligeira melhora em 2004 em relação a

2002: aumentou o número de municípios classificados no Grupo 4. A região ficou com a 15ª posição na dimensão riqueza, com 32 pontos; a 13ª em longevidade, com 68 pontos; e a 15ª em escolaridade, com 47 pontos. Todos os índices foram inferiores às respectivas médias estaduais: 52, 70 e 54 pontos.

Riqueza

No indicador agregado de riqueza, a região apresentou pequeno acréscimo entre 2002 e 2004, passando de 31 para 32 pontos. De modo geral, o mesmo comportamento foi observado em todos os seus municípios, com exceção de Ilha Comprida, que registrou queda de 8 pontos no score, decorrente principalmente da diminuição do consumo de energia elétrica residencial.

Com exceção do valor adicionado fiscal *per capita* (diminuiu de R\$ 3.241 em 2002 para R\$ 3.074 em 2004, tendo ficado bem abaixo da média paulista, de R\$ 10.161), todas as demais variáveis utilizadas na construção do indicador de riqueza apresentaram crescimento para o total da região, inclusive a remuneração média do emprego formal, que foi de R\$ 711 em 2002 para R\$ 730 em 2004 (a média paulista de 2004 foi de R\$ 1.277).



Longevidade

O indicador agregado de longevidade da região cresceu de 65 para 68 pontos de 2002 a 2004. É digna de nota a diminuição das taxas de mortalidade infantil no período, de 17,1 para 14,4 óbitos por mil nascidos vivos, praticamente igualando-se à média estadual (14,2). No entanto, a mortalidade perinatal, em grande parte relacionada à saúde materno-infantil, ainda está muito acima da média do Estado.

Caiu de 21,6 para 20,7 óbitos por mil nascidos, ante a média paulista de 15,2 em 2004. A redução da mortalidade infantil ocorreu em praticamente todos os municípios da região.



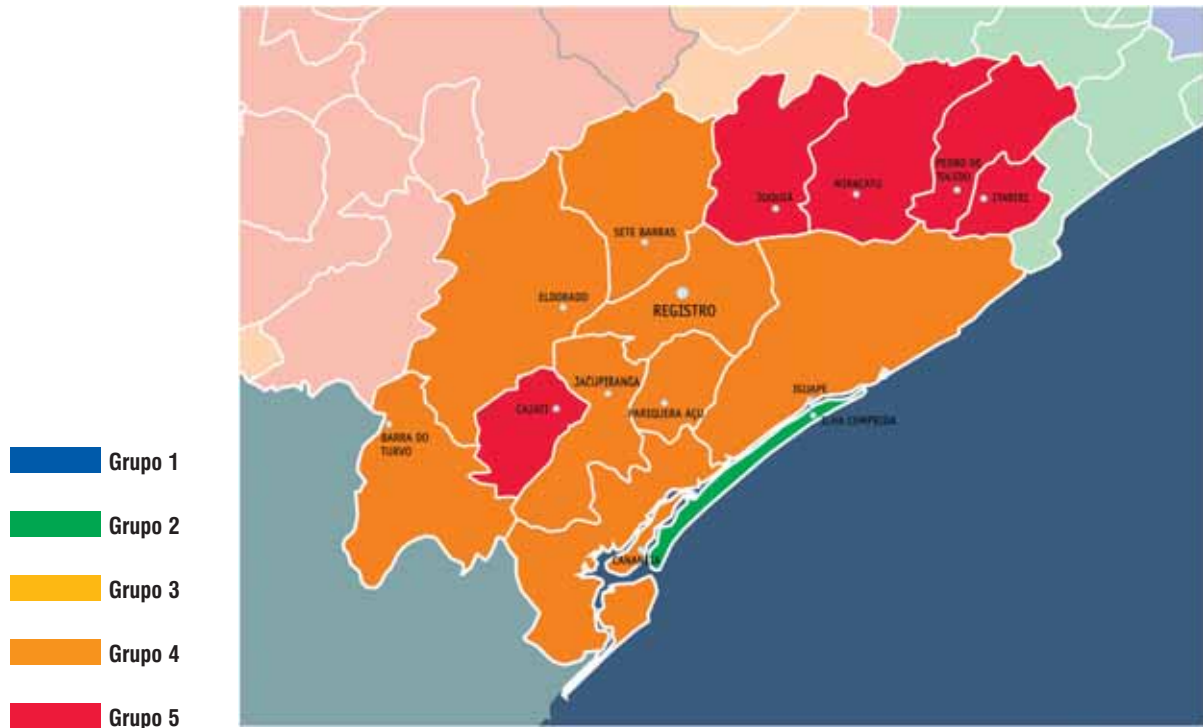
Escolaridade

Na dimensão escolaridade, a Região Administrativa de Registro, apesar da considerável melhora apresentada no período 2002-2004 (de 44 para 47 pontos), ainda está em nível bastante inferior ao do conjunto do Estado (54). Os municípios com melhores escores são Eldorado, Iguape e Registro, acima da média estadual. Barra do Turvo apresenta o menor escore regional em escolaridade.



Todas as variáveis componentes do indicador agregado estão abaixo da média do Estado: a proporção de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental é de 63,9%, ante 68,3% da média paulista; a de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo, de 97,7%, ante 98,0%; a de pessoas de 18 e 19 anos com ensino médio completo, de 31,1%, ante 37,6%; e a de crianças de 5 e 6 anos com acesso à pré-escola, de 64,3%, ante 77,0%.

2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Registro – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Barra do Turvo	4	22	69	26
Cajati	5	33	63	44
Cananéia	4	33	75	37
Eldorado	4	23	66	55
Iguape	4	32	66	58
Ilha Comprida	2	51	74	40
Itariri	5	30	60	40
Jacupiranga	4	26	72	42
Juquiá	5	24	68	45
Miracatu	5	28	63	36
Paripuera-Açu	4	32	72	44
Pedro de Toledo	5	30	68	40
Registro	4	34	66	60
Sete Barras	4	22	75	47
Região Administrativa de Registro	-	32	68	47
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Campeã de longevidade

A Região Administrativa de Ribeirão Preto é a 1ª do Estado em longevidade.



Ribeirão Preto sobressai como pólo regional e de referência no Estado nas áreas médica e odontológica

Situada no nordeste do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de Ribeirão contava com uma população projetada de aproximadamente 1,1 milhão de habitantes em 2004. Composta por 25 municípios, a região tem em sua sede, Ribeirão Preto, seu maior pólo, com 47,5% da população naquele ano. Juntos, os municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboaticabal e Monte Alto detinham 66,7% da população regional. Quase 97% da população da região

estava concentrada em áreas urbanas (trata-se de um dos maiores índices do Estado, sendo superado apenas pelo da Região Metropolitana da Baixada Santista (99,6%). As taxas de urbanização oscilavam de 64,0%, em Cássia dos Coqueiros (a menor da região), até 99,6%, em Ribeirão Preto.

Ocupando apenas 3,8% do território estadual (9,4 mil quilômetros quadrados), a região apresentava em 2004 uma das maiores densidades demográficas do Estado (120,8 habitantes por quilômetro quadrado). Os contrastes intra-regionais eram acentuados: a menor densidade era encontrada em Luís Antônio (12,6 habitantes por quilômetro quadrado); a maior, em Ribeirão Preto (superior a 800 habitantes por quilômetro quadrado).

Economia

A Região Administrativa de Ribeirão Preto tem sua economia baseada na agropecuária e na agroindústria sucroalcooleira. Destaca-se, ainda, a presença dos centros de pesquisa e universidades. Em 2003, a região participava com 2,3% do PIB

do Estado. A agropecuária, a indústria e os serviços (incluído o comércio) respondiam por 13,8%, 33,8%, 52,4%, respectivamente, da economia da região.

No setor agropecuário, a principal cultura é a cana-de-açúcar. Assim, as usinas de cana-de-açúcar e de álcool predominantes na paisagem da região constituem importante articulação da agropecuária com a indústria na região – a este segmento da agroindústria associa-se também o desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos.

Em proporções menores, a carne de frango, o ovo e a carne bovina também são produtos significativos da região. A agropecuária conta, ainda, com lavouras diversas: amendoim, café, soja, milho e laranja, entre outros produtos. Em 2003, a participação da agropecuária dessa região na agropecuária total do Estado era de 4,2%.

Na indústria, o ramo mais importante é o de alimentos e bebidas – com beneficiadoras de café, amendoim e soja. Destacam-se ainda a produção de suco de laranja – outro produto emblemático na articulação agroindustrial – e a fabricação de derivados de leite. A fabricação de produtos químicos e a fabricação e refino de álcool são também dois significativos ramos industriais da região. Há, ainda, os ramos de fabricação de ração e fertilizantes e de máquinas e equipamentos, indústrias de desenvolvimento associadas ao complexo agroindustrial.

Além dos ramos industriais citados, há o de equipamentos médico-hospitalares e de equipamentos



Foto: RICARDO MANSHO

No setor agropecuário, a principal cultura é a cana-de-açúcar.

cirúrgicos e óticos, que se articulam com as universidades e centros de pesquisa da área médica existentes na região. A indústria regional participava com 1,8% do total industrial do Estado em 2003.

Nos serviços da região, destaca-se, além do comércio, o segmento de educação, especialmente pelas instituições de ensino superior e centros de pesquisa e saúde. As instituições de ensino e seus respectivos centros de pesquisa, por sua vez, associam-se às empresas do segmento médico-odontológico e farmacêutico (saúde).

O município de Ribeirão Preto sobressai como pólo regional e de referência no Estado nas áreas médica e odontológica. Em Ribeirão Preto, estão os *campi* da Universidade de São Paulo (USP), da Faculdade Armando Álvares Penteado (Faap) e Fundação Getúlio

Vargas (FGV), entre outras. No conjunto, a região contribuía com 2,5% do total do setor de serviços do Estado em 2003.

Os serviços de saúde disponíveis em Ribeirão Preto, com o Hospital das Clínicas da USP à frente, tornaram-se referência nacional, e com isso atraem pessoas de todo o Brasil. Essa excelência tem reflexos em outras áreas, como a rede de serviços de apoio e os ramos da indústria ligados a essas atividades (por exemplo, o farmacêutico, o médico e o odontológico).

O comércio também é forte e tem a saúde, os transportes e a educação como seus setores mais dinâmicos.

IPRS

Mais da metade (14) dos 25 municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto está no Grupo 4 do Índice Paulista de Responsabilidade

Social de 2006 (base de dados de 2004). No Grupo 1, estão classificados Jaboticabal, Luís Antônio, Ribeirão Preto e Sertãozinho; no Grupo 2, Pontal; no Grupo 3, Brodowski, Cássia dos Coqueiros, Dumont, Guatapar e Monte Alto; e, no Grupo 5, Santo Antônio da Alegria.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto ficou em 1o lugar no indicador de longevidade do IPRS 2006, com 75 pontos, ante os 73 do IPRS 2004 (2o lugar). Classificou-se em 5o lugar na dimensão riqueza, com 47 pontos, ante os 45 do IPRS 2004 (também na 5a posição), e em 9o lugar em escolaridade, com 54 pontos, ante os 53 do IPRS 2004 (também na 9a posição).

Riqueza

Analisando o indicador agregado de riqueza da Região Administrativa, de Ribeirão Preto observa-se que essa dimensão acompanhou a tendência de aumento registrada no Estado, passando de 45 pontos em 2002 para 47 pontos em 2004. Somente o município de Taquaral apresentou redução nesse indicador, de 1 ponto. Os demais registraram estabilidade ou aumento. Os municípios de Luís Antônio e Ribeirão Preto exibiram indicador igual ou superior ao do conjunto do Estado.

Houve crescimento de 10% no consumo de energia elétrica nos setores primário e terciário na região e a maioria de seus municípios apresentou aumentos superiores a esse valor. Também foi registrado pequeno aumento do slrio médio do setor formal da economia, diferentemente do ocorrido no conjunto do

Estado, que se manteve estável. Já o valor adicionado fiscal *per capita* diminuiu cerca de 4%, ante uma queda de 7% no conjunto do Estado.



Longevidade

O indicador agregado de longevidade apresentou pequeno aumento na região ao longo do período 2002-2004, comportamento semelhante  média estadual. Cerca de três quartos dos municípios da região ficou acima da média estadual, sendo Cássia dos Coqueiros (81 pontos) o mais bem posicionado. Somente Santo Antônio da Alegria (65), Taquaral (68), Pontal (68), Guariba (69) e Barrinha (69) registraram escores inferiores  média do Estado. As taxas de mortalidade da região registraram reduções ou estabilização no período, permanecendo com valores inferiores às médias do Estado. O movimento da taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos é decorrente da menor mortalidade por homicídios.

Entre os municípios, as taxas de mortalidade analisadas mostraram comportamento heterogneo. Entretanto, 18 dos municípios registraram taxas inferiores às exibidas pelo conjunto do Estado e 7 apresentaram taxa de mortalidade infantil inferior a 10 óbitos por 1.000 nascidos vivos.

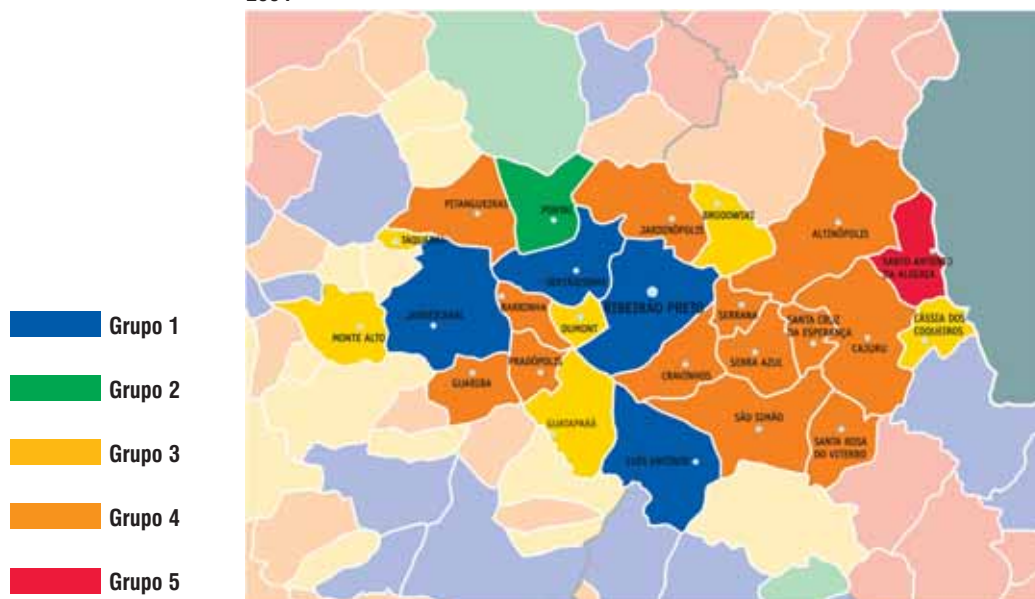


Escolaridade

No quesito escolaridade, a região de Ribeirão Preto registrou em 2004 o acréscimo de 1 ponto no escore em relação a 2002, alcançando a média estadual de 54 pontos. A maioria dos municípios melhorou nessa dimensão, com destaque para Barrinha, Jardinópolis e Cássia de Coqueiros. Entretanto, apesar do crescimento, mais da metade dos municípios permaneceu abaixo da média estadual. A taxa de analfabetismo funcional da região (proporção de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo) e a taxa de atendimento da pré-escola às crianças de 5 e 6 anos registraram pequenos aumentos no período, mantendo-se em níveis superiores aos das médias estaduais. A primeira passou de 94,9% para 98,7%, ante a média do Estado de 98,0% em 2004; e a segunda foi de 77,9% para 79,4%, ante a média estadual de 77,0% em 2004.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Ribeirão Preto – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Altinópolis	4	35	79	48
Barrinha	4	30	69	47
Brodowski	3	34	70	56
Cajuru	4	32	72	48
Cássia dos Coqueiros	3	29	81	63
Cravinhos	4	39	73	44
Dumont	3	38	75	56
Guariba	4	37	69	45
Guataparã	3	36	73	57
Jaboticabal	1	45	72	56
Jardinópolis	4	40	75	53
Luís Antônio	1	56	74	54
Monte Alto	3	41	73	60
Pitangueiras	4	38	72	53
Pontal	2	45	68	40
Pradópolis	4	42	78	50
Ribeirão Preto	1	52	76	57
Santa Cruz da Esperança	4	28	74	50
Santa Rosa do Viterbo	4	39	73	53
Santo Antônio da Alegria	5	25	65	39
São Simão	4	38	77	52
Serra Azul	4	30	74	41
Serrana	4	37	73	50
Sertãozinho	1	50	75	55
Taquaral	4	37	68	58
Região Administrativa de Ribeirão Preto	-	47	75	54
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Aviação e turismo

A economia da Região Administrativa de São José dos Campos apóia-se na indústria – onde sobressai o segmento aeroespacial – e no turismo.



Caraguatatuba é um dos exemplos de atração turística da região

Situada no extremo leste do Estado, entre as duas grandes metrópoles do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, a Região Administrativa de São José dos Campos contava em 2004 com uma população projetada de 2,1 milhões de habitantes, a quarta maior do Estado entre as regiões, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo e para as regiões administrativas de Campinas e Sorocaba. São José dos Campos, sede da região, concentrava 27,1% da população

Foto: RICARDO MANSHO

regional. Juntos, os municípios de São José dos Campos, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Jacareí e Taubaté reuniam 60,2% dos habitantes da região.

Composta por 39 municípios e ocupando 6,5% do território estadual (16,1 mil quilômetros quadrados), a Região Administrativa de São José dos Campos apresentava densidade demográfica de 131,8 habitantes por quilômetro quadrado em 2004.

Os contrastes intra-regionais eram bastante pronunciados, com variações de densidade demográfica que iam de 7,1 habitantes por quilômetro quadrado, em São José do Barreiro, até 509,3 habitantes por quilômetro quadrado em São José dos Campos.

Em 2004, praticamente 93,4% da população residia em áreas urbanas. Entre os municípios, esse índice apresentava oscilações que iam de 29,2% em Paraibuna (o município menos urbanizado da região) a 99,2% em São Sebastião. Apenas 26,0% dos municípios da região contavam com taxas de urbanização inferiores a 60,0%.

Economia

A economia da Região Administrativa de São José dos Campos é fortemente apoiada na indústria e nos serviços. De seu diversificado complexo industrial, sobressai o segmento aeroespacial do município de São José dos Campos. A economia da região participou com 6,27% do total do PIB estadual em 2003, o terceiro maior percentual, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo (49,38%) e para a Região Administrativa de Campinas (17,42%). Os serviços, a indústria e a agropecuária participavam da economia da região naquele ano com 35,2%, 63,2% e 1,5%, respectivamente.

O setor agropecuário possui pequena participação no total da agropecuária do Estado (apenas 1,2% em 2003). Destacam-se como principais produtos da região a carne bovina e o leite.

A indústria é extremamente diversificada, incluindo os ramos automotivo, de autopeças, telecomunicações, eletroeletrônico, metalurgia básica, farmacêutico, químico, petróleo e têxtil, além do aeroespacial, de maior expressão. De fato, a maior contribuição dessa região para o PIB estadual vem da indústria, com 8,6% do total do valor adicionado desse setor no Estado. Isso deve-se ao fato de os produtos de vários ramos industriais presentes na região – com destaque para o segmento aeroespacial – serem de altíssimo valor agregado, dado o nível tecnológico envolvido, e direcionados para o mercado externo.

No setor de serviços (comércio incluído), são importantes aqueles ligados à dinâmica das empresas, em função da forte indústria da região, além dos pessoais e coletivos, especialmente no turismo, dada a vocação natural dos municípios da faixa litorânea conhecida como Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela). Outra localidade importante na exploração do turismo é a estância de Campos do Jordão.

Além destes, há o turismo rural nos pequenos municípios da serra do Mar (São Luís do Paraitinga, Cunha, Paraibuna e Natividade da Serra) e o turismo de aventura e histórico na serra da Bocaina, sobretudo, nos municípios de Bananal e São José do Barreiro. O valor adicionado em serviços na região representa 4,3% do total desse setor no Estado.

O eixo de transportes principal da região é constituído pela rodovia Presidente Dutra e pela ferrovia da MRS Logística. Outras estradas fazem a ligação com a Região Metropolitana de São Paulo, com Campinas, com o Litoral Norte, com o interior do Estado e com o Estado de Minas Gerais.

IPRS

No Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004), estão classificados os maiores municípios da região: São José dos Campos, Jacareí, Guaratinguetá e Taubaté, além de Jambeiro e Ilhabela; 7 municípios integram o Grupo 2; 10, o Grupo 4; e, 16, o Grupo 5.

A região ocupa a 3ª posição na di-

mensão riqueza, com 52 pontos (média do Estado), ante os 51 do IPRS 2004 (também no 3º lugar), atrás apenas das regiões metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo. Em contrapartida, é a penúltima (14ª) em longevidade, com 67 pontos, acima dos 64 obtidos no IPRS 2004 (também na penúltima colocação), mas ainda abaixo da média do Estado (70). Em escolaridade, é a 8ª, com 55 pontos (ante os 53 do IPRS 2004), 1 ponto acima da média estadual (54).

Riqueza

No indicador de riqueza, houve estabilidade em relação a 2002, comportamento que reflete o que ocorreu em quase todos os 39 municípios da região no período 2002-2004, tanto no consumo de energia elétrica quanto no salário médio do setor formal. Já o valor adicionado fiscal *per capita* apresentou decréscimo, acompanhando o comportamento registrado no conjunto do Estado.

O rendimento médio do emprego formal fechou em R\$ 1.384, superando a média paulista, de R\$ 1.277; o valor adicionado fiscal *per capita*, mesmo caindo (de R\$ 17.649 para R\$ 14.872), ficou bem acima da média estadual, de R\$ 10.161.



Longevidade

Cerca de metade dos municípios da região (19) ampliou o escore de longevidade no período 2002-2004, 17 registraram redução e 3 mantiveram-se estáveis. Ainda assim, dos 39 municípios da região apenas 4 exibem nível alto de longevidade (Arapeí, Ilhabela, Jambeiro e Redenção da Serra) e 7 mostram nível médio (Bananal, Guaratinguetá, Jacareí, Parai-buna, Santa Branca, São José dos Campos e Taubaté).

As taxas de mortalidade continuaram decrescentes, porém ficaram acima das médias estaduais de 2004. Em alguns municípios, a mortalidade infantil permanece elevada, acima de 25 óbitos por mil nascidos vivos, o mesmo ocorrendo com a mortalidade perinatal. Esses resultados refletem as grandes desigualdades sociais existentes na região, indicando a necessidade de esforços dos gestores públicos para reduzi-las, propiciando melhores condições de saúde para seus moradores.

O paradoxo entre baixos níveis de longevidade e elevada riqueza municipal faz dessa região uma das mais desiguais do Estado, só sendo superada nesse aspecto pela Região Metropolitana da Baixada Santista.



Escolaridade

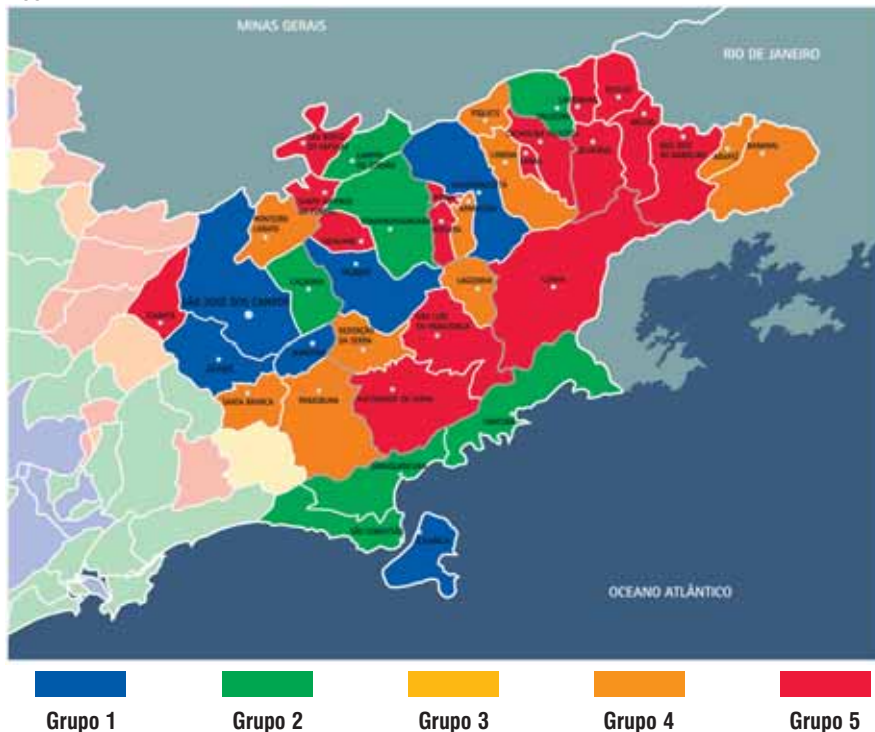
A pequena melhora observada para o indicador de escolaridade no período 2002-2004 (de 53 para 55 pontos) foi conseqüência, principalmente, da relativa estabilidade da proporção de jovens com ensino fundamental e médio completos. Assim a evolução da escolaridade média da população, que tem sido crescentemente apontada como chave para o desenvolvimento humano, continuou, porém mais lentamente do que no período 2000-2002 (de 45 para 53 pontos).

Oito municípios exibem nível alto de escolaridade: Jambeiro (61), Taubaté (61), Guaratinguetá (60), Caçapava (59), Jacareí (59), Lagoinha (59), Caragatatuba (59)

e Cruzeiro (58). Em patamar intermediário situam-se Monteiro Lobato (57), São José dos Campos (57), Aparecida (55), Ilhabela (55), Lorena (55), Piquete (55) e Campos do Jordão (54). Entre os municípios de pior desempenho estão Cunha (31), Areias (33), Natividade da Serra (36), Arapeí (39) e Tremembé (39), últimos colocados em escolaridade, com menos de 40 pontos no escore.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de São José dos Campos – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Aparecida	4	41	63	55
Arapeí	4	21	78	39
Areias	5	24	63	33
Bananal	4	30	70	41
Caçapava	2	52	64	59
Cachoeira Paulista	5	35	62	50
Campos do Jordão	2	67	56	54
Canas	5	33	50	50
Caraguatatuba	2	52	60	59
Cruzeiro	2	43	61	58
Cunha	5	19	58	31
Guaratinguetá	1	47	70	60
Igaratá	5	34	60	50
Ilhabela	1	64	77	55
Jacareí	1	49	70	59
Jambeiro	1	50	76	61
Lagoinha	4	17	58	59
Lavrinhas	5	33	65	50
Lorena	4	42	62	55
Monteiro Lobato	4	25	64	57
Natividade da Serra	5	15	68	36
Paraibuna	4	36	71	49
Pindamonhangaba	2	47	67	50
Piquete	4	28	57	55
Potim	5	30	56	41
Queluz	5	30	49	47
Redenção da Serra	4	19	75	43
Roseira	5	37	55	50
Santa Branca	4	33	70	53
Santo Antonio do Pinhal	5	35	67	51
São Bento do Sapucaí	5	28	60	45
São José do Barreiro	5	26	65	41
São José dos Campos	1	57	72	57
São Luís do Paraitinga	5	22	67	45
São Sebastião	2	77	64	49
Silveiras	5	21	64	41
Taubaté	1	50	70	61
Tremembé	5	39	64	39
Ubatuba	2	59	64	47
Região Administrativa de São José dos Campos	-	52	67	55
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Qualidade de vida

A Região Administrativa de São José do Rio Preto foi a 2ª em longevidade e a 3ª em escolaridade no IPRS 2006.



São José do Rio Preto, município-sede, concentra 28% da população da região

Situada no oeste do Estado de São Paulo, a Região Administrativa de São José do Rio Preto apresentava em 2004 uma população projetada de 1,4 milhão de habitantes, 90,8% da qual residia em áreas urbanas.

Esse índice está bem abaixo da média estadual, de 93,6%. Dos 96 municípios da região (é a maior em número de municípios), 37 tinham menos de 80% da população na área urbana. A menor taxa de ur-

banização foi encontrada em Nova Canaã Paulista (37,2%).

O município de São José do Rio Preto, sede da região, concentrava 28,3% da população. Somadas as populações de São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis, Mirassol e Votuporanga, chegava-se a 50,8% dos habitantes da região em 2004. Integram a região muitas localidades de pequeno porte; 73 delas possuíam menos de 10 mil habitantes em 2004 e concentravam 24,3% da população da região.

A região ocupa 10% do território estadual (26 mil quilômetros quadrados) e apresentava densidade demográfica de 54 habitantes por quilômetro quadrado em 2004. Apenas três municípios exibiram densidade demográfica superior a 200 habitantes por quilômetro quadrado: Mirassol, Catanduva e São José do Rio Preto. O menor índice correspondia a Zacarias (6,1 habitantes por quilômetro quadrado).

Economia

A economia da Região Administrativa de São José do Rio Preto é apoiada fortemente na agricultura e na pecuária. Em 2003, a região participava com 2,82% do PIB do Estado. A agropecuária, a indústria e os serviços participavam, respectivamente, com 30,6%, 28,2% e 41,2% do valor adicionado da economia da região.

Na agropecuária, bastante diversificada, destacam-se a pecuária bovina de corte, a laranja – de mesa e para a indústria – e a cana-de-açúcar. Em Votuporanga, por exemplo, sobressaem a criação de gado e a

indústria a ela associada – frigoríficos bovinos, avícolas e indústria de laticínios. Nos municípios de Catanduva e Monte Aprazível, predominam a cana-de-açúcar e a citricultura, em que pese a existência, em menor proporção, de várias outras culturas. A agropecuária tem importância não só na região mas também no Estado. Ela contribui com 11,9% do valor adicionado da agropecuária paulista.

O segmento de alimentos e bebidas responde por cerca de metade da indústria local. Há ainda outros ramos significativos, como a preparação e confecção de artefatos de couro (atividade dos curtumes) e a indústria moveleira, que nos anos 90 disseminou-se por vários municípios da região, entre eles Mirassol e Jaci. Já a fabricação de artigos de borracha a partir do látex extraído das seringueiras está presente sobretudo em José Bonifácio. Acrescente-se, ainda, a indústria de jóias do município de São José do Rio Preto, uma especialidade local. A indústria da região participa com 1,9% do valor adicionado do setor industrial do Estado.

Nos serviços (comércio incluído), destacam-se os segmentos de saúde e educação. São José do Rio Preto configura-se como pólo comercial e de serviços do noroeste do Estado, com atividades ligadas à indústria, à agropecuária e à educação, neste caso com o *campus* da Universidade Estadual Paulista (Unesp), além de outras instituições de ensino superior. Catanduva também se destaca na área educacional: possui quatro instituições de

ensino superior, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. Os serviços da região participam com 2,5% do total do valor adicionado do setor de serviços do Estado.

O transporte na região é feito por meio de uma série de rodovias – como a Washington Luís, a Assis Chateaubriand e a Transbrasiliana (BR-153) –, de ferrovia e do aeroporto estadual de São José do Rio Preto.

IPRS

Apenas 7 municípios da região – São José do Rio Preto, Ariranha, Catanduva, Ipiranga, Novo Horizonte, Onda Verde e Paraíso – enquadraram-se no Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004); 26 ficam nos grupos 4 e 5 (24 e 2, respectivamente); a maioria (62) fica no Grupo 3.

A Região Administrativa de São José do Rio Preto ocupa apenas o 10º lugar no *ranking* de riqueza do IPRS 2006, com 41 pontos (ante os 39 do IPRS 2004), abaixo da média do Estado, de 52 pontos. Em contrapartida, exibe o 2º mais elevado indicador de longevidade, com 74 pontos (ante os mesmos 74 do IPRS 2004, no 1º lugar) e está entre as três melhores regiões administrativas em escolaridade, com 61 pontos (ante 59 do IPRS 2004, também no 3º lugar), ficando atrás apenas de Araçatuba e Presidente Prudente. Nessas duas dimensões está acima das médias do Estado: 70 e 54 pontos, respectivamente.

Riqueza

O indicador agregado de riqueza da região cresceu de 2002 a 2004. Esse

movimento foi observado na quase totalidade de seus municípios. O consumo de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços aumentou em 82 dos 96 municípios e em ritmo semelhante ao do Estado, de 8,2 para 9,2 megawatts. Ao contrário do observado no Estado, o salário médio do setor formal cresceu, embora em um terço dos municípios da região tenha apresentado redução. No que diz respeito ao valor adicionado fiscal *per capita*, o decréscimo regional foi similar ao estadual, ainda que na maioria dos municípios esse índice tenha aumentado. Em Estrela d'Oeste, Pontes Gestal, Monte Aprazível, União Paulista, Sebastianópolis do Sul e Ouroeste, o incremento foi superior ou igual a 30%.



Longevidade

Quanto ao indicador de longevidade, em 45 dos municípios da região ele, decresceu, em 44 cresceu e em 7 manteve-se no mesmo nível observado em 2002. Santa Salete, Pedranópolis e Mendonça apresentaram os maiores valores de longevidade, classificando-se entre os cinco melhores do Estado nessa dimensão. Entretanto, em alguns municípios, os componentes dessa dimensão são ainda excessivamen-

te elevados, como a taxa de mortalidade infantil em União Paulista, Estrela d'Oeste, Álvares Florence e Mesó-polis, que passa de 30 óbitos por mil nascidos vivos.



Escolaridade

Na dimensão escolaridade, a região apresentou ligeira elevação entre 2002 e 2004, semelhante ao comportamento do Estado, mantendo assim o 3º maior índice entre as regiões estaduais. Poloni e Santa Adélia registraram os maiores indicadores e estão entre os 6 melhores do Estado. Somente 9 municípios não atingiram a média paulista (54), sendo os casos mais preocupantes os de Ubarana (44), Riolândia, Itajobi, Orindiúva e Palestina (51).

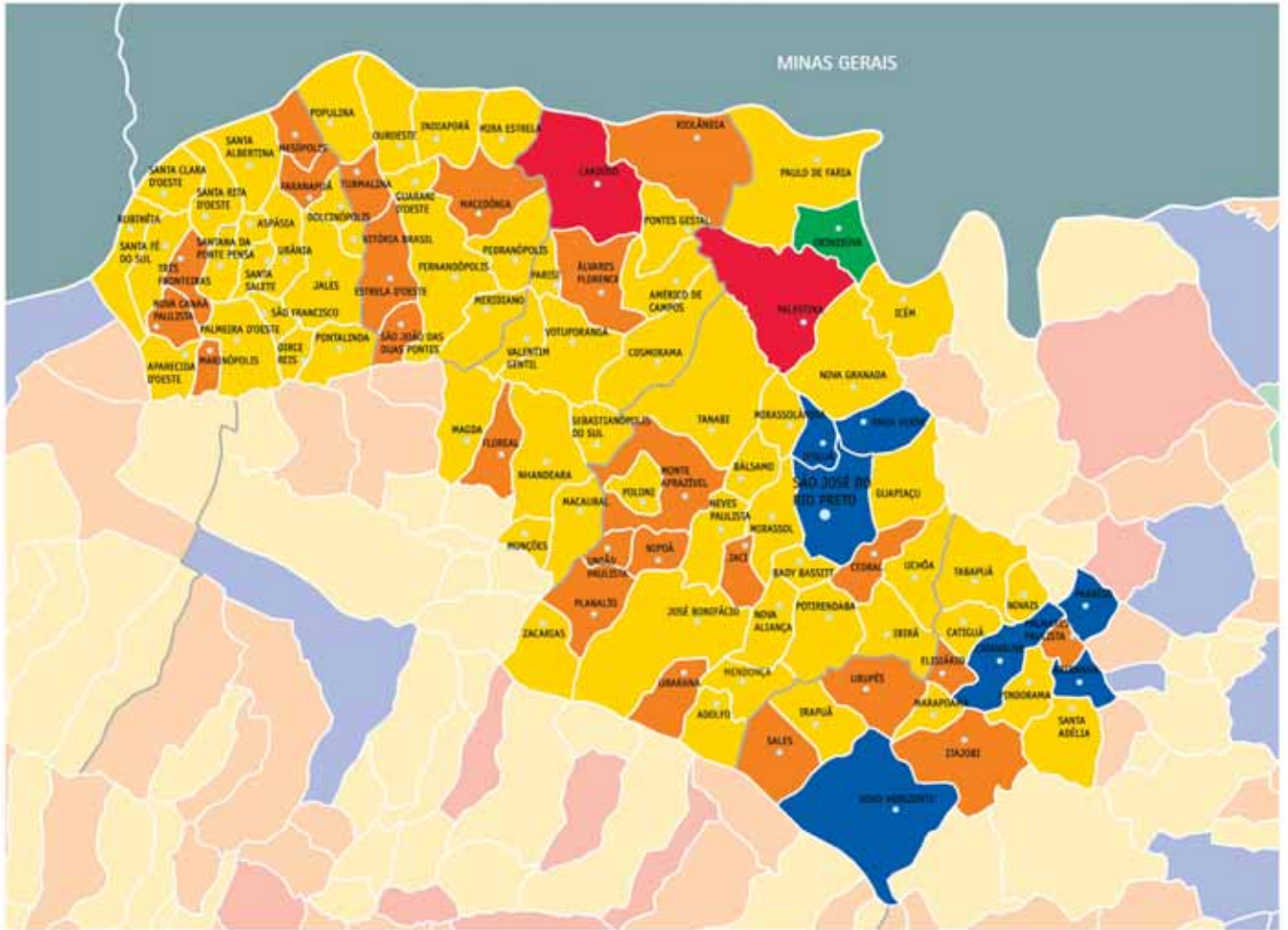


Os avanços mais significativos foram observados na porcentagem de pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo e na

cobertura do ensino fundamental, com somente 11 municípios abaixo da média estadual.

Quanto à parcela de jovens que concluíram o ensino médio, Catanduva, Nhandeara e Novais apresentam valores superiores a 50%, bem acima da média do Estado (de 37,6%). A taxa regional de atendimento da pré-escola às crianças de 5 e 6 anos é mais de 10 pontos percentuais superior à registrada no Estado: 88,5% ante 77,0% (somente 22 municípios apresentam proporções menores que a média estadual).

2004



Grupo 1



Grupo 2



Grupo 3



Grupo 4



Grupo 5

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de São José do Rio Preto – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Adolfo	3	41	71	60
Álvares Florence	4	27	49	56
Américo de Campos	3	26	70	66
Aparecida d'Oeste	3	25	75	58
Ariranha	1	47	81	58
Aspásia	3	23	82	60
Bady Bassitt	3	35	74	59
Bálsamo	3	33	71	57
Cardoso	5	30	64	52
Catanduva	1	45	72	66
Catiguá	3	41	72	58
Cedral	4	35	73	53
Cosmorama	3	32	75	58
Dirce Reis	3	26	83	66
Dolcinópolis	3	22	77	62
Elisiário	4	34	68	57
Estrela d'Oeste	4	38	56	64
Fernandópolis	3	38	80	65
Floreal	4	32	58	63
Guapiaçu	3	40	73	55
Guarani d'Oeste	3	26	81	62
Ibirá	3	34	70	59
Icém	3	41	71	59
Indiaporá	3	30	69	55
Ipiguá	1	43	83	64
Irapuã	3	34	71	56
Itajobi	4	37	78	51
Jaci	4	37	67	57
Jales	3	36	76	63
José Bonifácio	3	35	76	63
Macaubal	3	31	79	60
Macedônia	4	28	62	60
Magda	3	33	72	65
Marapoama	3	37	85	57
Marinópolis	4	28	66	57
Mendonça	3	32	87	58
Meridiano	3	29	81	62
Mesópolis	4	27	65	55
Mira Estrela	3	26	69	56
Mirassol	3	37	78	60
Mirassolândia	3	25	70	63
Monções	3	28	77	67
Monte Aprazível	4	37	66	67
Neves Paulista	3	32	76	59
Nhandeara	3	33	73	69
Nipoã	4	31	65	61
Nova Aliança	3	42	81	62
Nova Canaã Paulista	4	23	84	53
Nova Granada	3	37	72	65
Novais	3	36	78	67

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de São José do Rio Preto – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Novo Horizonte	1	43	73	54
Onda Verde	1	44	78	62
Orindiúva	2	50	79	51
Ouroeste	3	41	79	59
Palestina	5	33	60	51
Palmares Paulista	4	33	51	56
Palmeira d'Oeste	3	27	80	62
Paraíso	1	44	80	61
Paranapuã	4	30	59	63
Parisi	3	30	74	60
Paulo de Faria	3	35	79	59
Pedranópolis	3	30	88	63
Pindorama	3	35	69	55
Planalto	4	30	67	59
Poloni	3	34	70	75
Pontalinda	3	25	73	62
Pontes Gestal	3	33	72	58
Populina	3	29	69	54
Potirendaba	3	30	75	57
Riolândia	4	31	70	51
Rubinéia	3	32	84	60
Sales	4	29	59	54
Santa Adélia	3	41	69	73
Santa Albertina	3	28	73	58
Santa Clara d'Oeste	3	28	72	55
Santa Fé do Sul	3	37	82	61
Santana da Ponte Pensa	3	25	85	57
Santa Rita d'Oeste	3	28	69	63
Santa Salete	3	26	93	56
São Francisco	3	25	72	58
São João das Duas Pontes	4	26	62	65
São José do Rio Preto	1	48	74	63
Sebastianópolis do Sul	3	37	77	61
Tabapuã	3	34	78	63
Tanabi	3	33	74	62
Três Fronteiras	4	27	78	52
Turmalina	4	28	63	57
Ubarana	4	35	77	44
Uchôa	3	31	76	59
União Paulista	4	31	68	68
Urânia	3	29	70	58
Urupês	4	36	67	59
Valentim Gentil	3	32	79	58
Vitória Brasil	3	24	76	63
Votuporanga	3	38	74	61
Zacarias	3	29	70	61
Região Administrativa de São José do Rio Preto	-	41	74	61
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

O maior PIB

Maior PIB do Estado, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta altos indicadores de desenvolvimento mas preocupantes disparidades sociais.



Foto: RICARDO MANSHO

São Paulo: capital do Estado e maior cidade do país

A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) tinha 18,9 milhões de pessoas em 2004. São Paulo, capital do Estado e sede da região, abrigava, sozinha, quase 10,7 milhões de habitantes, ou 56,6% da

população regional.

A maioria da população (95,2%) residia nas áreas urbanas e, em 17 dos 39 municípios da região, a população urbana era 100% urbana. Em 2004, apenas 3 municípios registra-

ram taxas de urbanização inferiores a 80%, sendo a menor encontrada em Salesópolis (63,3%).

Os 18,9 milhões de habitantes dessa região metropolitana comprimiam-se em apenas 8,5 mil quilômetros quadrados (pouco mais de 3% do território estadual), constituindo a região com a maior densidade demográfica do Estado em 2004 (2.343 habitantes por quilômetro quadrado). Em 32 municípios da região a densidade era superior a 200 habitantes por quilômetro quadrado. Os menores índices pertenciam a Salesópolis e Jujutiba, com 37,4 e 53,9 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente.

Economia

Maior metrópole do Brasil e uma das maiores do mundo, a Região Metropolitana de São Paulo concentra cerca de 10% da população do país e quase a metade (49,38%) da do Estado. Com sua economia fortemente estruturada nos setores da indústria e dos serviços, a região foi responsável em 2003 por 49,6% do PIB do Estado. A indústria, os serviços e a agropecuária participavam, respectivamente, com 42,9%, 56,8% e 0,2% da economia da região.

A RMSP possui um dos maiores parques industriais da América Latina, com estrutura complexa, diversificada e articulada em vários ramos. Tem presença significativa na maioria dos ramos industriais, sendo importante na fabricação de produtos químicos, artigos de plástico e material elétrico, entre outros. Contudo, os segmentos que mais se destacam são o editorial, o de equi-



Foto: RICARDO MANGHO

O chamado “Cinturão Verde” da região é constituído de lavouras diversas

pamentos de informática e o de vestuário e confecções. No conjunto, o setor industrial da RMSP representava em 2003 quase a metade da indústria no Estado: 49% do valor adicionado. O segmento editorial do Estado está quase todo concentrado na RMSP.

Além da grande diversificação, também é característica da indústria da região a articulação intra-setorial, cujo exemplo mais visível é o segmento automotivo no ABC, que abrange os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Essa região, reconhecida como uma área específica dentro da RMSP, destaca-se pela presença do complexo automotivo, que inclui desde as fábricas de autopeças até as de montagem de veículos (as chamadas “montadoras”), articulando-se com as demais indústrias, tais como as

de fabricação de plásticos e vidros, tintas e borracha, entre outras.

Nos serviços (comércio incluído), destacam-se o segmento de telecomunicações, os serviços técnicos às empresas, as atividades de informática e os serviços auxiliares às empresas. Sob a perspectiva do conjunto do Estado, esses ramos estão fortemente concentrados na RMSP. Entre os de menor concentração (isto é, mais bem distribuídos por todo o Estado), estão os segmentos de alojamento e serviços prestados à agricultura.

São significativos na RMSP tanto os serviços direcionados às famílias, os serviços pessoais e os coletivos – tais como alimentação, lazer, cultura, saúde e educação – quanto aqueles que atendem à demanda das empresas. Contudo, os últimos, dada a forte vinculação com os demais setores, em especial o indus-

trial, por força da terceirização de atividades, estão mais fortemente concentrados na região quando se considera o conjunto do Estado.

Tais serviços englobam tanto os auxiliares como os técnicos e especializados, entre eles: limpeza, segurança, telecomunicações, informática, engenharia, consultoria jurídica, marketing.

O setor de serviços também engloba o segmento financeiro, no qual a metrópole destaca-se tanto por sua importância no cenário nacional – com extensa rede de agências e a maioria das sedes de bancos do país, além das bolsas de valores e mercadorias (Bovespa e BM&F) – quanto por sua inserção internacional, no mercado de capitais.

A participação dos serviços no total estadual chega a ser ainda maior do que a da indústria. O valor adicionado da RMSP corresponde a 58,6% do total do setor de serviços no Estado.

A agropecuária é reconhecidamente pouco significativa na RMSP, restrita à região do município de Mogi das Cruzes e adjacências, área conhecida como cinturão verde da RMSP, com produção avícola e pequena participação de horticulturas em alguns municípios. Além da produção de ovos e carne de frango, há em pequena proporção lavouras diversas: tomate de mesa, repolho, alface, caqui, cenoura e beterraba, entre outras. Mogi das Cruzes participava com 43% do total do valor adicionado da agropecuária da RMSP em 2003. Pertence ao cinturão verde o município de Biritiba Mirim, com 18% da agropecuária da RMSP.

IPRS

Dos 39 municípios que integram a RMSP, 23 pertencem ao Grupo 2 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004). No Grupo 1, estão classificados apenas 6 municípios: São Paulo, Santo André, São Bernardo Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Barueri. Dos 9 municípios restantes, 4 pertencem ao Grupo 4 e 5 ao Grupo 5. Apenas um município está classificado no Grupo 3: Salesópolis.

A RMSP ocupa a vice-liderança no indicador de riqueza do IPRS 2006, com 58 pontos, atrás apenas da Região Metropolitana da Baixada Santista. No IPRS 2004, teve 56 pontos e igualmente ocupou a vice-liderança. Na dimensão longevidade, manteve o 11º lugar, com 70 pontos (igual à média do Estado), ante os 66 do IPRS 2004. Em escolaridade, está no 10º lugar, com 54 pontos (também igual à média do Estado), ante os 52 obtidos no IPRS 2004 (10ª posição).

Riqueza

Seguindo a tendência do Estado, a riqueza da RMSP cresceu 4% no período 2002-2004. Somente Itaquaquecetuba apresentou ligeiro decréscimo nesse índice, ao passo que Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes e Suzano mantiveram os níveis de 2002. Os demais municípios registraram crescimento, especialmente Rio Grande da Serra e Biritiba Mirim.

Note-se que 12 municípios apresentaram escores superiores à média estadual (52) em 2004, desta-

cando-se Barueri, Santana do Parnaíba, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, São Paulo e Cotia, que superaram a média da região (58). Um grande intervalo separa o município de menor escore na região, Francisco Morato (31), do município de maior escore, Barueri (66), o que revela uma heterogeneidade intermunicipal no que se refere à riqueza.

Em 2004, o rendimento médio do emprego formal atingiu R\$ 1.461, ante a média estadual de R\$ 1.277. Observou-se estabilidade em relação a 2002 (R\$ 1.467), assim como ocorreu no conjunto do Estado. Já o valor adicionado fiscal *per capita* ficou em R\$ 9.654, abaixo da média estadual (R\$ 10.161). De forma semelhante ao que aconteceu no conjunto do Estado, que sofreu 7% de retração no valor adicionado fiscal *per capita* entre 2002 e 2004, a RMSP teve 6% de decréscimo nessa variável.

Houve aumento de 17% no consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços e cerca de 5% no consumo de energia elétrica residencial.



Longevidade

O indicador agregado de longevidade da RMSP melhorou no período

do 2002-2004, igualando-se ao valor médio do Estado (70), porém permanecendo entre as cinco piores marcas, uma vez que a maioria das regiões registrou índices superiores à média estadual em 2004.

A quase totalidade dos municípios da região ampliou esse índice, destacando-se Salesópolis, cujo escore (53) estava muito abaixo da média estadual (67) em 2002 e, em 2004, foi superior a ela (71). A despeito desse desempenho crescente, 24 municípios continuam apresentando indicadores de longevidade abaixo da média estadual, sendo mais graves os casos de Francisco Morato (62), Ferraz de Vasconcelos (62), Santa Isabel (62) e Franco da Rocha (60).

Embora tenham se reduzido as taxas de mortalidade infantil (de 15,4 para 14,2 óbitos por mil nascidos vivos, igual à média estadual) e perinatal (de 16,5 para 14,6 óbitos por mil nascidos, ante a média estadual de 15,2) na região, 21 municí-

pios continuaram apresentando em 2004 taxas superiores aos da média do Estado, sendo a situação mais grave em Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Francisco Morato, Itaquaquecetuba, Rio Grande da Serra e Santa Isabel. A redução da taxa de mortalidade das pessoas entre 15 e 39 anos (de 2,3 para 1,9 óbito por mil habitantes) refletiu o menor número de mortes por homicídio, ainda que o resultado regional permaneça superior à média do Estado (1,7).



Escolaridade

O indicador agregado de escolaridade da região melhorou ao longo do período 2002-2004, tendo

havido aumento ou estabilidade do escore em todos os municípios. Ainda assim, a RMSP apenas igualou o patamar estadual (54) de 2004, e 27 de seus municípios permaneceram com escores inferiores a esse patamar. Os casos mais preocupantes são os de Francisco Morato (31) e Itaquaquecetuba (32); no outro extremo encontram-se São Caetano do Sul (89), Poá (67) e Santo André (64). São Caetano do Sul apresentou em 2004 o maior escore de escolaridade entre os 645 municípios do Estado, o que reflete mais uma vez a heterogeneidade da região.

Os indicadores de escolaridade da região, em geral, se igualam à média do Estado. Em 2004, por exemplo, o grupo de pessoas entre 15 e 17 que concluíram o ensino fundamental chegou a 68,1%, enquanto que o índice do Estado é de 68,3%. A proporção de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo foi de 37,9%, ante a média do Estado de 37,6%. Houve um razoável crescimento no grupo de jovens entre 15 e 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo: o percentual atingiu 99,1%, contra 98,0% do conjunto do Estado.

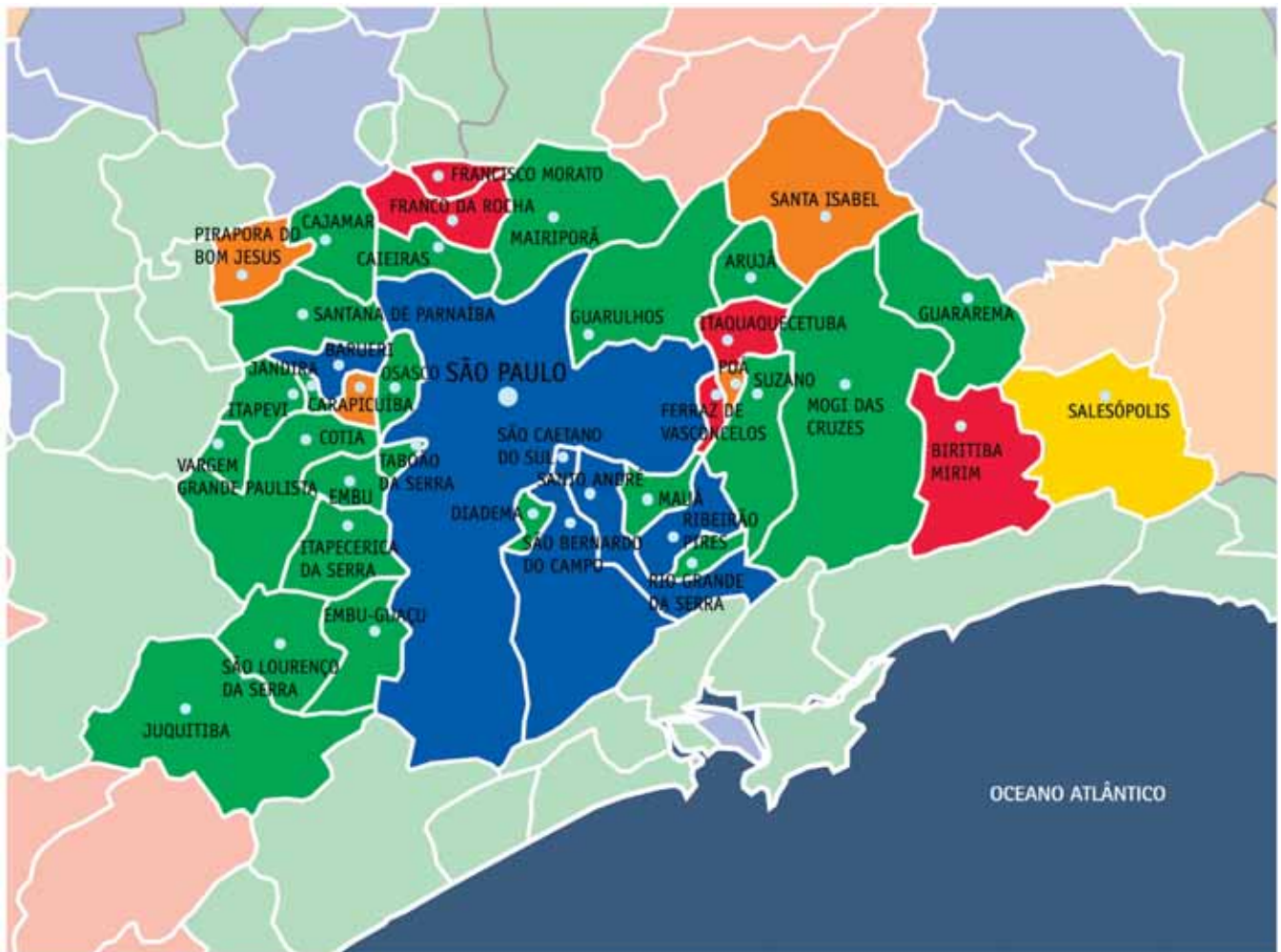
Foto: FUNDAÇÃO PADER ANCHIETA



Trem metropolitano integra a rede de transportes da capital



2004



Grupo 1

Grupo 2

Grupo 3

Grupo 4

Grupo 5

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Metropolitana de São Paulo – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Arujá	2	50	65	53
Barueri	1	66	72	61
Biritiba Mirim	5	35	65	40
Caieiras	2	45	71	50
Cajamar	2	52	64	44
Carapicuíba	4	42	74	41
Cotia	2	59	66	62
Diadema	2	50	65	49
Embu	2	44	68	41
Embu-Guaçu	2	44	70	48
Ferraz de Vasconcelos	5	37	62	47
Francisco Morato	5	31	62	31
Franco da Rocha	5	41	60	51
Guararema	2	49	67	56
Guarulhos	2	53	68	49
Itapecerica da Serra	2	56	64	45
Itapevi	2	46	69	40
Itaquaquecetuba	5	41	63	32
Jandira	2	50	70	49
Juquitiba	2	46	66	52
Mairiporã	2	46	66	53
Mauá	2	51	67	49
Mogi das Cruzes	2	47	67	57
Osasco	2	57	66	51
Pirapora do Bom Jesus	4	42	71	48
Poá	4	40	68	67
Ribeirão Pires	1	53	72	61
Rio Grande da Serra	2	47	68	45
Salesópolis	3	34	71	56
Santa Isabel	4	41	62	56
Santana de Parnaíba	2	65	79	42
Santo André	1	55	72	64
São Bernardo do Campo	1	61	73	58
São Caetano do Sul	1	63	74	89
São Lourenço da Serra	2	49	73	41
São Paulo	1	60	71	57
Suzano	2	47	65	49
Taboão da Serra	2	53	68	48
Vargem Grande Paulista	2	49	70	49
Região Metropolitana de São Paulo	-	58	70	54
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Localização privilegiada

A posição geográfica da Região Administrativa de Sorocaba é privilegiada em termos de ligação com outras regiões.



Foto: VIAESTE

Rodovia Raposo Tavares serve a região

A Região Administrativa de Sorocaba vem apresentando nos últimos anos intenso crescimento populacional. Entre 2002 e 2004, verificou-se uma taxa de crescimento de 2,1% ao ano, a maior entre as regiões do Estado. Em 2004, a população projetada era de quase 2,7 milhões de habitantes, a terceira maior do Estado entre as regiões, só perdendo para a Região Metropolitana de São Paulo e para a Região Administrativa de Campinas. Sua sede, Sorocaba, concentrava 20,4% da

população regional. Se a este município juntarem-se Itu, Itapetininga, Botucatu, Votorantim e Salto, chega-se a um conjunto com 43,0% dos habitantes da região.

Praticamente 85,0% da população regional residia em áreas urbanas em 2004, o menor valor do Estado. Esse índice oscilou de 29,7%, em Ribeirão Branco, a 99,0%, em Sorocaba. Ocupando a maior área do Estado de São Paulo, com 41,1 mil quilômetros quadrados (16,5% do território estadual), a região apresentava em 2004 uma densidade demográfica de 65,1 habitantes por quilômetro quadrado. Entre os municípios, o menor índice pertencia a Iporanga (3,6 habitantes por quilômetro quadrado) e os maiores, superiores a 500 habitantes por quilômetro quadrado, encontravam-se em Sorocaba, Salto e Votorantim.

Economia

A Região Administrativa de Sorocaba é a quarta mais importante na geração do PIB paulista, com participação de 5,5% do total do Estado, tendo ficado atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo (49,38%)

e das regiões administrativas de Campinas (17,42%) e São José dos Campos (6,27%). Apesar de sua economia bastante diversificada, proporcionalmente a região contribui mais para o setor agropecuário paulista, participando com 12,9% do valor adicionado (VA) desse setor no Estado, em comparação com 5,5% do VA da indústria e com 4,4% do VA do terciário.

Isso não significa que a região tenha sua dinâmica econômica determinada pelo setor primário, uma vez que a agropecuária responde por 18,1% do VA total da região, porcentual inferior ao da indústria (43,5%) e ao de serviços (38,5%).

Atualmente, além da tradicional produção têxtil, a região possui atividade industrial bastante diversificada. Os ramos que mais se destacam são: metalurgia básica, principalmente o alumínio; de alimentos e bebidas; de minerais não-metálicos, que está ligado à indústria extrativa (principalmente do calcário) e à fabricação de cimento e cal; de máquinas e equipamentos; e de produtos químicos. Ressalte-se a importância da indústria de madeira regional na produção paulista. No setor de serviços (comércio incluído), a predominância dos serviços prestados às empresas deve-se principalmente à forte dinâmica industrial regional.

A atividade agropecuária também se mostra bastante diversificada. Apesar da importância da carne bovina e da cana-de-açúcar na região, as produções de pêssego, trigo, batata, feijão, repolho, cenoura e beterraba



Foto: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA

Atividade agrícola é bastante diversificada

têm destaque estadual. Ressalte-se que grande parte da região de Itapeva integra o Vale do Ribeira, região mais pobre do Estado, com relevo íngreme e solo frágil, onde predominam grandes propriedades, nas quais a principal atividade econômica é de floresta cultivada, cuja madeira destina-se à indústria.

A posição geográfica da região Administrativa de Sorocaba é privilegiada, pois possibilita a comunicação com outras regiões por rodovias como a Castelo Branco, a Raposo Tavares e a Santos Dumont, por ferrovias e pelo aeroporto de Sorocaba. O município de Conchas possui um porto fluvial, na hidrovia Tietê-Paraná.

IPRS

Dos 79 municípios da região, 7 encontram-se no Grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social de 2006 (base de dados de 2004): Sorocaba, Águas de Santa Bárbara,

Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquillo e Salto. No Grupo 2, estão 9 municípios; no Grupo 3, 8; no Grupo 4, 29; e, no Grupo 5, e 26. Estes dois últimos grupos somam 70% dos municípios.

No IPRS 2006, a Região Administrativa de Sorocaba obteve escore ligeiramente superior ao do IPRS 2004 na dimensão riqueza: ficou em 6º lugar entre as regiões do Estado, com 43 pontos, ante o 7º da edição anterior do índice, com 41 pontos. O mesmo ocorreu em longevidade e escolaridade, porém com classificações mais modestas e idênticas às obtidas no IPRS 2004: 12º (com 69 pontos, ante 66 na edição anterior) e 13º (com 51 pontos, ante 47) lugares, respectivamente. Nos três aspectos, no entanto, a região apresentou escores abaixo da média do Estado (52, 70 e 54, respectivamente).

Riqueza

O crescimento do nível de riqueza

na região entre 2002 e 2004 foi semelhante ao da média do Estado e deveu-se sobretudo ao aumento do consumo anual de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços e aos pequenos aumentos ocorridos nas demais variáveis que compõem o indicador sintético.

A remuneração média do emprego formal, por exemplo, apresentou ligeira variação, passando de R\$ 925 para R\$ 939, ainda abaixo da média estadual de R\$ 1.277 em 2004. O consumo de energia elétrica por ligação residencial variou de 1,7 para 1,8 megawatts, ante a média estadual de 2,2. O valor adicionado fiscal *per capita* apresentou pequeno aumento, de R\$ 7.822 para R\$ 8.082, ante a média estadual de R\$ 10.161.



Longevidade

O indicador agregado de longevidade aumentou no período 2002-2004 e se aproximou da média do Estado. A maioria dos municípios da região (50) melhorou seu desempenho nesse item; 24 apresentaram decréscimo e 5 permaneceram estáveis. Apresentaram valores superiores ou iguais à média estadual 33 dos 79 municípios da região. Ressalte-se que os municípios de Itaberá, Tapiraí, Pratânia e Ribeirão Branco registraram ganhos superiores a 10 pontos no escore de longevidade.

A taxa de mortalidade infantil diminuiu, passando de 17,7 óbitos por mil nascidos vivos em 2002 para 15,6 em 2004, número mais próximo da média estadual, de 14,2. Já a mortalidade na faixa entre 15 e 39 anos, ao situar-se na taxa de 1,6 óbito por mil habitantes em 2004, foi melhor que a média estadual, que é de 1,7. Para os habitantes com mais de 60 anos, a taxa de mortalidade ficou em 41,8 óbitos por mil habitantes (era de 41,5 em 2002); a média no Estado foi de 38,7 em 2004.

Os níveis de mortalidade da maioria dos municípios decresceram de 2002 a 2004, porém em alguns deles as taxas de mortalidade infantil permaneceram muito elevadas (superiores a 30,0 óbitos por mil nascidos vivos), como em Ribeira, Nova Campina, Riversul e Itapeva. O mesmo acontece com as taxas de mortalidade perinatal, que ainda eram altas em Iporanga, Nova Campina, Barão de Antonina, Sarutaíá, Jumirim, Riversul e Ribeira.



O indicador de escolaridade na região, embora tenha ficado abaixo da média estadual em 2004, apresentou crescimento (de 47 para 51 pontos) acima do observado no conjunto do Estado (de 52 para 54 pontos). Somente 8 municípios registraram redução nesse indicador

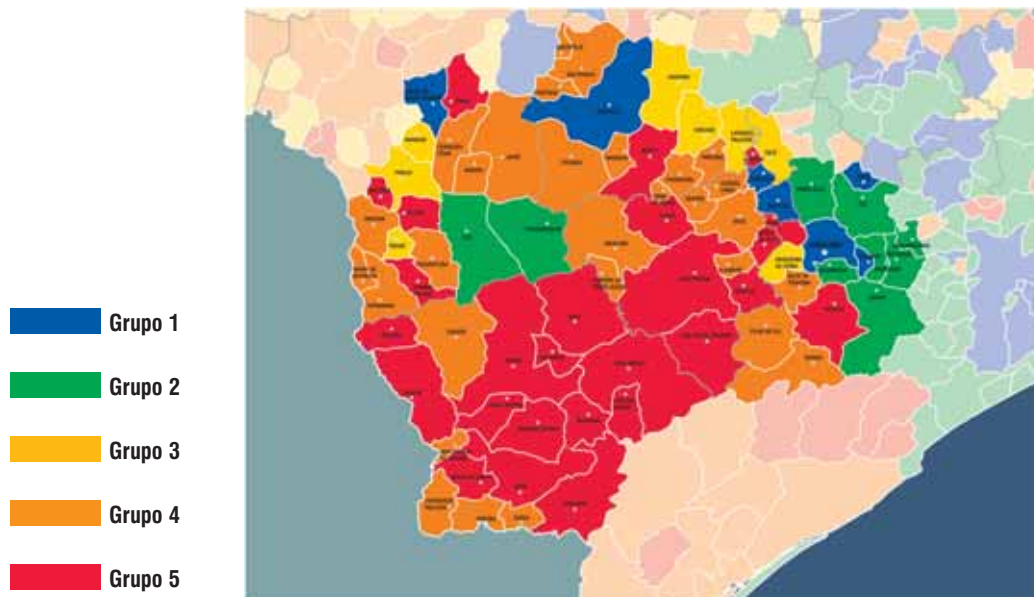
de 2002 a 2004, enquanto Barra do Chapéu, Capela do Alto, Alambari e Itapirapuã Paulista conseguiram aumentar seus escores em mais de 10 pontos. Contudo, cerca de 70% dos municípios da região (55) não alcançaram o valor médio estadual. Ribeirão Branco, Nova Campina, Guapiara, Ibiúna, Itaberá, Tejupá e Buri registraram valores inferiores a 40 pontos.

A maioria dos municípios da região (80%) apresentou aumento no percentual de cobertura do ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos e quase a totalidade deles diminuiu a taxa de analfabetismo funcional, dada pela parcela das pessoas com 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo. Esta última parcela em nenhum município foi inferior a 92%. Passou de 92,2% em 2002 para 96,2% em 2004, ante o percentual médio no Estado de 98,5%.

A proporção de pessoas de 18 e 19 anos com ensino médio completo, porém, manteve-se inalterada em 33,2% entre 2002 e 2004, ante a média estadual de 37,6%. A taxa de atendimento da pré-escola a crianças de 5 e 6 anos equiparou-se à média estadual de 77,0%, ao passar de 75,4% em 2002 para 77,1% em 2004.



2004



Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Sorocaba – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Águas de Santa Bárbara	1	43	71	59
Alambari	4	30	60	54
Alumínio	1	56	78	60
Angatuba	4	32	70	47
Anhembi	3	33	76	58
Apiáí	5	22	63	51
Araçariguama	2	54	68	45
Araçoiaba da Serra	3	35	74	58
Arandu	4	28	72	48
Areiópolis	4	29	73	43
Avaré	4	41	69	53
Barão de Antonina	4	19	59	59
Barra do Chapéu	5	9	66	50
Bofete	5	28	60	47
Boituva	1	43	72	57
Bom Sucesso de Itararé	4	26	66	55
Botucatu	1	44	75	55
Buri	5	28	63	39
Campina do Monte Alegre	4	26	74	52
Capão Bonito	5	28	63	42
Capela do Alto	5	35	66	52
Cerqueira César	4	31	71	52
Cerquilha	1	44	69	55
Cesário Lange	4	36	71	53
Conchas	3	32	76	57
Coronel Macedo	5	22	64	51
Fartura	4	28	66	60
Guapiara	5	19	60	34
Guareí	5	29	66	41
Iaras	5	34	67	50

Indicadores de Responsabilidade Social – Região Administrativa de Sorocaba – 2004

Município	Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
Ibiúna	2	59	62	37
Iperó	5	42	68	52
Iporanga	5	18	58	53
Itaberá	4	30	72	37
Itaí	2	45	64	46
Itaoca	4	18	65	54
Itapetininga	5	38	64	50
Itapeva	5	34	57	50
Itapirapuã Paulista	4	14	81	51
Itaporanga	4	21	60	59
Itararé	5	28	59	45
Itatinga	4	33	69	45
Itu	2	56	73	50
Jumirim	5	38	62	52
Laranjal Paulista	3	38	75	54
Mairinque	2	51	66	50
Manduri	3	33	71	59
Nova Campina	5	34	54	31
Paranapanema	2	45	66	45
Pardinho	4	34	71	46
Pereiras	4	33	73	50
Piedade	5	34	67	48
Pilar do Sul	4	28	69	52
Piraju	3	37	72	62
Porangaba	4	28	71	48
Porto Feliz	2	43	75	52
Pratânia	4	34	61	55
Quadra	4	33	75	51
Ribeira	4	15	50	54
Ribeirão Branco	5	17	68	24
Ribeirão Grande	5	26	67	51
Riversul	5	13	42	53
Salto	1	46	72	58
Salto de Pirapora	4	40	72	42
São Manuel	4	37	73	50
São Miguel Arcanjo	5	26	66	44
São Roque	2	51	66	49
Sarapuí	5	25	62	51
Sarutaiá	5	21	45	41
Sorocaba	1	50	70	59
Taguaí	3	29	77	58
Tapiraí	4	27	83	41
Taquarituba	4	34	69	48
Taquarivaí	5	31	64	42
Tatuí	4	42	67	55
Tejupá	5	22	58	37
Tietê	3	42	73	57
Torre de Pedra	4	19	79	52
Votorantim	2	43	72	49
Região Administrativa de Sorocaba	-	43	69	51
Estado de São Paulo	-	52	70	54

Fonte: Fundação Seade

Estes são os deputados estaduais de São Paulo

deputado	partido	e-mail
Adilson Barroso	PSC	adilsonbarroso@al.sp.gov.br
Adilson Rossi	PTB	adilsonrossi@bol.com.br
Adriano Diogo	PT	adiogo@al.sp.gov.br
Afanasio Jazadji	PFL	deputadoafanasio@al.sp.gov.br
Afonso Lobato	PV	padreafonso@al.sp.gov.br
Alberto Turco Loco Hiar	PSDB	turcoloco@al.sp.gov.br
Aldo Demarchi	PFL	ademarchi@al.sp.gov.br
Alfredo Ruzza	PPS	alfredoruzza@al.sp.gov.br
Ana do Carmo	PT	anadocarmopt@al.sp.gov.br
Ana Martins	PCdoB	amartins@al.sp.gov.br
Analice Fernandes	PSDB	afernandes@al.sp.gov.br
Antonio Mentor	PT	amentor@al.sp.gov.br
Antonio Salim Curiati	PP	scuriati@al.sp.gov.br
Arthur Alves Pinto	PL	aapinto@al.sp.gov.br
Baleia Rossi	PMDB	baleiarossi@al.sp.gov.br
Beth Sahão	PT	bsahao@al.sp.gov.br
Campos Machado	PTB	cmachado@al.sp.gov.br
Carlinhos Almeida	PT	carlinhos@carlinhos.org
Carlos Neder	PT	carlosneder@al.sp.gov.br
Célia Leão	PSDB	cleao@al.sp.gov.br
Celino Cardoso	PSDB	ccardoso@al.sp.gov.br
Conte Lopes	PTB	clopes@al.sp.gov.br
Donisete Braga	PT	dpbraga@al.sp.gov.br
Edir Sales	PMDB	depedirsales@ig.com.br
Edmir Chedid	PFL	echedid@al.sp.gov.br
Edmur Mesquita	PSDB	edmurmesquita@al.sp.gov.br
Edson Ferrarini	PTB	eferrarini@al.sp.gov.br
Edson Gomes	PP	egomes@al.sp.gov.br
Eli Corrêa Filho	PFL	ecorrea@al.sp.gov.br
Enio Tatto	PT	eniotatto@al.sp.gov.br
Fausto Figueira	PT	ffigueira@al.sp.gov.br

deputado	partido	e-mail
Geraldo Lopes	PMDB	geraldolopes@al.sp.gov.br
Geraldo Vinholi	PDT	geraldovinholi@hotmail.com
Giba Marson	PV	gibamarson@al.sp.gov.br
Gilson de Souza	PFL	deputado@gilsondesouza.com.br
Hamilton Pereira	PT	hpereira@al.sp.gov.br
Havanir Nimitz	PSDB	havanir@al.sp.gov.br
Henrique Pacheco	PT	hpacheco@al.sp.gov.br
Ítalo Cardoso	PT	italopt@uol.com.br
João Barbosa	PFL	joaobarbosa@al.sp.gov.br
João Caraméz	PSDB	jcaraméz@al.sp.gov.br
Jonas Donizette	PSB	jdonizette@al.sp.gov.br
Jorge Caruso	PMDB	jcaruso@al.sp.gov.br
José Augusto	PSDB	joseaugusto@al.sp.gov.br
José Bittencourt	PDT	jbittencourt@al.sp.gov.br
José Caldini Crespo	PFL	jccrespo@al.sp.gov.br
José Carlos Stangarlini	PSDB	jcstangarlini@al.sp.gov.br
José Dilson	PDT	jdilson@al.sp.gov.br
José Zico Prado	PT	gabinete@josezico.com.br
Luis Carlos Gondim	PPS	lcgondim@al.sp.gov.br
Marcelo Bueno	PTB	mbueno@al.sp.gov.br
Maria Almeida	PRB	madantas@al.sp.gov.br
Maria do Carmo Piunti	PSDB	mcpiunti@al.sp.gov.br
Maria Lúcia Amary	PSDB	mlamary@al.sp.gov.br
Maria Lúcia Prandi	PT	mlprandi@al.sp.gov.br
Mário Reali	PT	mreali@al.sp.gov.br
Marquinho Tortorello	PPS	mtortorello@al.sp.gov.br
Mauro Bragato	PSDB	mbragato@al.sp.gov.br
Mauro Menuchi	PSB	mmenuchi@al.sp.gov.br
Milton Flávio	PSDB	mflavio@al.sp.gov.br
Milton Vieira	PFL	mvieira@al.sp.gov.br
Nivaldo Santana	PCdoB	gabinete@nivaldosantana.com.br



Parlamento Paulista é uma publicação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Secretário Geral Parlamentar
Marco Antonio Hatem Beneton

Diretor do Departamento de Comissões
José Carlos Borges

Diretor do Departamento de Comunicação
Guilherme Wendel de Magalhães

Diretor do Departamento Parlamentar
João de Jesus Angelo

Diretora do Departamento de Documentação e Informação
Ligia Maria Tonioli Mazziotti

Secretário Geral de Administração
Benedito Dantas Chiaradia

Diretor do Departamento de Finanças
Aparecido Manoel Pereira dos Santos

Diretor do Departamento de Informática e Desenvolvimento Organizacional
Celso Toshito Matsuda

Diretor do Departamento de Recursos Humanos
Maurício da Rocha Ferraz Pereira

Diretor do Departamento de Serviços Gerais
Dagoberto Gonçalves

Procurador-chefe
Maurílio Maldonado

Diretor da Divisão de Imprensa
Henrique Silveira Neves

Edição:
Marcos Luiz Fernandes
Vagner Pelosini
Celina Castro

Apuração, redação e revisão:
Daniela C. Barros Affonso
Dimar Silva de Deus
Josué Rocha
Luciana Machado Podiesi
Paulo Meirelles
Vera Heloísa Boldrini

Seleção de imagens:
Luís Galvão de França

Fotografia:
José Antônio Teixeira
Marco Antônio Cardelino
Maurício Garcia de Souza
Roberto Navarro
Outros (ver créditos)

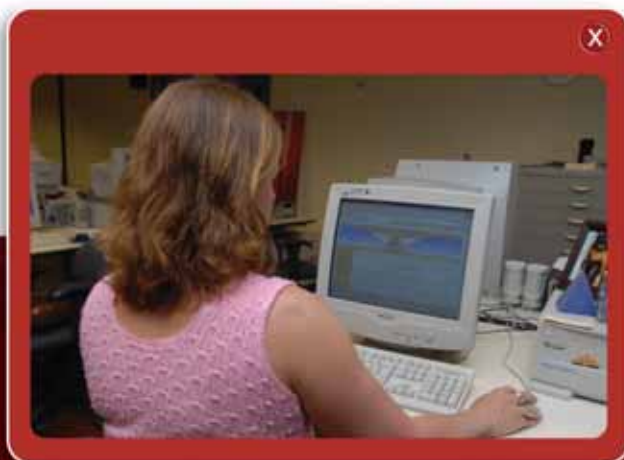
Projeto gráfico:
Reciclamais Publicações Técnicas Ltda.

Editoração, impressão e acabamento:
Prol Editora Gráfica Ltda.

deputado	partido	e-mail
Orlando Morando	PSDB	omorando@al.sp.gov.br
Palmiro Mennucci	PPS	palmiro@al.sp.gov.br
Paulo Sergio	PV	psergio@al.sp.gov.br
Pedro Tobias	PSDB	ptobias@al.sp.gov.br
Rafael Silva	PDT	rsilva@al.sp.gov.br
Renato Simões	PT	rsimoes@al.sp.gov.br
Ricardo Castilho	PV	rcastilho@al.sp.gov.br
Roberto Alves	PTB	ralves@al.sp.gov.br
Roberto Engler	PSDB	rengler@al.sp.gov.br
Roberto Felício	PT	rfelicio@al.sp.gov.br
Roberto Morais	PPS	rmorais@al.sp.gov.br
Rodolfo Costa e Silva	PSDB	rcsilva@al.sp.gov.br
Rodrigo Garcia	PFL	rgarcia@al.sp.gov.br
Rogério Nogueira	PDT	rnogueira@al.sp.gov.br
Romeu Tuma	PMDB	rtuma@al.sp.gov.br
Roque Barbieri	PSDB	rbarbieri@al.sp.gov.br
Rosmary Corrêa	PSDB	delrose@al.sp.gov.br
Said Mourad	PSC	saidmourad@al.sp.gov.br
Sebastião Almeida	PT	salmeida@al.sp.gov.br
Sebastião Arcanjo	PT	tiaopt@uol.com.br
Simão Pedro	PT	spedro@al.sp.gov.br
Souza Santos	PL	ssantos@al.sp.gov.br
Terezinha da Paulina	PFL	turismosp@gmail.com
Tiãozinho da Farmácia	PV	tiaozinho@al.sp.gov.br
Valdomiro Lopes	PSB	vlopes@al.sp.gov.br
Vanderlei Siraque	PT	vsiraque@al.sp.gov.br
Vaz de Lima	PSDB	vlima@al.sp.gov.br
Vicente Cândido	PT	vcandido@al.sp.gov.br
Vinicius Camarinha	PSB	vcamarinha@al.sp.gov.br
Wagner Salustiano	PSDB	wsalustiano@al.sp.gov.br
Waldir Agnello	PTB	wagnello@al.sp.gov.br
Zuza Abdul Massih	PDT	zmassih@al.sp.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão



**O Poder do Cidadão
também na internet**

www.al.sp.gov.br



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
O Poder do Cidadão

